



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

SCN Quadra 4, Bloco A, Torre A, Ed. Multibrasil Corporate, 13º andar, - Bairro Setor Comercial Norte,
Brasília/DF, CEP 70712-900
Telefone: (61) 2025-9894 e Fax: @fax_unidade@ - https://www.justica.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº (SRP)
PROCESSO Nº 08016.006748/2023-53

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais, mediante intermediação, junto a rede credenciada de estabelecimentos para atender todos os veículos da Secretaria Nacional de Políticas Penais e das Penitenciárias Federais e de eventuais órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE REGISTRADA SEDE (Gerenciador)	QUANTIDADE REGISTRADA PFBRA (Participante)	QUANTIDADE REGISTRADA PFCG (Participante)	QUANTIDADE REGISTRADA PFCAT (Participante)	QUANTIDADE REGISTRADA PFMOS (Participante)	QUANTIDADE REGISTRADA PFPV (Participante)	QUANTIDADE REGISTRADA DNIT-RO (Participante)	QUANTIDADE REGISTRADA MUSP-CGL (Participante)	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	QUANTIDADE TOTAL PARA ADESAO (2x)	CUSTO UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO - TAXA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO
1	1 - Taxa de Manutenção	Gerenciamento e Administração COMPARTILHADA da frota envolvendo a manutenção em geral (leve, preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via web, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção mediante intermediação de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para atender máquinas, equipamentos e veículos oficiais da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.	25518	Evento*	543	290	255	405	286	496	120	1165	3.560	7.120	R\$ 0,20	Menor Taxa (em R\$)
	2 - Taxa de Combustível	Prestação de serviço de gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com administração de despesas de abastecimentos, acompanhado por meio de sistema de informação desenvolvido para plataforma web, que viabilize o acesso a todas as informações referentes às transações realizadas, a ser cotada por meio de Taxa de Administração de Serviços, para atender máquinas, equipamentos e veículos oficiais da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.	25518	Evento*	3.449	3.029	2.566	3.639	2.631	5.411	0	1.165	21.890	43.780	R\$ 0,0051	Menor Taxa (em R\$)
	3 - Serviços Manutenção	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva para os veículos da frota da SENAPPEN e órgãos participantes, calculada pelo valor da mão de obra/hora.	5878	Real (R\$)	R\$ 221.571,22	R\$ 153.744,71	R\$ 135.009,25	R\$ 214.698,90	R\$ 151.635,04	R\$ 262.898,84	R\$ 50.850,00	R\$ 173.786,00	R\$ 1.364.193,96	R\$ 2.728.387,92	15,19%	Maior desconto(%)
	4 - Peças Manutenção	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para os veículos da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.	446573	Real (R\$)	R\$ 449.856,72	R\$ 312.148,35	R\$ 274.109,69	R\$ 435.903,82	R\$ 307.865,08	R\$ 533.764,31	R\$ 149.170,00	R\$ 322.744,00	R\$ 2.785.561,97	R\$ 5.571.123,94	15,19%	Maior desconto(%)
	5 - Fornecimento de	Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da frota	461506	Real (R\$)	R\$ 645.651,46	R\$ 607.502,27	R\$ 514.469,53	R\$ 729.694,36	R\$ 527.537,77	R\$ 1.085.162,31	R\$ 0,00	R\$ 381.240,00	R\$ 4.491.257,70	R\$ 8.982.515,40	3,77%	Maior desconto(%)

* Evento: Uma ocorrência de manutenção e abastecimento para um determinado veículos

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário (menor preço global), que se justifica na necessidade de se garantir a perfeita execução dos serviços, associando a prestação da mão de obra com o fornecimento de peças, bem como às peculiaridades do serviço a ser contratado.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.7. Para a celebração do contrato será considerado o valor integral dos itens, sem a incidência do desconto percentual, que será consignado no instrumento contratual para subsidiar a equipe de execução durante a etapa de pagamento. A Composição dos valores observará o que segue, quanto ao critério de julgamento:

1.7.1. Para os itens 1 e 2, relativos a ~~taxa de administração~~, será considerado, para fins de classificação, o **MENOR VALOR** ofertado, de acordo com o valor máximo admitido.

1.7.2. Para os itens 3, 4 e 5, fornecimento de serviços para manutenção leve, preventiva e corretiva das máquinas, equipamentos e veículos, será considerado, para fins de classificação, o **MAIOR DESCONTO** ofertado.

1.7.3. Não serão aceitas propostas com valores acima do estimado, ou com descontos menores que os estabelecidos como valores de referência.

1.8. Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços com assentamento no artigo 3º, inciso III do Decreto 7.892/2013, como justificativa para atendimento das unidades central e descentralizadas do próprio órgão, assim como para atendimento a mais de um órgão da Administração Pública, tendo em vista que o objeto é comum e pode atender as necessidades de demais órgãos que identificaram a demanda posterior ao fechamento da manifestação de intenção de Registro de Preços - IRP. A utilização da Ata de Registro de Preços, por órgãos não participantes, agiliza a contratação do objeto por esses, além da redução dos custos para a Administração Pública, mediante a comprovada vantajosidade.

1.9. A SEDE da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN atuará como órgão gerenciador do registro de Preços, tendo as suas 05 (cinco) unidades Penais Federais e eventuais outros órgãos, como participantes, sendo que cada unidade/órgão será responsável pela administração de seu contrato, a ser firmado individualmente, entre a Contratada e cada unidade/órgão.

1.10. O órgão gerenciador aceitará adesões à Ata de Registro de Preços limitadas ao dobro da quantidade estabelecida neste Termo de Referência, em conformidade com o artigo 22, § 4º do Decreto nº 7.892/13, alterado Decreto nº 9.488/18.

1.11. As unidades da SENAPPEN celebrarão contrato para 100% das quantidades registradas, salientando-se que se trata de um contrato estimativo, que não obriga a execução do valor total.

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, bem como nos Anexos "II" e "III" deste Termo de Referência.

3.2. A descrição da solução como um todo abrange a prestação de serviços de administração e gerenciamento, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de lavagens e de barracaria, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais junto a rede credenciada dos estabelecimentos para atender todas as máquinas, equipamentos e veículos da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, de suas desconcentradas e aqueles a seu serviço, com abrangência nacional, se baseia no fato de que esse serviço não pode ser prescindido pela Administração, haja vista sua essencialidade para o bom andamento das atividades e ao funcionamento da estrutura administrativa e operacional do órgão e de suas unidades desconcentradas, e considerando ainda que tais serviços não possuem correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal próprio, sendo providencial que o serviço prestado, e seus prestadores, conte com profissionais que tenham atributos diferenciados:

3.3.1. Trata-se de prestação de serviços de administração e gerenciamento por meio de sistema informatizado *on-line real time* para fornecimento de combustíveis, fornecimento e troca de óleos, filtros lubrificantes, serviços de lavagens e de borracharia, para correpo funcionamento de máquinas, equipamentos e veículos pertencentes ao patrimônio do SENAPET (SEDE - gerenciador, e das Penitenciárias Federais - participantes, conforme relação constante no Termo de Referência, e outros que venham a ser substituídos, acrescidos à atual frota, bem como os à disposição/serviço cedidos à Contratante por meio de convênio, contratos, cessões, comodatos ou ordem judicial e, ainda, aqueles locados pelo órgão.

3.3.2. A prestação dos serviços deverá atender a frota pertencente ao patrimônio da gerenciadora e participantes, conforme relações constantes dos anexos e outros veículos/máquinas/equipamentos que venham a ser substituídos, acrescidos à atual frota, bem como os à disposição/serviço, cedidos à CONTRATANTE por meio de convênio, contratos, cessões, comodatos ou ordem judicial, e ainda, aos veículos/máquinas/equipamentos locados pelo órgão.

3.3.3. A Contratada deve possuir estabelecimentos credenciados para a prestação dos serviços nos locais elencados no Termo de Referência, podendo ser acrescidas outras localidades, conforme necessidade da Contratante, sendo certo que não pode haver restrição do uso da rede efetivamente credenciada pela Contratada.

3.3.4. Os estabelecimentos a serem credenciados pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com objeto da presente contratação.

3.3.5. Os insumos a serem fornecidos constam no rol que se segue:

- a) Gasolina comum.
- b) Álcool comum.
- c) Diesel do tipo comum, S10, S50, biodiesel, marítimo, ou qualquer outro necessário ao perfeito funcionamento da máquina, equipamento ou veículo.
- d) Gás liquefeito de petróleo - GLP.
- e) Gás natural veicular - GNV.
- f) Art. 32.
- g) Qualquer outro tipo de combustível e de soluções aditivas, indicados pelo Contratante como necessário(s) ao perfeito abastecimento da máquina, equipamento ou veículo.
- h) Fornecimento e troca de óleo para motor, diferencial, caixa de transmissão, direção hidráulica, sistema de freio, e qualquer outro necessário ao perfeito funcionamento da máquina, equipamento ou veículo.
- i) Fornecimento e troca de filtros automotivos (ar, lubrificantes, hidráulicos, combustíveis e higienização de ar condicionado), palhetas, lâmpadas para farol/lanterna).
- j) Lavagem externa, interna, com aspiração e aplicação de cera.
- k) Serviços de borracharia limitados a reparos de pneus e câmaras de ar e ao fornecimento e substituição de válvulas.
- l) Fornecimento de aditivos, componentes, dispositivos, métodos, etc, para compensação de carbono, com emissão, e disponibilização para fácil acesso, de relatórios mensais de índice de emissão de CO² e formas de compensação, objetivando a otimização do consumo de combustíveis e redução de poluentes, visando atingir critérios legais de sustentabilidade.

3.3.6. A prestação de serviço de gerenciamento do consumo de gás natural veicular - GNV e de gás liquefeito de petróleo - GLP ficará adstrita aos locais a serem informados pelo órgão gerenciador e participantes, conforme a necessidade, estendendo-se a esses, as mesmas condições de preço, faturamento e pagamento constantes no presente Termo de Referência em todo o território nacional.

3.3.7. A inclusão do fornecimento dos derivados de petróleo, filtros e serviços de lavagens e borracharia, chamado, no mercado, de manutenção leve, é aquela praticada pelos próprios postos de

combustíveis, deve-se à particularidade das ações da SENAPPEN, objetivando atender necessidades de natureza eventual prementes à consecução de uma missão/operação.

3.3.8. Todos os serviços relacionados com manutenção leve, que serão aqueles realizados nos estabelecimentos denominados "Postos de Combustíveis", e compreendem fornecimento e troca de todos os tipos de filtros automotivos, palhetas, lâmpadas de farol/lanternas, lavagem externa, interna, com aspiração e aplicação de cera e serviços de borracharia limitados a reparos de pneus e câmaras de ar e ao fornecimento e substituição de válvulas obedecerão os mesmos critérios/regras estabelecidos para manutenção corretiva e preventiva explicitadas no Termo de Referência, e nos demais anexos do TR, no que couber, seja quanto a valores máximos aceitáveis de serviços e peças, seja quanto ao desconto a ser aplicado para esses serviços/peças, que deverá, obrigatoriamente, ser o mesmo oferecido para manutenção preventiva e corretiva.

3.3.9. A Contratada deverá prover uma forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico, devendo possuir central de atendimento e gravação das transações e identificação, no relatório que trata uma contingência, possuindo, ainda, a função de bloquear transação de contingência, por veículo, se assim for necessário.

3.3.10. Todas as informações devem guardar sigilo necessário devido as ações desenvolvidas pela SENAPPEN e pelas Penitenciárias Federais, devendo ter Base de Hospedagem segura, respondendo a empresa por qualquer vazamento de informações na esfera civil e criminal.

3.3.11. A Contratada, seus administradores, prepostos e empregados tem por obrigação guardar absoluto sigilo sobre a totalidade dos dados e informações fornecidos pela Contratante para o cumprimento do presente Contrato, ou de qualquer forma obtida pela Contratada, até 05 (cinco) anos após a sua rescisão ou término do prazo de vigência.

3.3.12. Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a empresa obriga-se a manter e a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pelos órgãos gerenciador e participantes, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

3.3.13. A contratação na modalidade global/lote justifica-se pela necessidade de se garantir a perfeita execução dos serviços, fornecimento das peças e combustíveis e derivados.

3.3.14. Quando da implantação do sistema e inclusão de novos veículos/máquinas/equipamentos, a Contratada deverá fornecer, sem ônus para a Contratante, cartões de abastecimentos para os veículos/máquinas/equipamentos da frota gerenciada, individuais e intransferíveis, de acordo com as solicitações e relações recebidas por documento da Contratante, sendo que o sistema deve permitir a funcionalidade de importar planilha, para pedidos em grandes lotes, sem a necessidade de acionamento da Contratada.

3.3.15. Quando da implantação do sistema e inclusão de novos usuários, fornecer, sem ônus para a Contratante, cartões de abastecimentos para usuários.

3.3.16. Caso a tecnologia não necessite desse dispositivo para identificação do usuário, basta que a Contratada comunique o fato à Contratante, até a data do término do prazo de implantação informado no Termo de Referência, sem prejuízo do uso, obrigatório, de senha pessoal.

3.3.17. Tanto nos cartões de veículos/máquinas/equipamentos quanto nos de usuários, pela natureza da atividade do órgão, não deverá constar nenhum tipo de informação que remeta à identificação da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

3.3.18. As manutenções leves deverão ser previamente autorizadas pelo Gestor de Frota responsável pela unidade do veículo. Na impossibilidade da autorização prévia, a manutenção deverá ser comunicada na maior brevidade possível ao Gestor de Frota através de e-mail ou processo SEI.

3.4. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS/PRODUTOS/ACESSÓRIOS PARAMANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

3.4.1. Trata-se da prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado, para atender a todas as marcas e modelos de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à SENAPPEN e às Penitenciárias Federais e outros utilizados a seu serviço, sem prejuízo das regras e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, incluindo:

- a) Serviço de manutenção mecânica preventiva e corretiva.
- b) Serviço de manutenção e revisões de garantia de fábrica.
- c) Serviço de manutenção elétrica.
- d) Serviço de guincho, com transporte em suspenso e socorro mecânico.
- e) Serviço de lanternagem e funilaria.
- f) Serviço de pintura.
- g) Serviço de estofagem.
- h) Serviços de alinhamento de direção e suspensão (câster, cambagem, convergência e divergência), desmpeno de rodas, balanceamento, simples e computadorizado.
- i) Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves e cartões de ignição automotiva.
- j) Serviços de manutenção de ar condicionado automotivo.
- k) Fornecimento de toda e qualquer peça necessária.
- l) Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo.
- m) Fornecimento de placas de identificação veicular.
- n) Fornecimento de extintores de incêndio e cargas.
- o) Fornecimento de aditivos, componentes, dispositivos, métodos, etc, para compensação de carbono, com emissão, e disponibilização para fácil acesso, de relatórios mensais de índice de emissão de CO² e formas de compensação, objetivando a otimização do consumo de combustíveis e redução de poluentes, visando atingir critérios legais de sustentabilidade.
- p) Serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares policiais luminosos e sonoros.
- q) Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões da SENAPPEN/MISP, inclusive com fornecimento de todo o material necessário.
- r) Serviços de lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização.
- s) Serviços, materiais e peças de borracharia, incluindo fornecimento de pneus.
- t) Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar e gravação de numeração de chassi.
- u) Serviços, materiais e peças relacionadas com a blindagem automotiva.
- v) Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado no Termo de Referência, faça-se necessário ao perfeito funcionamento do veículo/máquina/equipamento.

3.4.2. Para melhor esclarecimento do objeto citado no item supra, define-se gerenciamento compartilhado, também conhecido no mercado como plataforma ou gestão orçamentária, como aquela em que a Contratante é a responsável exclusiva, pela escolha da empresa que apresentará orçamento e pela autorização da execução do serviço, com análise e avaliação técnica do orçamento, enquanto a Contratada deverá efetuar todas as tratativas junto a sua rede, no sentido de buscar o menor preço e as melhores condições para execução do orçamento proposto, efetuando os ajustes contratados junto ao estabelecimento credenciado, pesquisas, consultas quanto à conformidade dos preços do fabricante, negociando as cotações, tudo em observância as regras editalícias, e todas estas etapas registradas no orçamento por meio de workflow (Fluxo de trabalho).

3.4.3. Importante destacar que a Contratada deverá se responsabilizar pela cobrança, para sua rede credenciada, dos prazos constantes no Termo de Referência, cabendo-lhe as sanções previstas, quando deixar de observar esse item.

3.4.4. A relação de serviços e fornecimentos elencadas encontra amparo na imprescindível disponibilidade real dos veículos/máquinas/equipamentos, diante da demanda dos serviços nas áreas finalística e meio, permitindo otimizar o fluxo dos trabalhos, com controle e agilidade nas diversas localidades do país, com foco em uma gestão voltada à economicidade e efetividade, com vistas a atingir as metas institucionais. Isso porque, nos moldes atuais, a exclusão de serviços essenciais à efetivação da mobilidade de um veículo, muitas vezes inviabiliza a efetivação de todo um planejamento estratégico.

3.4.5. Para fins de pagamento mensal, cada uma das notas fiscais emitidas pelos estabelecimentos credenciados deverá ser anexa ao orçamento correspondente e conter, obrigatoriamente, o número do orçamento ao qual está vinculada e a placa do veículo/máquina/equipamento, assim como, no próprio orçamento do sistema, deverá constar, obrigatoriamente, o número das notas fiscais emitidas após a finalização dos trâmites, sob pena de devolução para correção do documento e não contagem do prazo para quitação do referido documento fiscal.

3.4.6. A Contratada deverá prover uma forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico.

3.4.7. Todas as informações devem guardar sigilo necessário devido as ações desenvolvidas pela SENAPPEN, devendo ter Base de Hospedagem segura, respondendo a empresa por qualquer vazamento de informações na esfera civil e criminal.

3.4.8. A Contratada, seus administradores, prepostos e empregados tem por obrigação guardar absoluto sigilo sobre a totalidade dos dados e informações fornecidos pela Contratante para o cumprimento do presente Contrato, ou de qualquer forma obtida pela Contratada, até 05 (cinco) anos após a sua rescisão ou término do prazo de vigência.

3.4.9. Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a empresa obriga-se a manter e a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pelos órgãos gerenciador e participantes, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

3.4.10. A Contratada deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa do órgão gerenciador e dos participantes, bem como dos usuários autorizados a registrar as manutenções no sistema.

3.4.11. Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços indicados no rol de insumos, a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento da aquisição de combustíveis, derivados, peças e serviços, propiciando à Contratante gestão e controle detalhado das informações.

3.4.12. As empresas que serão credenciadas pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com objeto do Presente Termo de Referência.

3.5. O SISTEMA:

3.5.1. Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços indicados no rol de insumos, a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado e unificado de módulos, em ambiente de produção na web on-line e tempo real, que possibilite o acompanhamento da aquisição de peças, serviços, acessórios, etc, propiciando à Contratante gestão e controle detalhado das informações, demonstrando-se ferramenta adequada e eficaz – Sistema de Hardware e Software – para suporte ao gerenciamento e controle dos processos, informações e operações relacionadas à Frota da Contratante, com um único cadastro de condutores, equipamentos/máquinas/veículos, fiscais e gestores.

3.5.2. A Contratada deverá disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como equipamentos periféricos do sistema destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

3.5.3. Além do acesso ao seu sistema, seja para fornecimento de combustíveis, manutenção leve e manutenção preventiva e corretiva, para o item relacionado com a administração e gerenciamento compartilhado da manutenção, a Contratada deverá disponibilizar pelo menos 2 (dois) acessos, por Contratante, ao Sistema Audatex/Molicar, Cilia, Orion, ou outro instrumento equivalente técnico, que deverá, no mínimo, conter todas as marcas e modelos descritas no Termo de Referência, todas as peças utilizadas na manutenção das referidas marcas e modelos, e que é uma ferramenta que possibilitará que o fiscal técnico efetue consultas online da conformidade de valores com relação à tabela de preços dos fabricantes de peças, e sistema que possibilite ao fiscal a consulta quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão.

3.5.3.1. Os servidores que detém a função regimental e legal de Gestores Nacionais da Frota terão, obrigatoriamente, senha de acesso amplo e irrestrito, a todas as bases das demais unidades desconcentradas da SENAPPEN, sem qualquer restrição, independente de portaria de designação, sem prejuízo da função de fiscal/gestor de contrato de sua própria unidade, tanto para fornecimento de combustíveis, manutenção leve e manutenção preventiva e corretiva.

3.5.3.2. Nenhum Gestor Regional ou Local da Frota poderá ter acesso aos sistemas contratados, sem designação formal, de fiscal técnico e/ou gestor do contrato em questão.

3.5.4. O software da Contratada deverá ser capaz de consolidar todas as informações relacionadas ao objeto contratado, sendo certo que deverá manter histórico de todas as operações e levantamentos efetuados, sem restrições de bases, prazos e/ou outras, propiciando completo controle e organização, com todas as informações relacionadas a:

- a) Veículo/máquina/equipamento.
- b) Responsável/Condutor.
- c) Tipo de manutenção (lataria, pintura, mecânica, suspensão, pneus, rodas, reparos de blindagem, etc).
- d) Tipo de fornecimento (combustível, óleos, filtros, peças em geral).
- e) Todos os tipos de Serviços executados em todos os veículos/máquinas/equipamentos
- f) Estabelecimento (Posto de combustível, concessionária, oficina, mecânica, etc.) em que foram efetuados os serviços.
- g) Categoria de manutenção (preventiva, corretiva, sinistro, etc.)
- h) Fornecedores em geral que realizaram os serviços.
- i) Serviços que tiveram que ser refeitos.
- j) Serviços/produtos que foram retornados por qualquer motivo.
- k) Reclamação do usuário, disponibilizado por suporte dentro do próprio sistema, com extração de relatório.
- l) Qualquer outras informações que se fizerem necessárias ao longo do contrato.

3.5.5. Também deverá ser requisito dessa ferramenta: gerenciar custos, gerenciar saldos, controle de limites de cada veículo/máquina/equipamento, orçamentos por regional, responsabilidades, chamados, solicitações e aprovações de ordens de serviço e transações de fornecimentos de combustíveis e manutenção leve, controle, emissão, recuperação de senhas de usuários e veículo/máquina/equipamento, etc.

3.5.6. O sistema fornecido pela Contratada deverá permitir a elaboração de orçamentos em tempo real (on-line), somente pelo acesso do Contratante, impedindo abertura de orçamentos pelos estabelecimentos credenciados, exceto em casos devidamente autorizados pelos fiscais/gestores do contrato, assim como, mesmo após a aprovação, que esse seja complementado, sem a necessidade de abertura de nova solicitação, com a consequente apresentação de novo orçamento.(orçamento complementar)

3.5.7. O sistema de gerenciamento deverá tanto permitir a inserção de texto, e/ou arquivo, no momento da aprovação da ordem de serviço, quanto que o fiscal faça o lançamento/informação de glosas, diretamente no sistema, possibilitando redução de prazos, maior disponibilidade de servidores e contestação/apresentação de justificativas, em tempo real.

3.5.8. O sistema deverá possuir, obrigatoriamente, campo próprio onde o fiscal atestará a execução e conformidade do serviço.

3.5.9. O sistema deverá possibilitar controle de orçamento por centro de custo, por regional ou placa, ou outro meio/indicador, requisitado pela Contratante.

3.5.10. O sistema deverá sempre informar, de forma ordenada e clara, os valores já gastos com fornecimento de combustíveis, manutenção leve e em manutenções preventivas e corretivas, por veículo/máquina/equipamento, antes da aprovação do próximo orçamento de manutenção e /ou de fornecimento de combustíveis.

3.5.11. O sistema deverá permitir, de forma automática, a reposição de limites e saldos, em até 50% daqueles parametrizados pelo fiscal técnico/gestor do contrato, desde que não ultrapasse os valores contratuais, a fim de não comprometer as operações a serem realizadas pelos usuários, 24h/dia.

3.5.12. Após a realização de uma transação de fornecimento de combustíveis ou de manutenção, o banco de dados deverá ser atualizado automática e imediatamente, mantendo sempre os valores reais gastos e ainda disponíveis, a fim de permitir controle efetivo e sistêmico da frota gerenciada.

3.5.13. As informações, aplicações e banco de dados deverão ser mantidos em ambiente seguro com regras de acesso, perfis (login e senhas) e log de todas as tarefas executadas (quem, o que e quando).

3.5.14. O sistema de gerenciamento deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada (sem qualquer tipo de restrição, ou perda de histórico, relacionadas a transferência/mudança de base, de prazos e/ou outras) cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas com fornecimento de combustíveis, filtros, lubrificantes, manutenção leve em geral, e serviços gerais de oficina mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, retífica, vidraçaria, capotaria, estofamento, lavagem, lubrificação, reparação de acessórios policiais utilizados nas viaturas, fornecimento de baterias, de extintores de incêndio, pneus, plotagem, adesivagem, peças em geral, confecção de placas de identificação automotivas e tudo mais descrito no Termo de Referência, que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, possibilitando o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e despesas, devendo ser disponibilizadas, a qualquer tempo, as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

3.5.14.1. Histórico de manutenção de veículo/máquina/equipamento – valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças, total de hora mão de obra utilizada e o desconto aplicado. Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações.

3.5.14.2. Histórico da movimentação do orçamento e das cotações, contendo: informações precisas e congruentes desde a abertura até o encerramento da transação, ainda que cancelada, contendo dados como data e hora da abertura, de cada uma das movimentações, da mudança de status; o nome de cada responsável pela ação no orçamento (abertura, lançamento, aprovação técnica, aprovação de execução, recebimento, devolução, atesto de execução do serviço, alterações, etc). Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações.

3.5.14.3. Histórico facilitado de operações por veículo, possibilitando visão geral de todos os orçamentos já abertos para cada veículo em tela única, com comparativo de gastos associado ao valor do bem na tabela FIPE, com disparo de alerta caso os gastos, nos últimos 12 meses, atinjam 50% do valor venal do bem. Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações.

3.5.14.4. Ordem de serviço cadastrada.

3.5.14.5. Comparativo do valor na Ordem de Serviço.

3.5.14.6. Orçamento eletrônico.

3.5.14.7. Complemento de orçamento eletrônico.

3.5.14.8. Registro de garantia de peças/serviços.

3.5.14.9. Histórico dos orçamentos.

3.5.14.10. Comparação de orçamentos para análise de histórico.

3.5.14.11. Relatório contendo grupo de peça/peça, mão de obra/hora por grupo, horas de execução, custo por peça, tabela de referência de tempo por modelo e marca.

3.5.14.12. Cotação em tempo real (on-line) – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo.

3.5.14.13. Cadastro do veículo.

3.5.14.14. Composição da frota e idade média.

3.5.14.15. Relação de estabelecimentos de manutenção credenciados.

3.5.14.16. Relatório de operação de manutenção.

3.5.14.17. Utilização de peças e serviços por estabelecimentos.

3.5.14.18. Custos por grupo de manutenção – veículo.

3.5.14.19. Custos e quantidade por tipo de manutenção – veículos.

3.5.14.20. Custos e quantidades por tipo de manutenção – equipamento.

3.5.14.21. Veículos x manutenção preventiva.

3.5.14.22. Pesquisa no sistema – garantia de peças e serviços.

3.5.14.23. Pesquisa no sistema – preços de peças e serviços.

3.5.14.24. Custos por km e indicadores – veículos.

3.5.14.25. Indicação de alerta quando houver a troca de uma mesma peça em prazo incompatível para a mesma.

3.5.14.26. Indicação de prazo para trocas próximas como, óleo, filtros, peças em garantia, etc.

3.5.15. O sistema deverá estar apto a emitir relatórios gerenciais modelados de forma a atender as necessidades da Contratante, sendo que todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelos fiscais responsáveis, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

3.5.16. Os relatórios/informações devem estar disponíveis para extração, no sistema contratado, por parte da Contratante, sem restrições, ou seja, quando da necessidade de confecção de um relatório/informação, o lapso temporal deve permitir a extração de dados desde a data da contratação.

3.5.17. A Contratante poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

3.5.18. A ferramenta de suporte a confecção de relatórios deve ser flexível permitindo alterações, adequações, inclusões, exclusões e criação de relatórios distintos e diversos a partir da combinação dos dados armazenados.

3.5.19. Mensalmente, a Contratada deverá apresentar relatório contendo informações gerenciais que medirão a eficácia da sua operação conforme especificação abaixo:

3.5.19.1. **Agendamento/Solicitação:**

3.5.19.1.1. Data/Hora de recebimento da solicitação do agendamento do veículo para manutenção X Data/Hora da resposta da solicitação com indicação do estabelecimento.

3.5.19.2. **Ordem de Serviço:**

3.5.19.2.1. Data/Hora de chegada do veículo no estabelecimento credenciado X Data/Hora de saída do veículo.

3.5.19.2.2. Data/Hora de chegada do veículo no estabelecimento credenciado X Data/Hora de finalização dos serviços.

3.5.19.2.3. Data/Hora de chegada do veículo no estabelecimento X Data/Hora de envio do orçamento para aprovação.

3.5.19.2.4. Data/Hora prevista de término do serviço estipulado no início do processo X Data/Hora efetiva do término da manutenção.

3.5.19.2.5. Data/Hora de envio do orçamento para aprovação X Data/Hora da aprovação ou reprovação do mesmo pelo aprovador.

3.5.19.3. **Estabelecimentos Credenciados:**

3.5.19.3.1. Relatório contendo o valor (R\$) inicial e total final total transacionado em cada estabelecimento, demonstrando o valor (R\$) total e o percentual (%) de redução de orçamento seja por reprovação de itens, seja por renegociação de valores.

3.5.19.3.2. Relatório contendo a quantidade total de transações por estabelecimento e a sua representatividade percentual (%) no total de transações.

3.5.19.4. **Composição do Custo**

3.5.19.4.1. Produto/Peça – Relatório demonstrando valor (R\$) gasto em peça, segmentada por tipo de peça, quantidade de peças aprovadas, valor médio pago, valor (R\$) total e percentual (%) de redução de orçamento por peça.

3.5.19.4.2. Serviço/Mão de Obra - Relatório demonstrando valor (R\$) gasto em mão de obra, segmentada por tipo, quantidade de horas aprovadas, valor médio pago, valor (R\$) total e percentual (%) de redução de orçamento por tipo de mão de obra.

3.5.19.4.3. Ranking Peça/Mão de Obra – Relatório analítico do valor (R\$) gasto com cada grupo de peça (motor, suspensão, funilaria, etc), segmentada por peça e mão de obra. Deve apresentar o valor (R\$) total e percentual (%) de redução de orçamento por grupo.

3.5.20. A ferramenta deverá possibilitar acesso remoto via internet (on-line) com todos os recursos de segurança da informação necessários.

3.5.21. A empresa contratada deverá possibilitar, seja por meio de seu site ou de aplicativo, a obtenção/recuperação/troca de senha, a ser promovida pelo próprio usuário, seja do cartão/chip pessoal, seja de acesso aos sistemas, no caso de gestores nacionais, regionais ou locais.

3.5.22. A base de dados deverá possuir backup diário. Todas as informações, apesar de dispostas em sistema administrado pela Contratada, serão de propriedade da Contratante, cabendo à Contratada a obrigação de disponibilizar, sempre que solicitado, em meio magnético, arquivos em formato xls, os dados a qualquer tempo, sendo que a “não disponibilização” das informações será entendida como falta sujeitando a Contratada a pagamento de multa no teto máximo estabelecido no Contrato.

3.5.23. A guarda e administração das informações, durante o período contratual, será de total responsabilidade da Contratada, cabendo à mesma qualquer tipo de ressarcimento decorrente de perda parcial ou total das informações relacionadas ao Contrato.

3.5.24. Após final do prazo de vigência, encerrada a relação contratual, a Contratada tem como obrigação guardar os dados pelo período prescricional de, minimamente, 5 anos, e ainda de migrar todas as informações relacionadas ao Contrato para banco de dados da Contratante, transferindo todo o conteúdo para a SENAPPEN, inclusive observando o previsto no Termo de Referência.

3.5.24.1. O pagamento referente ao último mês de prestação dos serviços objeto desta contratação está vinculado a disponibilização total e integral das informações.

3.5.25. Todas as informações adquiridas ou manuseadas durante o contrato são de uso exclusivo da Contratante, ficando vedada a utilização, doação ou venda das informações, as quais pertencem única e exclusivamente à SENAPPEN e suas desconcentradas, bem como o envio de

qualquer informação utilizada durante o contrato a qualquer outra parte.

3.5.26. O controle de transações deverá ser auditado pela própria Contratada a partir da assinatura do contrato, promovendo as diligências e saneamentos necessários à implantação e manutenção do sistema, sem prejuízo das auditorias promovidas pelos órgãos gerenciador e participantes ou pelos órgãos de controle da Administração Pública Federal, a qualquer tempo.

3.5.27. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura está incluída na taxa de administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo nenhum ônus adicional à Contratante.

3.5.28. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de abastecimento da frota, com apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da Contratante, deverá ocorrer no prazo máximo descrito no Termo de Referência.

3.5.29. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados em prazo descrito no Termo de Referência, após informações prestadas pela Contratante.

3.5.30. Para a implantação do sistema não poderá ocorrer modificação ou instalação de equipamentos nos veículos/máquinas/equipamentos, exceto se devidamente justificado e aprovado pelo Fiscal Técnico/Gestor do contrato.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem, minimamente, o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

- Atendimento das demandas de manutenção.
- Atendimento das demandas de fornecimento de combustíveis.
- Atendimento aos prazos estabelecidos.
- Nível de serviço adequado ao contratado.
- Implementação de sistema informatizado de controle, para monitoramento dos serviços realizados.
- Capacidade técnica de atendimento, observando, principal e obrigatoriamente, os Anexos deste Termo de Referência, onde constam especificações técnicas mais detalhadas.

5.2. Serviço de natureza continuada.

5.3. Critérios e práticas de sustentabilidade são aqueles descritos no item 06 deste Termo de Referência.

5.4. Duração inicial do contrato: 12 meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

- O Fornecedor deverá detalhar e repassar, conforme orientação da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, todo o conhecimento técnico utilizado na implementação dos serviços, sem prejuízo da devida atualização da base de conhecimento ao longo de toda a execução contratual.
- A transferência de conhecimento para a SENAPPEN, no uso das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, em eventos específicos de transferência de conhecimento, e baseado em documentos técnicos e manuais específicos da solução desenvolvida.
- A CONTRATADA deverá descrever a metodologia que será utilizada para transferir conhecimento aos técnicos da SENAPPEN, os quais poderão ser multiplicadores a outros técnicos ou a usuários finais. A metodologia, os cronogramas e os prazos deverão constar de um documento formal, um Plano de Transferência do Conhecimento, a ser previamente aprovado pela equipe gestora do SENAPPEN.
- Caso ocorra nova licitação, com mudança de fornecedor dos serviços, a CONTRATADA signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos três meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de eventos formais, os documentos, procedimentos e conhecimentos necessários à continuidade da prestação dos serviços, incluindo a base de conhecimentos, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre o SENAPPEN e a nova CONTRATADA.

5.6. Quadro com soluções de mercado a ser elaborado durante a pesquisa de mercado, confirmando que existem várias empresas, no mercado, capazes de atender as demandas da pretendida contratação.

5.7. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.8. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

5.9. Tendo em vista a possibilidade da dimensão e o alto valor do contrato decorrente dessa licitação limitarem substancialmente a participação de empresas que sozinhas não conseguiriam executar o objeto, será permitida a participação de empresas consorciadas, observando-se as seguintes normas:

5.9.1. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, ficando, o licitante vencedor, obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

5.9.2. Indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital.

5.9.3. Apresentação dos documentos exigidos para habilitação no Edital por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

5.9.4. Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

5.9.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.9.6. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no subitem 4.4.2.

5.9.7. As exigências de qualificação jurídica, trabalhista, econômico-financeira, bem como de regularidade fiscal, constarão do edital.

5.10. Ademais, os critérios de habilitação técnica a serem exigidos da licitante serão os apresentados abaixo:

5.10.1. Comprovação que da Qualificação Técnica, que já executou objeto compatível ao desejado, com apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, no qual conste:

5.10.1.1. **Quanto a manutenção da frota automotiva:** (Comprovar que executou atividade pertinente e compatível com GERENCIAMENTO COMPARTILHADO DE MANUTENÇÃO):

5.10.1.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto proposto, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovado o **GERENCIAMENTO COMPARTILHADO DE MANUTENÇÃO** mediante rede credenciada, por meio de sistema informatizado, com experiência de, pelo menos, 03 anos e de atender, pelo mínimo, a quantidade de 85 (oitenta e cinco) veículos.

5.10.1.1.2. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para a comprovação de que trata o subitem anterior.

5.10.1.2. **Quanto ao fornecimento de combustíveis:** (Comprovar que executou atividade pertinente e compatível com GERENCIAMENTO DO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO LEVE):

5.10.1.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto proposto, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovado o **GERENCIAMENTO DO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO** como fornecimento e troca de óleo para motor, diferencial, caixa de transmissão, direção hidráulica, sistema de freio, e qualquer outro necessário ao perfeito funcionamento da máquina, equipamento ou veículo, fornecimento e troca de filtros automotivos (ar, lubrificantes, hidráulicos, combustíveis e higienização de ar condicionado), lavagem externa, interna, com aspiração e aplicação de cera, serviços de borracharia limitados a reparos de pneus e câmaras de ar e ao fornecimento e substituição de válvulas, compensação de carbono, com emissão, e disponibilização para fácil acesso, de relatórios mensais de índice de emissão de CO² e formas de compensação, mediante rede credenciada, por meio de sistema informatizado, com experiência de, pelo menos, 03 anos e de atender, pelo mínimo, a quantidade de 85 (oitenta e cinco) veículos.

5.10.1.2.2. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para a comprovação de que trata o subitem anterior.

5.10.1.3. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

5.10.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou que datem decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior

5.10.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.10.1.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

5.11.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

5.12. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Considerando o que dispõe o artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

6.2. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

6.3. A Contratada deverá buscar que sua rede credenciada adote, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

6.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

6.5. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.6. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, por meio da Contratada, coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.7. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

6.8. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

6.9. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.

6.10. Quanto às substâncias que destroem a camada de ozônio, na execução dos serviços, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes.

6.11. Quanto a frascos de aerossol em geral, a Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

6.12. Manter programa interno para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.13. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los à coleta seletiva municipal ou às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

6.14. Respeitar as Normas Brasileiras de Regulamentação – NBRs, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

6.15. Propor à Contratante medidas que visem a economia de combustíveis e também a emissão de gases poluentes.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.7. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelos constantes nos Anexos IV.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 8.1.1. **Quanto ao fornecimento de combustíveis:** deverão ser adotadas as providências e medidas necessárias para atender o descrito no "Anexo II" deste Termo de Referência, onde constam as especificações, especificidades, generalidades, obrigações e forma de execução do objeto descrito neste documento.
- 8.1.2. **Quanto a manutenção da frota automotiva:** deverão ser adotadas as providências e medidas necessárias para atender o descrito no "Anexo III" deste Termo de Referência, onde constam as especificações, especificidades, generalidades, obrigações e forma de execução do objeto descrito neste documento.
- 8.1.3. A execução dos serviços será iniciada a partir do dia da assinatura do contrato, devendo, a Contratada, alocar materiais e a mão de obra nos moldes descritos neste Termo de Referência e seus anexos, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilita de assumir os serviços contratados, na forma descrita nos Anexos "II" e "III" deste Termo de Referência
- 8.2. **Da Rede Credenciada**
- 8.2.1. A Contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos que atendam aos seguintes requisitos mínimos:
- 8.2.1.1. Possuir microcomputador, impressora e acesso à internet;
- 8.2.1.2. Disponibilizar estrutura física e técnica, de ferramental e equipamentos para atendimento da frota da respectiva categoria de sua responsabilidade;
- 8.2.1.3. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da Contratante, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo ou equipamento;
- 8.2.1.4. Executar os serviços solicitados com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;
- 8.2.1.5. Devolver os veículos para a Contratante em perfeitas condições de funcionamento;
- 8.2.1.6. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela Contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços, desde que aprovados pela Contratante;
- 8.2.1.7. Efetuar garantia de todos os serviços e troca de peças que realizar;
- 8.2.1.8. Estar apta à emissão de notas fiscais eletrônicas, em conformidade com o Protocolo ICMS pertinente.
- 8.2.2. A Contratada será a única responsável por garantir que os postos de atendimento credenciados atendam às exigências descritas nos subitens supra.
- 8.2.3. A prestação de serviços de administração e gerenciamento para fornecimento de óleos, de filtros, de lubrificantes, de serviços, de lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças/materiais junto à rede credenciada de estabelecimentos, para atender todas as máquinas, equipamentos e veículos da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais e aqueles a seus serviços, com abrangência nacional, que deverão ocorrer, obrigatoriamente, nos municípios descritos no Anexo VIII deste Termo de Referência, onde deverá existir pelo menos 01 (um) estabelecimento credenciado disponibilizado pela Contratada.
- 8.2.3.1. A presente obrigação deve-se ao fato de a SENAPPEN, através da Diretoria do Sistema Penitenciária Federal, gerir a atuação das Forças Tarefas de Cooperação Penitenciária, dando suporte a todos os Estados da Federação em suas Unidades Prisionais.
- 8.2.4. A Contratada deverá apresentar sua rede credenciada, sendo que não pode haver restrição, particionamento ou limitação no atendimento à Contratante, sob pena de sofrer as sanções previstas em edital.
- 8.2.4.1. A fim de promover total clareza quanto ao item anterior, observa-se que a rede credenciada pela contratada deve ser utilizada pela Contratante, de maneira irrestrita, não podendo existir estabelecimento relacionado como credenciado, porém não disponível para uso da Contratante (rede restrita).
- 8.2.5. Devido à singularidade do serviço prestado pelo órgão gestor, o qual pode ser alocado em qualquer unidade da federação, bem como a qualquer tempo, torna-se imprescindível a possibilidade de inclusão de novas localidades para prestação dos serviços por parte da Contratada. Assim, a Contratada deve possuir estabelecimentos credenciados para a prestação dos serviços nos locais elencados no Anexo VIII deste Termo de Referência, podendo ser acrescida outras localidades, sempre que solicitado, conforme necessidade da Contratante:
- 8.2.5.1. Caso o atendimento não seja considerado satisfatório;
- 8.2.5.2. Caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites máximos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 8.2.5.3. Caso haja necessidade de ampliação de atendimento por parte da Contratante; ou
- 8.2.5.4. Por quaisquer outras questões apontadas pela Contratante, necessárias à melhoria de seu atendimento.
- 8.2.6. Com relação à manutenção preventiva e corretiva, a Contratada deverá manter um mínimo de 01 (um) estabelecimento credenciado em todas as capitais da federação durante toda vigência contratual, capaz de atender as marcas e modelos descritos no Anexo VIII deste Termo de Referência, observando o item 5.3.11.
- 8.2.7. Ainda quanto à manutenção, objetivando suprir todas as revisões necessárias para manutenção de garantia de fábrica, deverão existir, obrigatoriamente, concessionárias credenciadas de todas as marcas listadas no Anexo V deste Termo de Referência, nas capitais de todos os estados da Federação e nos municípios descritos no Anexo VIII, não podendo a Contratada inviabilizar, por qualquer motivo não justificado, a manutenção da garantia do fabricante de um veículo, excetuando-se aqueles municípios onde, justificada e comprovadamente, não seja possível efetivar o credenciamento.
- 8.2.8. Para suprir as necessidades com reparos a danos provocados por incidentes ou acidentes, devem existir estabelecimentos credenciados em todos os municípios descritos no Anexo VIII deste Termo de Referência, especializados em recuperação de lataria, de funilaria e de lanternagem, excetuando-se aqueles municípios onde, justificada e comprovadamente, não seja possível efetivar o credenciamento.
- 8.2.9. Não sendo possível atender as necessidades da Contratante em alguma localidade referenciada nos itens anteriores, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data-limite estabelecida para credenciamento da rede, ou a *posteriori*, sob provocação da Contratante. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Ainda, em conjunto com o representante da empresa, apontará a melhor solução.
- 8.2.10. Na ocorrência do descrito nos itens 8.2.7., 8.2.8. e 8.2.9., a Contratada deverá providenciar o reparo/revisão de garantia na localidade mais próxima da unidade de lotação do veículo oficial a ser mantido, sendo que esse deslocamento será realizado em caminho plataforma e às suas expensas, de forma mais célere possível, sendo utilizado o tempo estritamente necessário para que ocorra o deslocamento (ida e volta) e reparo/revisão.
- 8.2.11. A localização dos estabelecimentos credenciados para fornecimento do serviço de manutenção, e demais serviços a serem contratados, sempre que possível, deverá atender os seguintes requisitos:
- 8.2.11.1. Localizar-se em rodovias e estradas federais;
- 8.2.11.2. Os estabelecimentos credenciados deverão prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante o horário comercial praticado no mercado, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento.
- 8.2.12. A Contratada deverá oferecer canal permanente de comunicação com o credenciado, fornecendo-lhe todos os meios para sanar seus questionamentos, como telefones, celulares, e-mails, etc.
- 8.3. **Da Frota Automotiva a ser Gerenciada**
- 8.3.1. O objeto deste Termo de Referência refere-se ao gerenciamento e à administração para fornecimento de óleos, de filtros, de lubrificantes, de serviços de lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças/materiais junto à rede credenciada de estabelecimentos para atender todas as máquinas, equipamentos e veículos da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, considerando além da frota atual disponível, máquinas, equipamentos e veículos que possam vir a ser adquiridos ao longo da vigência da contratação, ou que estejam cedidos, transferidos ou que estejam na posse legal da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, face à necessidade de restar assegurado um contingente adequado de veículos circulantes, considerando as atividades precípuas desta SENAPPEN ou às Penitenciárias Federais quanto ao seu emprego imediato.
- 8.3.2. O quantitativo atual de veículos da Contratante é o constante no Anexo VI.

8.3.3. O gerenciamento mensal atenderá aos veículos atuais da Contratante e os que por ventura sejam adquiridos e/ou doados à SENAPPEN ou às Penitenciárias Federais.

8.3.4. Somente caberá cobrança de taxa de administração, mensalmente, para aqueles veículos/máquinas/equipamentos efetivamente mantidos, limitada a uma unidade de taxa por veículo/máquina/equipamento, independente da quantidade de manutenções sofridas pelo mesmo veículo, conforme disposição contida neste Termo de Referência.

8.4. Do Sistema - Implantação, Operacionalização, Acesso, Funcionalidades, Relatórios

8.4.1. Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços indicados no rol de insumos, a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na *web*, que possibilite o acompanhamento da aquisição de peças, serviços, acessórios, etc., propiciando à Contratante gestão e controle detalhado das informações, demonstrando-se ferramenta adequada e eficazes - Sistema de *Hardware* e *Software* - para suporte ao gerenciamento e controle dos processos, informações e operações relacionadas à Frota da Contratante.

8.4.2. A Contratada deverá disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como equipamentos periféricos do sistema destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

8.4.3. Além do acesso ao seu sistema, seja para fornecimento de peças, de manutenção leve e manutenção preventiva e corretiva, para o item relacionado com a administração e gerenciamento compartilhado da manutenção, a Contratada deverá disponibilizar pelo menos 6 (seis) acessos ao Sistema Audatex/Molicar, Cilia, Orion, ou outro instrumento equivalente técnico, que deverá, no mínimo, conter todas as marcas e modelos descritos no Anexo V deste Termo de Referência, todas as peças utilizadas na manutenção das referidas marcas e modelos e que seja uma ferramenta que possibilitará ao fiscal efetuar consultas *online* da conformidade de valores com relação à tabela de preços dos fabricantes de peças, e sistema que possibilite ao fiscal a consulta quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão, uma vez a contratação não exigir a dedicação de mão de obra exclusiva.

8.4.3.1. Os servidores que detêm a função regimental e legal de Gestores da Frota terão, obrigatoriamente, senha de acesso amplo e irrestrito a todas as informações referentes aos serviços prestados à SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, sem qualquer restrição, independente de portaria de designação, sem prejuízo da função de fiscal de contrato, tanto para fornecimento de manutenção leve, de manutenção preventiva e corretiva;

8.4.3.2. Nenhum Gestor Regional ou Local da Frota (operador da frota) poderá ter acesso aos sistemas contratados, sem designação formal, de fiscal técnico e/ou gestor do contrato em questão.

8.4.4. O sistema fornecido deve possibilitar, sem qualquer tipo de restrição, transferência/migração de dados de sua base para os sistemas próprios da Contratante, que são: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) e Parte Diária Informatizada (PDI), entre outros, bem como para aqueles contratados relacionados com a gestão da frota.

8.4.5. O *software* da Contratada deverá ser capaz de consolidar todas as informações relacionadas ao objeto contratado, devendo manter histórico de todas as operações e levantamentos efetuados, sem restrições de bases, prazos e/ou outras, propiciando completo controle e organização com todas as informações relacionadas a:

8.4.5.1. Veículo/máquina/equipamento;

8.4.5.2. Responsável/condutor;

8.4.5.3. Tipo de manutenção (lataria, pintura, mecânica, suspensão, pneus, rodas, reparos de blindagem, etc.);

8.4.5.4. Tipo de fornecimento (óleos, filtros, peças em geral);

8.4.5.5. Todos os tipos de serviços executados em todos os veículos/máquinas/equipamentos;

8.4.5.6. Estabelecimento (concessionária, oficina, mecânica, etc.) em que foram efetuados os serviços;

8.4.5.7. Categoria de manutenção (preventiva, corretiva, sinistro, etc.);

8.4.5.8. Fornecedores em geral que realizaram os serviços;

8.4.5.9. Serviços que tiveram que ser refeitos;

8.4.5.10. Serviços/produtos que foram retornados por qualquer motivo;

8.4.5.11. Reclamação do usuário;

8.4.5.12. Qualquer outras informações que se fizerem necessárias ao longo do contrato.

8.4.6. Também deverá ser requisito dessa ferramenta: gerenciar custos, gerenciar saldos, orçamentos por regional, responsabilidades, chamados, solicitações e aprovações de ordens de serviço e manutenção leve, controle, emissão, recuperação de senhas de usuários e veículo/máquina/equipamento, etc.

8.4.7. O sistema fornecido pela Contratada deverá permitir a elaboração de orçamentos em tempo real (*online*), assim como, mesmo após a aprovação, que esse seja complementado, sem a necessidade de abertura de nova solicitação, com a consequente apresentação de novo orçamento (orçamento complementar).

8.4.8. O sistema de gerenciamento deverá permitir a inserção de texto e ou arquivo no momento da aprovação da ordem de serviço.

8.4.9. O sistema deverá possuir, obrigatoriamente, campo próprio onde o fiscal atestará a execução e conformidade do serviço.

8.4.10. O sistema deverá possibilitar controle de orçamento por centro de custo, por regional ou placa, ou outro meio/indicador, requisitado pela Contratante.

8.4.11. O sistema deverá sempre informar, de forma ordenada e clara, os valores já gastos com manutenção leve e em manutenções preventivas e corretivas, por veículo/máquina/equipamento, antes da aprovação do próximo orçamento de manutenção e/ou de fornecimento de peças.

8.4.12. Após a realização de uma transação de manutenção, o banco de dados deverá ser atualizado automática e imediatamente, mantendo sempre os valores reais gastos e ainda disponíveis, a fim de permitir controle efetivo e sistêmico da frota gerenciada.

8.4.13. As informações, aplicações e banco de dados deverão ser mantidos em ambiente seguro com regras de acesso, perfis (*login* e senha) e *log* de todas as tarefas executadas (quem, o quê e quando).

8.4.14. O sistema de gerenciamento deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados com identificação de toda e qualquer transação efetuada (sem qualquer tipo de restrição, ou perda de histórico, relacionadas à transferência/mudança de base, de prazos e/ou outras) cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas com fornecimento de peças como filtros, lubrificantes e, de manutenção leve em geral, e serviços gerais de oficina mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, retífica, vidraçaria, capotaria, estofamento, lavagem, lubrificação, reparação de acessórios policiais utilizados nas viaturas, fornecimento de baterias, de extintores de incêndio, pneus, plotagem, grafismo, envelopamento, peças em geral, confecção de placas de identificação automotivas e tudo mais descrito neste Termo de Referência, que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, possibilitando o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e despesas, devendo ser disponibilizadas, a qualquer tempo, as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

8.4.14.1. Histórico de manutenção de veículo/máquina/equipamento - valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças, total de hora da mão de obra utilizada e o desconto aplicado. Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações;

8.4.14.2. Histórico da movimentação do orçamento e das cotações, contendo: informações precisas e congruentes desde a abertura até o encerramento da transação, ainda que cancelada, com dados como data e hora da abertura, de cada uma das movimentações, da mudança de *status*; o nome de cada responsável pela ação no orçamento (abertura, lançamento, aprovação técnica, aprovação de execução, recebimento, devolução, atesto de execução do serviço, alterações, etc.). Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações;

8.4.14.3. Histórico facilitado de operações por veículo, possibilitando visão geral de todos os orçamentos já abertos para cada veículo em tela única com comparativo de gastos associados ao valor do bem na tabela FIPE, com disparo de alerta caso os gastos, nos últimos 12 meses, atinjam 50% do valor venal do bem. Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações;

8.4.14.4. Ordem de serviço cadastrada;

8.4.14.5. Comparativo do valor na Ordem de Serviço;

8.4.14.6. Orçamento eletrônico;

8.4.14.7. Complemento de orçamento eletrônico;

8.4.14.8. Registro de garantia de peças/serviços;

8.4.14.9. Histórico dos orçamentos;

8.4.14.10. Comparação de orçamentos para análise de histórico;

8.4.14.11. Relatório contendo grupo de peça/peça, mão de obra/hora por grupo, horas de execução, custo por peça, tabela de referência de tempo por modelo e marca;

8.4.14.12. Cotação em tempo real (*online*) – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo;

8.4.14.13. Cadastro do veículo;

8.4.14.14. Composição da frota e a sua média de idade;

8.4.14.15. Relação de estabelecimentos de manutenção credenciados;

8.4.14.16. Relatório de operação de manutenção;

8.4.14.17. Utilização de peças e serviços por estabelecimentos;

8.4.14.18. Custos por grupo de manutenção - veículo;

8.4.14.19. Custos e quantidade por tipo de manutenção - veículos;

8.4.14.20. Custos e quantidades por tipo de manutenção - equipamento;

8.4.14.21. Veículos x manutenção preventiva;

8.4.14.22. Pesquisa no sistema - garantia de peças e serviços;

8.4.14.23. Pesquisa no sistema - preços de peças e serviços;

8.4.14.24. Custos por km e indicadores - veículos;

8.4.14.25. Indicação de alerta quando houver a troca de uma mesma peça em prazo incompatível com ela;

8.4.14.26. Indicação de prazo para as próximas trocas, como: óleo, filtros, peças em garantia, etc.

8.4.15. O sistema deverá estar apto a emitir relatórios gerenciais modelados de forma a atender as necessidades da Contratante, sendo que todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelos fiscais responsáveis, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

8.4.16. Os relatórios/informações devem estar disponíveis para extração no sistema contratado, por parte da Contratante, sem restrições, ou seja, quando da necessidade de confecção de um relatório/informação, o lapso temporal deve permitir a extração de dados desde a data da contratação.

8.4.17. A Contratante poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

8.4.18. A ferramenta de suporte à confecção de relatórios deve ser flexível permitindo alterações, adequações, inclusões, exclusões e criação de relatórios distintos e diversos a partir da combinação dos dados armazenados.

8.4.19. Mensalmente, a Contratada deverá apresentar relatório contendo informações gerenciais que medirão a eficácia da sua operação conforme especificação abaixo:

8.4.19.1. Agendamento/Solicitação:

8.4.19.1.1. Data/Hora de recebimento da solicitação do agendamento do veículo para manutenção X Data/Hora da resposta da solicitação com indicação do estabelecimento.

8.4.19.2. Ordem de Serviço:

8.4.19.2.1. Data/Hora de chegada do veículo no estabelecimento credenciado X Data/Hora de saída do veículo;

8.4.19.2.2. Data/Hora de chegada do veículo no estabelecimento credenciado X Data/Hora de finalização dos serviços;

8.4.19.2.3. Data/Hora de chegada do veículo no estabelecimento X Data/Hora de envio do orçamento para aprovação;

8.4.19.2.4. Data/Hora prevista de término do serviço estipulado no início do processo X Data/Hora efetiva do término da manutenção;

8.4.19.2.5. Data/Hora de envio do orçamento para aprovação X Data/Hora da aprovação ou reprovação do mesmo pelo aprovador.

8.4.19.3. Estabelecimentos Credenciados:

8.4.19.3.1. Relatório contendo o valor (R\$) inicial e total final transacionado em cada estabelecimento, demonstrando o valor (R\$) total e o percentual (%) de redução de orçamento seja por reprovação de itens, seja por renegociação de valores;

8.4.19.3.2. Relatório contendo a quantidade total de transações por estabelecimento e a sua representatividade percentual (%) no total de transações.

8.4.19.4. Composição do Custo

8.4.19.4.1. Produto/Peça - Relatório demonstrando valor (R\$) gasto em peça, segmentada por tipo de peça, quantidade de peças aprovadas, valor médio pago, valor (R\$) total e percentual (%) de redução de orçamento por peça;

8.4.19.4.2. Serviço/Mão de Obra - Relatório demonstrando valor (R\$) gasto em mão de obra, segmentada por tipo, quantidade de horas aprovadas, valor médio pago, valor (R\$) total e percentual (%) de redução de orçamento por tipo de mão de obra;

8.4.19.4.3. Ranking Peça/Mão de Obra – Relatório analítico do valor (R\$) gasto com cada grupo de peça (motor, suspensão, funilaria, etc.), segmentada por peça e mão de obra. Deve apresentar o valor (R\$) total e percentual (%) de redução de orçamento por grupo.

8.4.20. A ferramenta deverá possibilitar acesso remoto via internet (*online*) com todos os recursos de segurança da informação necessários.

8.4.21. A empresa contratada deverá possibilitar, seja por meio de seu site ou de aplicativo, a obtenção/recuperação/troca de senha, a ser promovida pelo próprio usuário, seja do cartão/chip pessoal, seja de acesso aos sistemas, no caso de gestores e fiscais.

8.4.22. A base de dados deverá possuir *backup* diário. Todas as informações, apesar de dispostas em sistema administrado pela Contratada, serão de propriedade da Contratante, cabendo à Contratada a obrigação de disponibilizar, sempre que solicitado, em meio magnético, arquivos em formato *.xlsx, os dados a qualquer tempo, sendo que a “não disponibilização” das informações será entendida como falta, sujeitando a Contratada a pagamento de multa no teto máximo estabelecido no Contrato.

8.4.23. A guarda e a administração das informações, durante o período contratual, será de total responsabilidade da Contratada, cabendo a ela qualquer tipo de ressarcimento decorrente de perda parcial ou total das informações relacionadas ao Contrato.

8.4.24. Após o prazo de vigência, encerrada a relação contratual, a Contratada terá como obrigação migrar todas as informações relacionadas ao Contrato para banco de dados da Contratante, transferindo todo o conteúdo para a SENAPPEN e das Penitenciárias Federais. Após a conclusão da transferência e confirmação por parte da Contratante, a Contratada deverá excluir todas as informações na origem.

8.4.24.1. O pagamento referente ao último mês de prestação dos serviços objeto desta contratação está vinculado à disponibilização total e integral das informações.

8.4.25. Todas as informações adquiridas ou manuseadas durante o contrato são de uso exclusivo da Contratante, ficando vedada a utilização, doação ou venda das informações, as quais pertencem única e exclusivamente à SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, bem como o envio de qualquer informação utilizada durante o contrato a qualquer outra parte.

8.4.26. O controle de transações deverá ser auditado pela própria Contratada a partir da assinatura do contrato, promovendo as diligências e saneamentos necessários à implantação e manutenção do sistema, sem prejuízo das auditorias promovidas pelo órgão gerenciador e pelos órgãos de controle da Administração Pública Federal, a qualquer tempo.

8.4.27. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, como a instalação dos equipamentos de leitura, *soGwares* de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção do sistema e de treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura está incluída na taxa de administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado, não cabendo nenhum ônus adicional à Contratante e não será permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pela SENAPPEN e pelas Penitenciárias Federais..

8.4.28. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados em prazo descrito no Anexo IX deste Termo de Referência, após informações prestadas pela Contratante.

8.4.29. Para a implantação do sistema não poderá ocorrer modificação ou instalação de equipamentos nos veículos/máquinas/equipamentos, exceto se devidamente justificado e aprovado pelo Fiscal/Gestor do contrato.

8.5. **Do Treinamento**

8.5.1. A contratada deverá ministrar treinamento inaugural, com carga horária mínima de 16 horas/aula, a gestores ou fiscais indicados pela Contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional, oferecer

treinamento de reciclagem a cada alteração de funcionalidades do sistema que afete diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade, deverá ainda prestar todo suporte desde o momento inicial, até a duração do contrato, solucionando todas as questões que envolvam qualquer dificuldade que o credenciado possa ter, que inviabilize ou retarde o pronto atendimento à Contratante.

8.5.2. A Data de realização e conteúdo programático dos cursos e treinamentos deverão ser previamente alinhados com o gestor da frota, ator a ser indicado pela Administração. Outrossim, caberá ao Gestor do Contrato e seus Fiscais o apreço pela correta execução do contrato, bem como a observância as normas vigentes que doutrinam os procedimentos convergentes ao presente processo.

8.5.3. Por conseguinte, cumpre salientar que as especificações observam, dentre outros, os princípios da moralidade e razoabilidade buscando o melhor detalhamento, não restringindo de forma alguma a competitividade, haja vista que as especificações limitam-se a atender as necessidades da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN e das Penitenciárias Federais.

8.6. **Do Preposto**

8.6.1. Manter um representante/preposto exclusivamente para prestar, junto à Contratante, esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surjam durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários comerciais de atendimento, e aos sábados, domingos e feriados, independentemente de horário, para:

8.6.2. Cadastro de novos veículos/máquinas/equipamentos e usuários.

8.6.3. Alteração de registro de servidores e veículos/máquinas/equipamentos.

8.6.4. Regularização de transações diversas, necessárias ao bom funcionamento do sistema e do Contrato.

8.6.5. Executar toda e qualquer atividade relacionada com os itens constantes neste instrumento, no Termo de Referência e edital.

8.6.6. Quando houver necessidade de atendimento em horários diversos dos horários administrativos comuns, serão executadas pelo preposto indicado pela Contratada, que deverá ser disponibilizado a fim de que não haja prejuízo de continuidade no atendimento das demandas da Contratante.

8.6.7. A exigência prevista de indicação de preposto exclusivo baseia-se em critérios de eficiência e eficácia, propiciando pronto atendimento e controle mais sistêmico da frota, considerando a grande quantidade de veículos/máquinas/equipamentos pertencentes ao patrimônio da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN e das Penitenciárias Federais.

8.7. A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

9. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada, e sua rede credenciada, deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades, e de qualidade, suficientes para atender as demandas descritas neste termo de referência, promovendo substituições, quando necessário.

10. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A administração e o gerenciamento do fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de lavagens e de borracharia (chamada manutenção leve), será no formato de **AUTO-GESTÃO**, e a administração e o gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais será no formato de **GESTÃO COMPARTILHADA**.

10.1.2. Os descontos ofertados para os itens "fornecimento de combustíveis", "serviço de manutenção" e "fornecimento de materiais" servirão para identificar a proposta vencedora e para aferir o percentual que incidirá sobre as despesas, com ambos os itens, durante a execução do contrato.

10.1.3. Para esta contratação, os itens "serviço de gerenciamento", "fornecimento de combustível e manutenção leve" e "manutenção corretiva e preventiva" foram reunidos em grupo único para todas as unidades da SENAPPEN e para as Penitenciárias Federais, onde a SEDE da SENAPPEN atuará como Gerenciadora e as Penitenciárias Federais de Brasília/DF, Campo Grande/MS, Catanduvas/PR, Mossoró/RN e Porto Velho/RO atuarão como Participantes, e o critério de aceitação das propostas será o de menor valor, tendo em vista que a empresa intermediadora do fornecimento do combustível e de manutenção automotiva, também deve disponibilizar o suporte necessário ao agente público no gerenciamento das operações. De modo diverso, poderia se criar lacunas de interpretação na imputação de responsabilidades, ou ainda, delongar a solução de conflitos, objetivando garantir que serviços possam ser executados e peças venham a ser trocadas, de forma a dar maior celeridade e padronização na ação, pois de outra forma a responsabilização por eventual problema poderia ensejar contenda entre mais de um prestador, o que prejudicaria o refazimento de um serviço mal executado e/ou a peça substituída defeituosa. Busca-se, dessa forma, proporcionar maior segurança ao gestor e o menor tempo de imobilização do veículo.

10.1.4. Inobstante as contratações atuais indicarem que a contratada deva buscar sempre as melhores condições e os menores valores em cada orçamento, a Administração precisa aprimorar suas ferramentas, no sentido de que, realmente, haja meios de medir tais resultados.

10.1.5. O formato ora proposto visa estabelecer a taxa de 95% de sucesso a ser considerada aceitável, para as operações realizadas no mês, indicando-se como principal critério dos prazos estipulados para elaboração de orçamentos, regulação e aprovação pela contratada, obtenção dos descontos contratados e além disso, das melhores condições e dos menores preços, a fim de demonstrar real economia para a Contratante, que caso não sejam cumpridos para mais de 5% das demandas totais do mês, a Contratante se reservará ao direito de:

10.1.5.1. Não efetivar o pagamento da taxa administrativa para toda a frota ativa da contratante, caso haja essa cobrança; e,

10.1.5.2. Efetivar o pagamento mensal, reduzindo-se o percentual correspondente ao maior percentual de desconto contratado.

10.1.6. Não serão aceitas propostas com valores acima do estimado, ou com descontos menores que os estabelecidos como valores de referência.

10.1.7. As empresas que serão credenciadas pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com objeto do Presente Termo de Referência.

10.1.8. A empresa licitante deverá possuir um CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, e/ou Objeto Social, compatível com as atividades a serem prestadas, ou seja, gestão de frota, fornecimento de combustíveis, manutenção veicular e afins.

10.1.9. A empresa licitante deverá possuir capacidade financeira para realizar a quitação de fornecimento de combustíveis e manutenções veiculares, lavagens, ou qualquer outro custo inerente a frota sob sua responsabilidade.

10.1.10. A empresa licitante deverá possuir estrutura operacional para prestação do serviço objeto da licitação, em todo território nacional.

10.2. Para efeito de especificação das atividades que compõem cada tipo de produto e serviço discriminado no Termo de Referência e seus anexos, adotar-se-ão as seguintes definições:

I - SENAPPEN: Secretaria Nacional de Políticas Penais, órgão da estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II - PFBRA: Penitenciária Federal em Brasília/DF;

III - PFCG: Penitenciária Federal em Campo Grande/MS;

IV - PFCAT: Penitenciária Federal em Catanduvas/PR;

V - PFMOS: Penitenciária Federal em Mossoró/RN;

VI - PFPV: Penitenciária Federal em Porto Velho/RO;

VII - Unidade Central: Sede da Secretaria Nacional de Políticas Penais gerenciador da Ata de Registro de Preço a ser firmada.

VIII - Unidades Desconcentradas: Penitenciárias Federais elencadas nos subitens 10.2.2 a 10.2.6, participantes do Registro de Preço.

IX - Órgão Gerenciador: órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

X - Órgão Participante: órgão ou entidade da administração pública federal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

XI - Órgão não Participante: órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

XII - Abastecimento: fornecimento dos seguintes insumos necessários ao perfeito funcionamento dos veículos da Contratante, gerenciado por sistema informatizado da Contratada;

XIII -

XIV - Manutenção: fornecimento de todos os serviços e peças/materiais/acessórios necessários para reparo de veículos/máquinas/equipamentos da Contratante, seja de maneira preventiva ou corretiva, e ainda relacionadas ao reparo de danos/acidentes/incidentes/sinistros.

XV - Manutenção leve: serviços e materiais/peças/acessórios como fornecimento e troca de óleos, filtros lubrificantes, serviços de lavagens e de borracharia, palhetas, lâmpadas de farol/lanternas, inclusos no contrato de fornecimento de combustíveis, pois são serviços/produtos normalmente ofertados nos estabelecimentos denominados Postos de Combustíveis ou de Abastecimento.

XVI - Equipamentos/Acessórios: Os veículos possuem equipamentos e ou acessórios atrelados, tais como: Rack/Bagageiro(porta escada), Engate, Capota de Fibra, Tampão de Fibra, Capota Marítima, Santo Antonio, Protetor de Caçamba, Guincho Elétrico, Kit Gás, Rastreador, GPS, Som, Giroflex, intermitente, estrobo, blindagem, dentre outros. Estes equipamentos são considerados parte integrante do veículo e, portanto, também fazem parte do escopo da contratação.

XVII - Manutenção Preventiva: Manutenção preventiva é toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de veículo, por padrão a Contratante segue o designado no manual do fabricante.

XVIII - Manutenção Corretiva: Consiste em substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam e que levaram o veículo ou o equipamento a uma parada, por falha ou pane em um ou mais componentes.

XIX - Sinistro: Qualquer evento em que o veículo sofre dano, seja com a ocorrência de um acidente, incidente, que gere prejuízo material.

XX - Credenciado/Rede Credenciada: Fornecedor de bens e/ou serviços afiliado a Contratada.

XXI - Preposto: Recurso humano fornecido pela Contratada para execução de atividades demandadas pela Contratante, em horários e locais indicados pela contratação.

XXII - Base de Gerenciamento Nacional: Área pertencente à unidade central do órgão responsável pela visão sistêmica do abastecimento nacional.

XXIII - Base de Gerenciamento Regional: cada uma das unidades desconcentradas contratantes.

XXIV - Contratada: pessoa jurídica de direito privado responsável pela prestação dos serviços de administração e gerenciamento objeto da contratação e de intermediação, junto a rede credenciada, quanto aos fornecimento de combustíveis, manutenção leve e manutenção preventiva e corretiva.

XXV - Veículo/máquina/equipamento ativo: aquele que efetuar, pelo menos, uma transação no período de faturamento da nota fiscal de gerenciamento.

XXVI - Transação: registro das operações de compra, tentadas ou efetivadas, estornos ou consultas de quaisquer dos produtos ou serviços objeto do Termo de Referência.

XXVII - Gestor/Fiscal técnico: representante da administração responsável pela gestão ou fiscalização do contrato.

XXVIII - Cartão de identificação do veículo: cartão capaz de armazenar todos os dados referentes ao veículo, com a tecnologia de chip micro-processado ou tarja magnética.

XXIX - Cartão de identificação do usuário: cartão capaz de armazenar todos os dados referentes ao usuário, com ou sem a tecnologia de chip micro-processado.

XXX - Cartão Adicional: cartão emitido em substituição àqueles extraviados ou danificados por mau uso.

XXXI - Gestor Nacional da Frota: servidor da SENAPPEN responsável pela administração e gerenciamento do fornecimento de combustíveis, manutenção leve e manutenção corretiva e preventiva da frota em âmbito nacional, único que terá acesso irrestrito a todas as bases de manutenção e fornecimento de combustíveis, independente de portaria de fiscal/gestor.

XXXII - Gestor Regional da Frota: servidor responsável pela administração e gerenciamento do fornecimento de combustíveis, manutenção leve e manutenção corretiva e preventiva da frota em âmbito do seu estado de lotação.

XXXIII - Gestor Local da Frota: servidor responsável pela administração e gerenciamento do fornecimento de combustíveis, manutenção leve e manutenção corretiva e preventiva da frota em âmbito da sua unidade de lotação, dentro do estado de federação.

XXXIV - Glosa: é dever de quem tem prerrogativas de fiscalizar ou auditar, censurar as ações incompatíveis ou irregulares, por meio da retenção de pagamentos.

XXXV - Glosa provisória: retenção ou suspensão provisória do pagamento de um valor, até que a Contratada possa apresentar as justificativas que viabilizem a efetivação do pagamento do valor retido, ou a Administração efetue a retenção definitiva, em razão da Contratada ter descumprido alguma das exigências estabelecidas no edital, Termo de Referência e/ou contrato ao qual está vinculado.

XXXVI - Glosa definitiva: retenção ou suspensão definitiva do pagamento de um valor, em razão da Contratada ter descumprido alguma das exigências estabelecidas no edital, Termo de Referência e/ou contrato ao qual está vinculado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.24. Estabelecer, em conformidade com o art. 4º, da Portaria MJSP nº 513, de 15 de setembro de 2020, normas gerais de integridade em até 06 (seis) meses;
- 12.24.1. A implantação ou a adequação do Programa de Integridade poderá ser comprovada por qualquer documento hábil a ser encaminhado à equipe de fiscalização do contrato, preferencialmente, em meio digital.
- 12.25. Orientar seus empregados alocados para a execução do contrato sobre as normas de integridade e a indispensabilidade de seu cumprimento.
- 12.26. Adotar práticas de governança e gestão capazes de identificar e mitigar desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, de acordo com as normas de integridade previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.
- 12.27. Relatar ao órgão contratante, por escrito, qualquer descumprimento das normas de integridade praticado por agentes públicos com os quais mantenha contato em decorrência da execução do contrato.
- 12.28. Substituir com presteza qualquer profissional que tenha cometido desvios de conduta, irregularidades, fraudes e atos ilícitos, conforme observado e notificado pelo agente público competente.
- 12.29. Encaminhar à equipe de fiscalização do contrato, observados os prazos estabelecidos na alínea "a", documentação que evidencie, em alinhamento com os parâmetros do Capítulo IV, do Decreto nº 8.420, de 2015, a realização das seguintes ações e atividades:
- 12.29.1. Promoção e participação em reuniões, apresentações, palestras e quaisquer outros eventos de natureza semelhante que evidenciam o comprometimento da alta direção da empresa em temas relacionados à integridade.
- 12.29.2. Mapeamento dos riscos de integridade e estabelecimento de ações mitigadoras, revisadas periodicamente
- 12.29.3. Canal de denúncia, aberto e amplamente divulgado, com garantia do devido sigilo ao denunciante.
- 12.29.4. Código de ética ou de conduta aplicável a todos os dirigentes, administradores e empregados, independente de cargo, emprego, posto ou função exercidos.
- 12.29.5. Treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade, que envolvam as vedações incidentes na relação público-privada.

12.29.6. Promoção de campanhas para divulgar os princípios e valores que regem a empresa contratada e o serviço público, bem como outros temas sobre integridade e combate a desvios de conduta, a fraudes, a irregularidades e a atos ilícitos.

12.29.7. Adoção de medidas disciplinares, em caso de violação do Programa de Integridade, de procedimentos e de determinações que assegurem a pronta interrupção da tentativa ou da prática de desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

12.29.8. Monitoramento contínuo do Programa de Integridade com objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de prevenção de atos lesivos, bem como sua detecção e combate.

12.29.9. Encaminhamento semestral de relatório da execução do Programa de Integridade à equipe de fiscalização do contrato.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XII, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas, considerando que deve existir garantia de que os valores de peças, mão de obra e tempo padrão para execução de serviços, e os descontos contratados, estejam de acordo com o contratado. Portanto, os itens obrigatórios de verificação, por parte do fiscal, são:

15.17.1. Quanto ao fornecimento de combustíveis e derivados:

15.17.1.1. Se os valores praticados, no litro de combustível, estão de acordo com aqueles indicados como máximo admitido, para o consumidor, nas tabelas da ANP.

15.17.1.2. Se estão sendo aplicados os desconto mínimos contratados.

15.17.2. Quanto à manutenção da frota automotiva:

15.17.2.1. Se a MARCA/MODELO e ano do veículo estão lançados corretamente;

15.17.2.2. Se todos os códigos foram registrados no orçamento;

15.17.2.3. Se o valor da peça, antes da aplicação do desconto, está menor ou igual ao pesquisado no AUDATEX/CILIA ou similar, ou na rede concessionada, quando não existir no próprio sistema;

15.17.2.4. Se o valor da hora da mão de obra (serviço), antes da aplicação do desconto, está menor ou igual ao constante na rede concessionada;

15.17.2.5. Se o tempo indicado no orçamento para execução de um serviço está conforme Tabela Tempária;

15.17.2.6. Se foram aplicados os descontos mínimos contratados, para peças e para serviços, não cumulativos;

15.17.2.7. Se a Contratada apresentou as pesquisas de preços de cada peça e serviço solicitado, da maneira adequada, conforme descrito neste Termo de Referência, sendo que em caso de apresentação de pesquisas de locais distintos (sistema oferecido pela contratada e concessionária, por exemplo), sempre será considerado o menor e mais favorável valor para a Administração.

15.18. Ao Gestor da Frota responsável pela unidade de lotação do veículo, caberá:

15.18.1. Autuar processo de pagamento individualizado, mensalmente, ao qual deverá ser juntada cópia de todos os documentos necessários à transparente consecução dos procedimentos relativos ao encaminhamento das faturas para quitação.

15.18.2. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, mantendo gestões por escrito, mediante correio eletrônico (e-mail) ou oacio, junto à Contratada.

15.18.3. Acompanhar o prazo de vigência do contrato, fazendo gestão junto a Contratada e a Administração para obter manifestação sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

15.18.4. Acompanhar a realização dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, recepção e aceitação dos serviços/produtos, dos veículos lotados sob sua responsabilidade.

15.18.5. Atestar as notas fiscais, após sua apresentação pela Contratada.

15.19. Caberá à equipe de fiscalização do contrato acompanhar o cumprimento do prazo para apresentação dos documentos comprobatórios quanto à obrigação prevista neste Termo de Referência.

15.19.1. Após análise da conformidade das informações, a equipe de fiscalização do contrato deverá dar ciência à unidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável pelo Programa de Integridade e à empresa contratada.

15.19.1.1. Em caso de descumprimento da obrigação de apresentar o Programa de Integridade dentro dos prazos estabelecidos, a equipe de fiscalização deverá tomar as providências cabíveis para a aplicação de penalidade à empresa contratada.

15.19.2. Após a implementação ou adequação do Programa de Integridade pela contratada, a equipe de fiscalização deverá realizar acompanhamento da execução do programa, por meio do relatório encaminhado pela empresa contratada, semestralmente.

15.19.2.1. Em caso de descumprimento do envio do relatório semestral, a equipe de fiscalização deverá notificar a empresa contratada e proceder com o registro do ocorrido.

15.20. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.21. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XII, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os estabelecidos no subitem 15.17 deste Termo de Referência.

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1. não produziu os resultados acordados;

16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. A emissão de Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de forma compartimentada conforme frota específica de cada Unidade Macro Demandante, previamente informada a CONTRATADA para cadastro conforme empenho específico de cada unidade.

18.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.4. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.4.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.6.1. o prazo de validade;
- 18.6.2. a data da emissão;
- 18.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.6.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.6.5. o valor a pagar; e
- 18.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6 / 100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-----------------------------	--

18.18. O pagamento será efetuado pela Contratante de acordo com o seguinte prazo e dinâmica:

18.18.1. A Contratada é a única responsável pela correta emissão de seus documentos de cobrança, em todos os seus aspectos, observada a legislação tributária vigente.

18.18.2. A Contratada repassará à Contratante o valor correspondente aos custos cobrados pelos fornecedores credenciados, por meio de emissão de nota fiscal contra a Contratante, declarando todos os impostos e devidas tributações pertinentes a operação.

18.18.3. A Contratada deverá emitir notas fiscais/faturas, uma mercantil detalhando e discriminando o valor total por tipo de produto adquirido e outra com o valor dos serviços prestados no período.

18.18.4. As notas fiscais devem ser entregues a Contratante em formato PDF, sendo vedada a recepção de documentos em formatos que obriguem a necessidade de conversão, incompatibilizando a utilização imediata do documento.

18.18.5. A Contratada apresentará a nota fiscal/fatura ao fiscal do contrato designado, por meio físico ou meio eletrônico.

18.18.6. Os serviços de gerenciamento serão faturados de acordo com a Unidade de lotação do veículo, independentemente do local em que foi realizada a transação.

18.18.7. Na ocasião do faturamento, os descontos ofertados na licitação deverão já estar incluídos no valor da fatura correspondente.

18.18.8. Juntamente com as notas fiscais/faturas, a Contratada:

18.18.8.1. Disponibilizará relatórios analíticos e sintéticos do período faturado, discriminando todas as transações/operações realizadas, por base operacional e respectivo centro de custo, anexando as notas fiscais dos estabelecimentos na ordem que constam no relatório;

18.18.8.2. Em atenção a obrigação de retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Federal estipulado, principalmente, pela Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e, ainda considerando as regras estipuladas pelos municípios, deverá disponibilizar, como condição *sine qua non* para a realização do pagamento, tabela demonstrativa dos recolhimentos necessários, conforme modelo constante no Anexo X deste Termo de Referência, que deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos:

- a. Nome do estabelecimento;
- b. CNPJ do estabelecimento;
- c. Categoria (optante ou não pelo simples);
- d. Tipo de nota fiscal (serviço ou material/peça);
- e. Número da nota fiscal;
- f. Valor bruto do serviço/peça;
- g. Incidência de tributo (discriminar nominalmente o imposto/retenção);
- h. Município;
- i. Taxa de tributação incidente (%);
- j. Valor líquido;
- k. Valor da taxa de administração, se houver.

18.18.9. As notas fiscais dos estabelecimentos deverão ser compatibilizadas com o relatório de

conferência da nota fiscais mensalmente emitido pela Contratada, e deverão ser encaminhadas na ordem do relatório, sem as quais o processo não poderá seguir o trâmite para quitação.

18.18.10. Para efeito de medição do valor a ser pago pelos produtos e serviços, a Contratada deverá considerar todo o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês.

18.18.11. Para efeito de medição do valor total da taxa de administração, a Contratada deverá considerar a quantidade de veículos/máquinas/equipamentos que efetivamente realizaram pelo menos uma transação, do primeiro ao último dia do mês, limitada a uma unidade de taxa por veículo, independente da quantidade de transações/mês, emitindo uma única nota fiscal.

18.18.12. As notas fiscais deverão discriminar as descrições dos serviços que se fizerem necessárias, assim como os descontos contratados.

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - GRUPO 5 - TRANSPORTES exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2.1. O índice a ser aplicado será aquele resultado da soma relativa aos 12 meses de vigência. (Exemplo: Se o vencimento do contrato dá-se em junho, o IPCA aplicado será aquele obtido com a soma dos índices de junho a dezembro do ano anterior, mais janeiro a maio do ano em curso.)

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 21.2.4. também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “21.2.1.”, “21.2.3.”, “21.2.4.” e “21.2.5.” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A Contratada ficará sujeita, ainda, as seguintes sanções:

21.7.1. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato, caso descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando:

21.7.1.1. Não se aparelhar adequadamente para a execução do objeto contratado;

21.7.1.2. Por qualquer modo, impedir ou dificultar os trabalhos da Contratante pela área Gestora do Contrato.

21.7.1.3. Deixar de apresentar os relatórios solicitados no Termo de Referência;

21.7.1.4. Deixar de cumprir quaisquer dos prazos previstos no Termo de Referência;

21.7.1.5. Deixar de apresentar representante/preposto, nos moldes estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles descritos no item 5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, deste Termo de Referência.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.4.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global, considerando o menor preço em relação aos itens 01 e 02 e maior desconto oferecido em relação aos itens 03, 04 e 05, em conformidade com o disposto no item 1.7 e subitens, deste Termo de Referência.

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. Os valores de referência serão obtidos durante a realização da Pesquisa de Mercado.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

25.	DOS ANEXOS
25.1.	Anexo I - Estudo Técnico Preliminar da Contratação (24188365);
25.2.	Anexo II - Especificações quanto ao fornecimento de combustíveis;
25.3.	Anexo III - Especificações quanto a manutenção da frota automotiva
25.4.	Anexo IV - Modelo de Declaração de Vistoria ou de Renúncia de Vistoria;
25.5.	Anexo V - Relação de Veículos por UG;
25.6.	Anexo VI - Quantidade de Veículos e eventos por Unidade Gestora;
25.7.	Anexo VII - Custo Estimado da Contratação;
25.8.	Anexo VIII - Municípios onde deve existir Rede Credenciada
25.9.	Anexo IX - Prazos e Taxas de Sucesso
25.10.	Anexo X - Tabela Demonstrativa de Retenções Tributárias
25.11.	Anexo XI - Modelo de Proposta
25.12.	Anexo XII - IMR - Índice de Medição de Resultados

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES QUANTO AO FORNCIMENTO DE COMBUSTÍVEIS	
1.	Este anexo contém regras e especificações quanto a prestação de serviços de administração e gerenciamento por meio de sistema informatizado para, mediante intermediação, junto a rede credenciada de estabelecimentos, por parte da Contratada, fornecimento de combustíveis e manutenção leve, o que seja, fornecimento e troca de óleos, filtros lubrificantes, serviços de lavagens e de borracharia, para correto funcionamento de máquinas, equipamentos e veículos pertencentes ao patrimônio do SENAPPEN - gerenciador, e suas unidades desconcentradas - participantes, e demais órgãos participantes, conforme estimativas contidas no Termo de Referência, e outros que venham a ser substituídos, acrescidos à atual frota, bem como os à disposição/serviço, cedidos à Contratante por meio de convênio, contratos, cessões, comodatos ou ordem judicial e, ainda, aqueles locados pelo órgão, sem prejuízo daquelas regras e especificações contidas no Termo de Referência e seus demais anexos, incluindo:
1.1.	Gasolina comum.
1.1.1.	Álcool comum.
1.1.2.	Diesel do tipo comum, S10, S50, biodiesel, marítimo, ou qualquer outro necessário ao perfeito funcionamento da máquina, equipamento ou veículo.
1.1.3.	Gás liquefeito de petróleo - GLP.
1.1.4.	Gás natural veicular - GNV.
1.1.5.	Arla 32.
1.1.6.	Qualquer outro tipo de combustível e de soluções aditivas, indicados pela Contratante como necessário(s) ao perfeito abastecimento da máquina, equipamento ou veículo.
1.1.7.	Fornecimento e troca de óleo para motor, diferencial, caixa de transmissão, direção hidráulica, sistema de freio, e qualquer outro necessário ao perfeito funcionamento da máquina, equipamento ou veículo.
1.1.8.	Fornecimento e troca de filtros automotivos (ar, lubrificantes, hidráulicos, combustíveis e higienização de ar condicionado), palhetas, lâmpadas de farol/lanternas.
1.1.9.	Lavagem externa, interna, com aspiração e aplicação de cera.
1.1.10.	Serviços de borracharia limitados a reparos de pneus e câmaras de ar e ao fornecimento e substituição de válvulas.
1.1.11.	Arla 32.
1.1.12.	Qualquer outro tipo de soluções aditivas, indicados pela Contratante como necessário(s) ao perfeito abastecimento da máquina, equipamento ou veículo.
1.1.13.	Fornecimento e troca de óleo para motor, diferencial, caixa de transmissão, direção hidráulica, sistema de freio, e qualquer outro necessário ao perfeito funcionamento da máquina, equipamento ou veículo.
1.1.14.	Fornecimento e troca de filtros automotivos (ar, lubrificantes, hidráulicos, combustíveis e higienização de ar condicionado), palhetas, lâmpadas de farol/lanternas.
1.1.15.	Lavagem externa, interna, com aspiração e aplicação de cera.
1.1.16.	Serviços de borracharia limitados a reparos de pneus e câmaras de ar e ao fornecimento e substituição de válvulas.
1.1.17.	Fornecimento de aditivos, componentes, dispositivos, métodos, etc., para compensação de carbono, com emissão, e disponibilização para fácil acesso, de relatórios mensais de índice de emissão de CO ² e formas de compensação, objetivando a otimização do consumo de combustíveis e redução de poluentes, visando atingir critérios legais de sustentabilidade.
1.2.	A Contratada deve possuir estabelecimentos credenciados para a prestação dos serviços nos locais elencados no Anexo VIII do Termo de Referência, podendo ser acrescidas outras localidades, conforme necessidade da Contratante, sendo certo que não pode haver nenhuma restrição do uso da rede efetivamente credenciada pela Contratada.
1.3.	A inclusão do fornecimento de filtros e serviços de lavagens e borracharia, deve-se à particularidade das ações da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, objetivando atender necessidades prementes à consecução de uma missão/operação e considerando as dificuldades de credenciamento de estabelecimentos, do tipo oficina, naquelas localidades mais afastadas dos grandes centros e de difícil acesso.
1.4.	A Contratada deverá:
1.4.1.	Apresentar relação de sua rede credenciada, que deve estar apta a atender em todas as regiões listadas no Anexo VIII do Termo de Referência, e a todas as espécies, marcas, modelos e tipos de veículos descritos no Anexo V do Termo de Referência, e outros que vierem a ser incorporados ao patrimônio da Contratante, sendo que não pode haver nenhuma restrição, particionamento ou limitação no atendimento à Contratante, sob pena de sofrer as sanções previstas em edital.
1.4.2.	A localização dos estabelecimentos de demais serviços a serem contratados, sempre que possível, deverá atender os seguintes requisitos:
	a) Localizar-se em rodovias e estradas federais.
	b) Distar, no máximo, 50 km das Penitenciárias Federais, descritas no Anexo V do presente Termo de Referência.
	c) Distar, no máximo, 200 km entre si.
	d) Os estabelecimentos credenciados deverão, preferencialmente, prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, os 07 (sete) dias da semana, inclusive, feriados, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento.
1.4.3.	A fim de promover total clareza quanto ao item anterior, observa-se que a rede credenciada pela contratada deve ser utilizada pela Contratante de maneira irrestrita, não podendo existir estabelecimento relacionado como credenciado indisponível para uso da Contratante (rede restrita).
1.5.	Manter um representante/preposto, para prestar, junto à Contratante, esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive, fora dos dias e horários normais de atendimento: sábados, domingos e feriados.
1.6.	Respeitado o previsto na Lei nº 13.455, de 26 de junho de 2017, os preços a serem pagos pela manutenção leve terão, como limite, sempre que possível, o valor à vista, aplicando-se os percentuais de desconto contratados, no que couber, não podendo existir qualquer restrição quanto à rede credenciada (a chamada rede restrita) por questões de valores praticados ou quaisquer outras. Assim, deve-se atender ao constante na tabela da Agência Nacional do Petróleo - ANP, denominada "Resumo Mensal por Estado", a ser obtida no sítio eletrônico da citada Agência, sendo certo que valor máximo admitido, por litro, será aquele constante na coluna "Preço ao Consumidor"> "Preço Máximo" e observar o estado onde o veículo, máquina e/ou equipamento tiver efetivado a transação.
1.7.	Não devem ser considerados preços por município ou por região.
1.8.	Providenciar, às suas expensas, sempre que houver interesse da Contratante o credenciamento de um novo estabelecimento desejado, atentando-se para os prazos listados no Anexo IX do presente Termo de Referência.
1.9.	Implantar e operacionalizar, junto à Contratante um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento do consumo de peças e serviços, propiciando à Contratante gestão e controle detalhado das informações, nos moldes previstos no Termo de Referência.

1.9.1. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais *Windows 95/98/XP/2000/Vista/Seven/8/10* e *Linux* com os navegadores *MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome*, e também com ferramentas de escritório *Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven, LibreOffice e BrOffice*, ou outro que possa vir ser a utilizado pela Contratante, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da Contratada quaisquer *softwares* adicionais necessários ao seu acesso.

1.9.2. Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema *online*, a Contratada deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

1.9.3. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, máquinas, equipamentos, usuários e respectivas despesas.

1.9.4. O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos, máquinas, equipamentos no banco de dados.

1.10. Disponibilizar acesso a *software*, em ambiente *web* para gerenciamento da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade, o cadastramento de todos os veículos, máquinas, equipamentos que a integrarem, respeitado o prazo estipulado no **Anexo IX** do Termo de Referência.

1.11. Possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo, máquina, equipamento e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos, por meio de:

1.11.1. Sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.

1.11.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos produtos e serviços adquiridos junto à rede credenciada no momento do **serviço prestado**.

1.11.3. Registro informatizado dos dados de **serviços** disponíveis para consulta via *Internet(web)* em tempo real (*online*).

1.11.4. Acesso aos Gestores Nacionais, Regionais e Locais de Frota, que permita consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão, consulta de relatórios, cadastramento de usuários com diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela Contratante, sem nenhuma restrição, a exemplo, aos prazos, dentre outras funcionalidades.

1.11.5. Informatização dos dados do veículo, máquinas, equipamentos, unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de produtos e serviços a serem alimentados, por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.

1.11.6. Rede de postos de abastecimento equipados para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada.

1.11.7. Interface digital e amigável.

1.11.8. Interligação de todas as operações de manutenção leve que forem registradas, com as de manutenção preventiva, corretiva e de correção de danos, a fim de que não se perca o histórico do veículo, máquina, equipamento tanto menos se promovam duas ou mais operações semelhantes (por exemplo: uma troca de óleo realizada no posto de combustível deve figurar no histórico do veículo, da máquina, do equipamento, para que não seja feita solicitação do mesmo serviço no sistema de manutenção preventiva e corretiva da Contratante).

1.11.9. Deve ter a funcionalidade de incluir digitalmente, on-line e em tempo real, uma transação que, excepcionalmente, tenha ocorrido fora da rede credenciada, e trazer o histórico para o relatório.

1.12. Os relatórios/informações devem estar disponíveis para extração por parte da Contratante, no sistema contratado, sem restrições de período/base, entre outros, ou seja, quando houver necessidade de confecção de um relatório/informação, o lapso temporal deve permitir a extração de dados, desde a data da contratação, independente da base ou das bases onde o veículo/máquina/equipamento tenha estado durante toda a contratação.

1.13. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelo gestor nacional ou regional de frota, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão, não se admitindo restrição de período.

1.14. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento das demandas da Contratante não deverá ser superior a **cinco dias úteis**.

1.15. As informações relativas às transações realizadas deverão ser disponibilizadas *online* no sistema de gestão.

1.16. Após a assinatura do contrato, as partes definirão a sistematização de novos credenciamentos, desde a forma de solicitação até os requisitos exigidos, atendendo-se aos prazos elencados no **Anexo IX** do Termo de Referência.

1.17. A implantação do sistema de gerenciamento fica vinculado aos prazos e às demais condições constantes no **Anexo IX** do Termo de Referência.

1.18. A prestação dos serviços e fornecimento de peças acima descritos deverá atender:

1.18.1. À atual frota oficial da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, conforme relação constante do **Anexo V** do Termo de Referência.

1.18.2. Outros veículos, máquinas ou equipamentos que venham a ser acrescidos ou substituídos à atual frota da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais.

1.18.3. Veículos, máquinas ou equipamentos cedidos à SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, por meio de convênio, contratos ou ordem judicial.

1.18.4. Veículos, máquinas ou equipamentos sob cessão de uso da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais.

1.18.5. Veículos, máquinas ou equipamentos a serviço da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, ou ainda aqueles de outros órgãos públicos, que estejam sendo utilizados diretamente por quaisquer dos órgãos participantes ou em operações integradas.

1.19. Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a empresa obriga-se a manter e a fornecer os dados e os relatórios gerenciais solicitados pelos órgãos gerenciadores e participantes, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

1.20. A Contratada deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa da contratante, bem como dos usuários autorizados a registrar as manutenções no sistema.

1.21. Todas as informações devem guardar sigilo necessário devido as ações desenvolvidas pela SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, devendo ter base de hospedagem segura, respondendo a empresa por qualquer vazamento de informações na esfera civil e criminal.

1.22. As empresas que serão credenciadas pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com o objeto deste Termo de Referência.

1.23. Sob nenhuma hipótese, caberá à Contratada a autorização de execução de serviços ou aquisições de produtos, ficando sob sua única responsabilidade o ônus havido de uma execução de serviço/materiais nesses parâmetros.

2. DO SISTEMA GERENCIAL E FORMATAÇÃO DE RELATÓRIOS

2.1. A contratada, por meio de seu sistema, deverá viabilizar a compra/pagamento e o controle de produtos e serviços contratados com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, devendo estas informações estarem disponíveis, para consulta na *web*, imediatamente após realizada a transação. O sistema deverá:

2.1.1. Permitir que sejam feitos avisos de qualquer natureza por meio da ferramenta *web*, diretamente nos Slips de abastecimentos direcionados aos condutores, como por exemplo: Entrar em contato com o Gestor.

2.1.2. Permitir, dentre os parâmetros de abastecimento, a determinação de dias, faixa de horários, intervalo de tempo e quilometragem para abastecimento.

2.1.3. Ter a opção de emissão de 2ª via do cupom de transação, sem a intervenção da Contratada.

2.1.4. Oferecer solução móvel (Android e IOS) que possibilite ao condutor encontrar o estabelecimento credenciado mais próximo, evitando assim que se percorra grandes distâncias. A solução móvel ainda deverá permitir ao condutor traçar rotas até o estabelecimento desejado.

2.1.5. Enviar informativo sobre os abastecimentos com inconsistências por e-mail e/ou SMS para o gestor da unidade e/ou centro de custo vinculada ao veículo.

2.1.6. Possuir informativo em sua tela inicial com os preços praticados pela rede credenciada na cidade da Contratante a fim de facilitar o direcionamento da frota para os estabelecimentos com o melhor preço.

2.1.7. Permitir, via sistema on-line, o cadastro em massa da frota da Contratante. Mandar um email, a cada transação manual ou cancelada que ocorrer, para os fiscais/gestores cadastrados. Ter opção de inativar o veículo após três tentativas de transação com erro.

2.1.8. Permitir, desde a data de assinatura do contrato, que os fiscais/gestores possam consultar e extrair relatórios, quanto ao histórico de todas as transações realizadas pelo veículo/máquina/equipamento, independente da base inicial ou para onde tenha sido movimentado/transferido, sem qualquer perda de informações, independente do módulo onde a transação tenha sido realizada.

2.2. As operações (transações) deverão disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações individuais, seja na forma eletrônica (*online*), ou via autorização por URA (Unidade de Resposta Auditável – atendimento telefônico eletrônico):

- Base de Gerenciamento.
- Placa e demais dados de identificação do veículo/máquina/equipamento.
- Município / UF /estabelecimento.
- Data e hora.
- Tipo de operação (compra, consulta, estorno, etc.).
- Origem (P.O.S., central de atendimento).
- Produto adquirido.
- Quantidade.
- Valor da operação por veículo/máquina/equipamento.
- Valor da mão de obra.
- Identificação do responsável pelo serviço prestado (servidor/colaborador).
- Marcação da quilometragem/horímetro do veículo/máquina/equipamento.
- Valor unitário do produto.
- Valor da compra.

2.2.1. Tanto para transações *online*, como para aquelas em que seja necessário pedido de autorização por meio eletrônico (computador, *tablet*, celular, telefone, etc.), será obrigatória a utilização de senha pessoal do usuário, a fim de validar a transação.

2.2.2. A empresa contratada deverá possibilitar, seja por meio de seu site ou de aplicativo, a obtenção/recuperação/troca de senha, a ser promovida pelo próprio usuário, seja do cartão/chip pessoal, seja de acesso aos sistemas, no caso de gestores nacionais, regionais ou locais.

2.3. São considerados Relatórios Gerenciais Fundamentais, a serem disponibilizados via *web* ou fornecidos aos órgãos gerenciador e participantes, sem nenhuma restrição de prazos, quantidades, etc.:

2.3.1. Relatório Cadastral do veículo/máquina/equipamento, contendo, no mínimo: Local de Cadastro; Marca/Tipo/Modelo; Cor; Ano de Fabricação; Ano Modelo; Tipo combustível; Placa/UF; Chassi/Número de Série; Potência (em HP ou SHP); Número RENAVAL; capacidade do tanque; média de consumo KM/L ou Litro/H.

2.3.2. Controle Anual de Unidades Abastecidas (UA): Local de Cadastro;

2.3.3. Marca/Tipo/Modelo; Cor; Ano de Fabricação; Tipo de Combustível; Placa Atual/UF; quilometragem ou quantidade de horas utilizadas com o veículo/máquina/equipamento mensalmente e anualmente; consumo mensal e anual; média de consumo km/litro ou litro/h mensal ou anual; Quantidade de litros consumidos; custo total com combustível e inconsistências ocorridas.

2.3.4. Controle de Operação: Dados com totalizadores gerenciais e de transações.

2.4. A Contratada deverá replicar todos os dados relativos às transações realizadas, quando solicitadas, ao banco de dados dos órgãos gerenciador e participantes em meio a ser acordado.

2.5. A Contratada deverá fornecer cópia completa do banco de dados relativo a veículos/máquinas/equipamentos, usuários e transações realizadas em formato inteligível para planilhas ou banco de dados ao término de cada exercício fiscal, gravado em meio magnético ou disponível para *download*.

2.6. A Contratada deverá permitir o acesso da contratante ao banco de dados e relatórios gerenciais, via *internet*, 24 horas por dia, todos os dias, durante a vigência do contrato.

2.7. A Contratada deve possibilitar solução *web service*, para exportação de todas as informações constantes no seu banco de dados referentes aos veículos/máquinas/equipamentos, para os sistemas da Contratante, como: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIAPAC), Parte Diária Informatizada (PDI), ou qualquer outro que venha a ser adotado pelos órgãos gerenciador e participantes.

2.8. As informações do banco de dados da Contratada descritos no item anterior deverão ser fornecidas nos moldes do *layout* indicado pela Contratante.

2.9. Os relatórios gerenciais disponibilizados pela Contratada deverão permitir à Contratante verificar o consumo dos produtos e serviços utilizados pela frota não só por tipo de óleo para motor, de filtros lubrificantes, de lavagens, de serviços de borracharia, de quantidade de transações, de valor pago por tipo de transação, de histórico do veículo/equipamento/máquina; mas também deverá permitir diagnosticar diferenças significativas de consumo, de forma geral, por unidade regional e individual.

2.10. A Contratante poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

2.11. Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a empresa obriga-se a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pelos órgãos gerenciador e participantes, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

2.12. A Contratada deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa do órgão gerenciador e dos participantes, bem como dos usuários autorizados a registrar os abastecimentos no sistema.

2.13. O histórico de operações de cada veículo/máquina/equipamento não poderá ser interrompido/perdido/descontinuado, independente das bases das Superintendências Regionais ou da sede, por onde possam ter passado ou do sistema onde tenham sido adquiridos: manutenção leve ou manutenção corretiva, preventiva ou de correção de danos.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

3.1. A administração e gerenciamento contratados de forma continuada e ininterrupta, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado será adotada nos veículos, máquinas e equipamentos seguintes:

3.1.1. De propriedade da União em serviço oficial no órgão gerenciador e nos participantes.

3.1.2. De terceiros a serviço oficial do órgão gerenciador e dos participantes.

3.1.3. Alugados ou emprestados em regime de comodato ao órgão gerenciador e aos participantes.

3.1.4. Depositados judicialmente ou cedidos, doados ou à disposição dos órgãos gerenciador e participantes.

3.1.5. Novos veículos/máquinas/equipamentos que venham a ser adquiridos pelos órgãos gerenciador e participantes.

3.1.6. O contrato também poderá ser utilizado para manutenção leve de equipamentos/máquinas diversos que necessitem de combustível do tipo automotivo ou assemelhado utilizados no âmbito dos órgãos gerenciador e participantes.

3.2. A operação, o registro e o tratamento das informações deverão ser efetuados eletronicamente, por meio de sistema integrado, informatizado de autorizações, de uso de equipamentos especiais de leitura e de gravação de dados para veículos/máquinas/equipamentos e usuários.

3.3. Para atender às excepcionalidades dos órgãos gerenciador e participantes, o sistema deverá possibilitar o lançamento manual das transações com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a manter os serviços contratados em casos de pane ou de inoperância do sistema informatizado no local de abastecimento ou ainda de perda dos cartões dos veículos/máquinas/equipamentos ou dos usuários.

3.4. O sistema de administração e manutenção básica de cartões/*chips* deverá ser disponibilizado para cada Contratante de maneira a realizar procedimentos como correção de transações, alterações de senhas, atualização, bloqueio e liberação.

3.5. A rede credenciada deverá estar equipada de forma a integrar o sistema de fornecimento de combustíveis e manutenção leve com a utilização dos cartões de usuário e veículo/máquina/equipamento, e deverá dispor de equipamento eletrônico de meio de captura e este deve servir de contato do motorista com o gestor para as situações em que ocorrer impossibilidade de efetuar a transação por ausência de saldos ou qualquer evento análogo, sendo que a mensagem enviada deve ser disponibilizada por aviso no sistema, e-mail e SMS.

3.6. No ato da utilização dos produtos ou dos serviços será obrigatória a utilização do cartão/*chip* ou equipamento semelhante do veículo/máquina/equipamento, que deverá possuir senha

individual.

3.7. A utilização de cartão/*chip* do usuário será facultativa, contudo, obrigatoriamente, cada usuário deverá ter sua identificação validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, seja *online* ou *offline*, sendo de responsabilidade da Contratada a implementação de solução que identifique e iniba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

3.8. Cada veículo/máquina/equipamento será cadastrado no sistema da Contratada e identificado por características básicas como: placa, tipo, *status* (ativo ou inativo), capacidade máxima de abastecimento, chassi, tipo de combustível, marca/modelo, versão, motor, fabricante, ano de fabricação e modelo, patrimônio, unidade de lotação, hodômetro, cor, etc.

3.9. Cada usuário será cadastrado no sistema da Contratada e identificado por características básicas de, no mínimo, nome e matrícula.

3.10. As senhas, seja obtenção/recuperação/troca, deverão ser informadas de forma segura e inviolável, de forma imediata, seja por meio de seu site ou de aplicativo, a ser promovida pelo próprio usuário, seja do cartão/*chip* pessoal, seja de acesso aos sistemas por gestores nacionais, regionais ou locais.

3.11. O condutor, devidamente identificado e validado no momento da operação de manutenção leve, será considerado responsável pela respectiva transação.

3.12. Não será permitido fornecimento de combustíveis ou manutenção leve de veículos/máquinas/equipamentos não cadastrados, por responsável não identificado ou previamente autorizado.

3.13. O sistema deverá possibilitar a utilização de diversos combustíveis para um mesmo veículo e/ou equipamento/máquina, face ao fato de que esses podem utilizar bicomcombustíveis na frota do órgão gerenciador e dos participantes, bem como dos demais produtos e serviços constantes no objeto do Termo de Referência.

3.14. O sistema terá seu uso restrito para fornecimento dos insumos descritos no subitem 1.1, não sendo permitida a aquisição de quaisquer outros produtos ou serviços não especificados neste anexo ou no Termo de Referência.

3.15. A Contratante deverá estabelecer, para cada veículo/máquina/equipamento da sua frota, um limite de crédito (em moeda nacional corrente), o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do gestor nacional ou do gestor regional, conforme o caso. As transações realizadas pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da contratada.

3.16. O sistema contratado deverá permitir alterações *online* nos limites inseridos inicialmente, bem como o bloqueio/desbloqueio/troca de senha com operações individualizadas.

3.17. Quando a efetivação das operações descritas no subitem anterior, ou quaisquer outras, dependerem de equipamento eletrônico, este deverá ser disponibilizado a cada uma das Unidades Contratante.

3.18. A emissão de cartões/*chips* da SENAPPEN, das Penitenciárias Federais e de participantes, será autorizada pelo gestor nacional, nas suas Unidades Regionais pelos respectivos gestores regionais, sendo que a primeira emissão sempre será realizada sem qualquer custo adicional para a Contratante.

3.19. Caso a transferência de veículo/máquina/equipamento ou usuários entre as Unidades Regionais implique na confecção de novos cartões/*chips*, este custo será de responsabilidade da Contratada.

3.20. As bases de gerenciamento terão acesso via internet ao sistema da Contratada que permita a manutenção dos cadastros de veículo/máquina/equipamento e usuários, controle de cartões, consulta e emissão de relatórios e todas as demais operações e funcionalidades descritas neste documento e no Termo de Referência e seus demais anexos.

3.21. As bases de gerenciamento deverão possuir níveis de acesso ao sistema de acordo com o porte de autorização e controle, de acordo com a determinação do gestor da Base de Gerenciamento Nacional.

3.22. O sistema deverá possibilitar o bloqueio imediato do uso de qualquer cartão/*chip*, local e regionalmente pelo respectivo gestor e nacionalmente pelo gestor nacional, ou ainda quando da comunicação de perda ou extravio ao serviço de suporte técnico.

3.23. O sistema deverá possibilitar o bloqueio temporário a fim de evitar custos com confecção e emissão de novo cartão/*chip*.

3.24. O sistema deverá ter a funcionalidade de solicitação e emissão de segunda via de cartões/*chips* ou assemelhados.

3.25. Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá reemitir anualmente, sem ônus para a Administração, a quantidade de cartões/*chips* correspondentes a, no mínimo, 2% da quantidade de veículos/equipamentos/máquinas cadastrados.

3.26. Quando a substituição de cartões/*chips* for necessária em razão do desgaste decorrente do seu uso normal, a Contratada deverá providenciar a sua substituição sem ônus para a Contratante.

3.27. A Contratante desconsiderará possíveis transações efetuadas depois da comunicação de dano físico, perda ou extravio à Contratada.

3.28. O sistema deverá emitir comprovante da transação, independentemente da solicitação do condutor, contendo as informações, a seguir:

3.28.1. Identificação do posto (nome, município, UF).

3.28.2. Identificação do veículo/máquina/equipamento (marca/modelo, placa, lotação).

3.28.3. Registro de hodômetro.

3.28.4. Tipo de combustível/manutenção leve.

3.28.5. Data e hora da transação.

3.28.6. Quantidade referente à unidade da transação executada.

3.28.7. Valor da operação.

3.28.8. Saldo (crédito ainda existente no cartão do veículo/máquina/equipamento).

3.29. Os recibos deverão ser impressos e arquivados de forma que permaneçam legíveis nas bases locais, regionais ou nacional, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos.

3.30. Em casos excepcionais, em que a transação for realizada *offline*, ou seja, mediante preenchimento manual de formulário ou outro meio cabível, o registro deverá preservar as informações constantes no subitem anterior.

3.31. A Contratada deverá fornecer manuais operacionais de acordo com o porte de autorização e controle, mantendo-os atualizados em todas as bases de gerenciamento, bem como fornecer manual simplificado a todos os operadores do sistema.

3.32. A Contratada deverá prover suporte técnico operacional disponível 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, por meio de atendimento via correio eletrônico (*e-mail*) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços.

4. DO DETALHAMENTO DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS

4.1. Os insumos a serem fornecidos constam no item 1 deste anexo.

4.2. Todos os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

4.3. A Contratada deverá manter controle dos estabelecimentos de abastecimento quanto a regularidade e qualidade dos combustíveis.

4.4. Os estabelecimentos credenciados pela Contratada deverão, obrigatoriamente, manter em local visível, de forma clara e objetiva, a identificação de que trata-se de um estabelecimento credenciado, e apto ao uso, por parte da Contratante, conforme objeto do contrato, não podendo a Contratante ser submetida a nenhum tipo de restrição de uso da rede, sob pena de a Contratada sofrer as sanções cabíveis no Edital, Termo de Referência e seus anexos.

4.4.1. Cabe, única e exclusivamente, à Contratada a obrigação contida no item 4.4.

4.5. Promoções, descontos ou vantagens promovidas pelos estabelecimentos credenciados deverão estender-se irrevocavelmente à Contratante, sempre que houver amparo na legislação vigente.

4.6. Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos valores médios praticados por unidade da Federação divulgados pela Agência Nacional do Petróleo(ANP).

4.7. Serão configurados como abusivos, e definitivamente glosados no processo mensal de pagamento, os valores superiores ao máximo admitido por litro, que é aquele constante na coluna "Preço ao Consumidor"> "Preço Máximo" da tabela da ANP denominada "Resumo Mensal por Estado", a ser obtida por meio do endereço eletrônico <http://preco.gov.br/>. clicando-se sobre "Resumos" > Mensal - Resumo II >, logo após clicar sobre a coluna ESTADOS, e observar a unidade da federação onde o veículo/máquina/equipamento tiver efetivado a transação.

4.8. No caso de configuração de valor abusivo, a Contratada deverá submeter justificativa do preço praticado à Contratante, respondendo por eventual dolo ou culpa decorrente de erro ou

omissão, inclusive com o ressarcimento de valores.

4.9. No caso da manutenção leve, os valores máximos admitidos serão os mesmos praticados na manutenção preventiva, corretiva e de correção de danos, conforme descritos no Termo de Referência e seus anexos.

4.9.1. Todos os serviços relacionados com manutenção leve, que serão aqueles realizados nos estabelecimentos denominados "Postos de Combustíveis", e compreendem fornecimento e troca de todos os tipos de filtros automotivos, palhetas, lâmpadas de farol/lanternas, lavagem externa, interna, com aspiração e aplicação de cera e serviços de borracharia limitados a reparos de pneus e câmaras de ar e ao fornecimento e substituição de válvulas obedecerão aos mesmos critérios/regras estabelecidos para manutenção corretiva e preventiva explicitadas no Termo de Referência, no Anexo II e nos demais anexos do TR, no que couber, seja quanto a valores máximos aceitáveis de serviços e peças, seja quanto ao desconto a ser aplicado para esses serviços/peças, que deverão, obrigatoriamente, ser o mesmos oferecidos para manutenção preventiva e corretiva.

4.9.2. As manutenções leves deverão ser previamente autorizadas pelo Gestor de Frota responsável pela unidade do veículo. Na impossibilidade de autorização prévia, a manutenção deverá ser comunicada na maior brevidade possível ao Gestor de Frota por meio formal (seja por e-mail, processo Seil, etc.).

4.10. A Contratante, a qualquer tempo, se reserva ao direito de promover diligências sobre quaisquer preços de produtos ou serviços informados pela Contratada, configurados abusivos ou não.

ANEXO III - ESPECIFICAÇÕES QUANTO A MANUTENÇÃO DA FROTA AUTOMOTIVA

5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS/PRODUTOS/ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

5.1. Este anexo contém regras e especificações quanto a prestação de serviços de administração e gerenciamento compartilhado para, mediante intermediação, junto a rede credenciada de estabelecimentos, por parte da Contratada, manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada, com utilização de sistema informatizado, atendendo todas as marcas e modelos de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à SENAPPEN e Penitenciárias Federais, e outros utilizados a seu serviço, sem prejuízo das regras e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, incluindo:

- Serviço de manutenção mecânica preventiva e corretiva.
- Serviço de manutenção e revisões de garantia de fábrica.
- Serviço de manutenção elétrica.
- Serviço de guincho, com transporte em suspensão e socorro mecânico.
- Serviço de lanternagem e funilaria.
- Serviço de pintura.
- Serviço de estofagem.
- Serviços de alinhamento de direção e suspensão (caster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadorizado.
- Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves e cartões de ignição automotiva.
- Serviços de manutenção de ar-condicionado automotivo.
- Fornecimento de toda e qualquer peça necessária.
- Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo.
- Fornecimento de placas de identificação veicular.
- Fornecimento de extintores de incêndio e cargas.
- Serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares policiais luminosos e sonoros.
- Serviços de plotagem, grafismo e envelopamento nos padrões da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, inclusive, com fornecimento de todo o material necessário.
- Serviços de lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização.
- Serviços, materiais e peças de borracharia, incluindo fornecimento de pneus.
- Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar e gravação de numeração de chassi.
- Serviços, materiais e peças relacionadas com a blindagem automotiva.
- Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado no Termo de Referência, faça-se necessário ao perfeito funcionamento do veículo/máquina/equipamento.

5.2. Para melhor esclarecimento do objeto citado no item supra, define-se gerenciamento compartilhado, também conhecido no mercado como plataforma ou gestão orçamentária, como aquela em que a Contratante é a responsável exclusiva pela escolha da empresa que apresentará orçamento e pela autorização da execução do serviço, enquanto a Contratada deverá efetuar todas as tratativas junto à sua rede, no sentido de buscar sempre os menores preços e as melhores condições para execução do orçamento proposto, efetuando as cotações com outras oficinas, após apresentação do primeiro orçamento, as consultas quanto à conformidade dos preços do fabricante, pesquisas, negociando as cotações, tudo em observância às regras editalícias.

5.3. A relação de serviços e fornecimentos elencadas encontra amparo na imprescindível disponibilidade real dos veículos/máquinas/equipamentos, diante da demanda dos serviços nas áreas finalística e meio, permitindo otimizar o fluxo dos trabalhos, com controle e agilidade nas diversas localidades do país, com foco em uma gestão voltada à economicidade e efetividade, com vistas a atingir as metas institucionais.

5.4. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos/máquinas/equipamentos cadastrados com identificação de toda e qualquer transação efetuada (sem qualquer tipo de restrição, ou perda de histórico, relacionadas a transferência/mudança de base, de prazos e/ou outras), cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas com serviços gerais de oficina mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, retífica, vidraçaria, capotaria, estofamento, lavagem, lubrificação, reparação de acessórios policiais utilizados nas viaturas, serviços, materiais e peças relacionadas com a blindagem automotiva, fornecimento de baterias, de extintores de incêndio, pneus, plotagem, grafismo, envelopamento, peças em geral, confecção de placas de identificação automotivas, e tudo mais descrito no Termo de Referência, que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos/máquinas/equipamento, possibilitando o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos/máquinas/equipamentos, usuários e despesas, devendo ser disponibilizadas, a qualquer tempo, as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

5.4.1. Histórico de manutenção de veículo/máquina/equipamento – valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças, total de hora de mão de obra utilizada, o desconto aplicado, inclusive compatibilizado com as informações de operações realizadas no sistema manutenção leve, sem nenhuma interrupção/perda, etc, que caracterize que o histórico ficou corrompido, sem as informações de uma ou outra operação, independente de ter sido realizada na manutenção leve(aquela realizada em postos de combustíveis) ou na manutenção preventiva, corretiva e de correção de danos. Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações.

5.4.2. Histórico da movimentação do orçamento e das cotações, contendo: informações precisas e congruentes desde a abertura até o encerramento da transação, ainda que cancelada, contendo dados como data e hora da abertura, de cada uma das movimentações, da mudança de status; o nome de cada responsável pela ação no orçamento (abertura, lançamento, aprovação técnica, aprovação de execução, recebimento, devolução, atesto de execução do serviço, alterações, etc.). Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações.

5.4.3. Histórico facilitado de operações por veículo/máquina/equipamento, possibilitando visão geral de todos os orçamentos já abertos para cada veículo/máquina/equipamento em tela única, com comparativo de gastos associado ao valor do bem na tabela FIPE, com disparo de alerta caso os gastos, nos últimos 12 meses, atinjam 50% do valor venal do bem. Deverá estar disponível a funcionalidade de impressão dessas informações.

5.4.4. Ordem de serviço cadastrada.

5.4.5. Comparativo do valor na Ordem de Serviço.

5.4.6. Orçamento eletrônico.

5.4.7. Orçamento eletrônico complementar.

5.4.8. Registro de garantia de peças/serviços.

5.4.9. Histórico dos orçamentos.

5.4.10. Comparação de orçamentos para análise de histórico.

5.4.11. Relatório contendo grupo de peça/peça, mão de obra/hora por grupo, horas de execução, custo por peça, tabela de referência de tempo por modelo e marca.

5.4.12. Cotação em tempo real (*online*) – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo.

5.4.13. Cadastro do veículo/máquina/equipamento.

5.4.14. Composição da frota e idade média.

5.4.15. Relação de estabelecimentos de manutenção credenciados.

5.4.16. Relatório de operação de manutenção.

5.4.17. Utilização de peças e serviços por estabelecimentos.

5.4.18. Custos por grupo de manutenção por veículo/máquina/equipamento.

5.4.19. Custos e quantidade por tipo de manutenção – veículos.

5.4.20. Custos e quantidades por tipo de manutenção – equipamento/máquina.

5.4.21. Veículos/máquinas/equipamentos x manutenção preventiva.

5.4.22. Pesquisa no sistema – garantia de peças e serviços.

5.4.23. Pesquisa no sistema – preços de peças e serviços.

5.4.24. Custos por km e indicadores – veículo/máquina/equipamento.

5.4.25. Indicação de alerta quando houver a troca de uma mesma peça em prazo incompatível com ela.

5.4.26. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelos fiscais responsáveis, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão, sem qualquer restrição de limite, como prazo, quantidade, etc.

5.5. Os relatórios/informações devem estar disponíveis para extração por parte da Contratante, no sistema contratado, sem restrições de período/base, entre outros, ou seja, quando da necessidade de confecção de um relatório/informação, o lapso temporal deve permitir a extração de dados desde a data da contratação, e independente da base ou bases onde o veículo/máquina/equipamento possa ter estado, durante toda a contratação.

5.6. A Contratante poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

5.7. Para fins de pagamento mensal, cada uma das notas fiscais emitidas pelos estabelecimentos credenciados deverá conter, obrigatoriamente, o número do orçamento ao qual está vinculada e a placa do veículo/máquina/equipamento, assim como, no próprio orçamento do sistema, deverá constar, obrigatoriamente, o número das notas fiscais emitidas após a finalização dos trâmites, sob pena de devolução para correção do documento e não contagem do prazo para quitação do referido documento fiscal.

5.8. A contratação pretendida objetiva atender aos itens a seguir listados, cujas especificações são parte constante neste documento, no Termo de Referência e seus anexos:

5.8.1. Manutenção mecânica preventiva e corretiva

5.8.2. Manutenção de garantia de fábrica

5.8.3. Manutenção de veículos/máquinas/equipamentos envolvidos em danos por acidentes ou incidentes.

5.8.4. Manutenção elétrica.

5.8.5. Serviço de guincho, com transporte em caminhão plataforma e socorro mecânico.

5.8.6. Serviço de lanternagem e funilaria.

5.8.7. Serviço de pintura.

5.8.8. Serviço de estofagem.

5.8.9. Serviços de alinhamento de direção e suspensão (caster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadorizado.

5.8.10. Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves, decodificação e cartões de ignição automotiva.

5.8.11. Serviços de manutenção de ar-condicionado automotivo.

5.8.12. Fornecimento de toda e qualquer peça necessária ao uso regular do veículo/máquina/equipamento.

5.8.13. Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo.

5.8.14. Fornecimento de placas de identificação veicular.

5.8.15. Serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares policiais luminosos e sonoros.

5.8.16. Serviços de plotagem, grafismo e envelopamento nos padrões da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, inclusive, com fornecimento de material adesivo ou imantado, utilizados nos veículos/máquinas/equipamentos.

5.8.17. Serviços de lavagem, aspiração, lubrificação, polimento e cristalização.

5.8.18. Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus.

5.8.19. Serviços de vidraçaria em geral, incluindo colocação e retirada de películas de controle solar.

5.8.20. Serviços, materiais e peças relacionadas com a blindagem automotiva.

5.8.21. Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado no Termo de Referência, e neste Anexo, faça-se necessário ao perfeito reparo do veículo/máquina e/ou equipamento.

5.9. A Contratada deve possuir estabelecimentos credenciados para a prestação dos serviços nos locais elencados no **Anexo VIII** do Termo de Referência, podendo ser acrescidas outras localidades, conforme necessidade da Contratante, sendo certo que não pode haver restrição do uso da rede efetivamente credenciada pela Contratada.

5.10. Para fornecimento dos produtos e execução dos serviços indicados no rol de insumos, a Contratada deverá implantar e operacionalizar, junto à Contratante, um sistema informatizado em ambiente de produção na web, que possibilite o acompanhamento do consumo de peças e serviços, propiciando à Contratante gestão e controle detalhado das informações, nos moldes previsto no Termo de Referência.

5.11. A Contratada deverá, ainda, apresentar sua rede credenciada, sendo que não pode haver restrição, particionamento ou limitação no atendimento a Contratante, sob pena de sofrer as sanções previstas em edital.

5.12. A Contratada deverá:

5.12.1. Apresentar relação de sua rede credenciada, que deve estar apta a atender em todas as regiões listadas no **Anexo VIII** do Termo de Referência e a todas as espécies, marcas, modelos e tipos de veículos/máquinas/equipamentos descritos no **Anexo V** do Termo de Referência, e outros que vierem a ser incorporados ao patrimônio da Contratante.

5.12.2. Manter um representante/preposto, para prestar, junto à Contratante, esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive, fora dos dias e horários normais de atendimento, sábados, domingos e feriados.

5.12.3. Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

5.13. Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema *online*, a Contratada deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

5.14. Sempre que houver interesse da Contratante, a Contratada deverá providenciar, às suas expensas, o credenciamento de um novo estabelecimento desejado, atentando-se para os prazos listados neste Termo de Referência.

5.15. A Contratada deverá disponibilizar acesso a *software*, em ambiente *web* para gerenciamento da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade, o cadastramento de todos os veículos/máquinas/equipamentos que a integrarem respeitado o prazo estipulado neste objeto.

5.16. A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo/máquina/equipamento e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos, por meio de:

5.16.1. Sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.

5.16.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos produtos e serviços adquiridos junto à rede credenciada no momento do abastecimento.

5.16.3. Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via Internet(web) em tempo real(on-line).

5.16.4. Acesso para os Gestores Nacionais, Regionais e Locais de Frota, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, permitindo cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela Contratante.

5.16.5. Informatização dos dados do veículo/máquina/equipamento: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de produtos e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.

5.16.6. Ferramenta de ateste de conformidade de execução de orçamento, de forma *online*, a ser promovida pelo fiscal/aprovador.

5.16.7. Rede de estabelecimentos equipados para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada.

5.16.8. Interface digital e amigável.

5.17. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelo gestor nacional ou regional de frota, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão, não se admitindo, nesse caso, restrição de período.

5.18. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento das demandas da Contratante não deverá ser superior a cinco dias úteis.

5.19. As informações relativas às transações realizadas deverão ser disponibilizadas *online* no sistema de gestão.

5.20. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais *Windows 95/98/XP/2000/Vista/Seven/8/10* e *Linux* com os navegadores *MS Internet Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox* e *Google Chrome* e também com ferramentas de escritório *Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven, LibreOffice* e *BrOffice* ou outro que possa vir ser a utilizado pela Contratante, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da Contratada quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

5.21. O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos/máquinas/equipamentos no banco de dados.

5.22. Após a assinatura do contrato, as partes definirão a sistematização de novos credenciamentos, desde a forma de solicitação até os requisitos exigidos, atentando-se aos prazos elencados no **Anexo IX** do Termo de Referência.

5.23. A implantação do sistema de administração e gerenciamento compartilhado fica vinculado aos prazos e demais condições constantes no presente Termo de Referência.

5.24. Os estabelecimentos credenciados deverão prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante o horário comercial praticado no mercado, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento.

5.25. A prestação dos serviços e fornecimento de peças acima descritos deverá atender:

5.25.1. À atual frota oficial da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais.

5.25.2. A Outros veículos, máquinas e/ou equipamentos que venham a ser acrescidos ou substituídos à atual frota da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais.

5.25.3. A Veículos, máquinas e/ou equipamentos cedidos a SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, por meio de convênio, contratos ou ordem judicial.

5.25.4. A Veículos, máquinas e/ou equipamentos sob cessão de uso da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais.

5.25.5. A Veículos, máquinas e/ou equipamentos a serviço da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, localizados ou ainda aqueles de outros órgãos públicos, que estejam sendo utilizados diretamente por quaisquer dos órgãos participantes, ou em operações integradas.

5.26. Durante os 5 (cinco) anos seguintes à extinção do contrato, a empresa obriga-se a manter e a fornecer os dados e relatórios gerenciais solicitados pelos órgãos gerenciador e participantes, sem custos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da solicitação.

5.27. A Contratada deverá manter cadastro atualizado de toda a frota ativa e inativa do órgão gerenciador e dos participantes, bem como dos usuários autorizados a registrar as manutenções no sistema.

5.28. A empresa contratada deverá possibilitar, seja por meio de seu site ou de aplicativo, a obtenção/recuperação/troca de senha, a ser promovida pelo próprio usuário, seja do cartão/chip pessoal, seja de acesso aos sistemas, no caso de gestores nacionais, regionais ou locais.

5.29. Todas as informações devem guardar sigilo necessário devido às ações desenvolvidas pela SENAPPEN e pelas Penitenciárias Federais, devendo ter Base de Hospedagem segura, respondendo a empresa por qualquer vazamento de informações na esfera civil e criminal.

5.30. As empresas que serão credenciadas pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01, de 19/01/2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com objeto do Termo de Referência.

5.31. Sob nenhuma hipótese, caberá à Contratada a autorização de execução de serviços ou aquisições de produtos, ficando sob sua única responsabilidade, o ônus havido de uma execução de serviço/materiais nesses parâmetros.

5.32. Para execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência a Contratada deverá fornecer um sistema informatizado, via internet web, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção corretiva e preventiva por intermédio da rede de lojas, oficinas e estabelecimentos diversos credenciados pela Contratada, para atender os veículos/máquinas/equipamentos da frota da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais ou a seu serviço, que propiciará gestão e controle detalhado das informações à Contratante, de acordo com os prazos constantes neste Termo de Referência.

5.33. A Gestão compartilhada da manutenção da frota de veículos/máquinas/equipamentos, gerida pela Contratante e pela Contratada, por meio de sistema informatizado de controle integrado compreende o atendimento nos diversos estabelecimentos credenciados pela Contratada, elaboração de orçamento detalhado das peças, componentes, produtos e serviços especializados especificados no Termo de Referência, em seus **Anexos**, e os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos/máquinas/equipamentos da Contratante, observadas todas as MARCAS/MODELOS, conforme especificado neste Termo de Referência, e restauração do bem às condições de segurança, devendo a Contratada:

5.33.1. Apresentar lista de sua rede credenciada, que deve ser capaz de atender a todas as espécies, tipos, marcas e modelos de veículos/máquinas/equipamentos descritos no **Anexo V** do Termo de Referência, em todas as regiões descritas no **Anexo VIII** do Termo de Referência, e da forma indicada no Termo de Referência, mantendo-a sempre atualizada.

5.33.2. Credenciar, junto ao órgão gerenciador e cada um dos participantes, um preposto estabelecido na localidade sede da Contratante, que atuará ininterruptamente durante toda a vigência do contrato, para prestar esclarecimentos, acompanhar, atender às reclamações e demandas que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixos, celulares, fax, endereços eletrônicos e todo e qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante/Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados.

5.33.3. Disponibilizar, pelo menos, 6 (seis) acessos, por Contratante, ao Sistema Audatex/Molicar, Cilia, Orion, ou outro instrumento equivalente técnico, que deverá, no mínimo, conter todas as marcas e modelos descritas em **Anexo** deste Termo de Referência, todas as peças utilizadas na manutenção das referidas marcas e modelos, e que é uma ferramenta que possibilitará que o fiscal efetue consultas *online* da conformidade de valores com relação à tabela de preços dos fabricantes de peças, e sistema que possibilite ao fiscal a consulta quanto à tabela de tempos de mão de obra padrão, nos moldes estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

5.33.4. Quando não existir comparativo no sistema oferecido, a contratada deverá efetuar, obrigatoriamente, a consulta, local ou regional (no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento), de cada um dos itens do orçamento na concessionária do fabricante do veículo/máquina/equipamento, apresentando a referida consulta ao fiscal responsável pela aprovação do orçamento, seja por *e-mail* ou inserindo como anexo em seu próprio sistema, que deverá conter os dados da concessionária consultada, tais como nome, telefone, responsável pelos valores informados, além de cada uma das peças/serviços devidamente listados, com código de peças e serviços, e com indicação unitária de preço consultado.

5.33.5. A pesquisa apresentada precisa referir-se exatamente à marca/modelo do veículo/máquina/equipamento no qual está sendo executado o serviço, e local ou regional, isto é, somente servirá de comparativo aquele preço obtido no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento.

5.33.6. Sempre que as pesquisas quanto à conformidade de preços e condições contratadas não forem apresentadas, a Contratada estará sujeita a glosa provisória, sendo certo que essa terá até 10 dias corridos, a partir da notificação de glosa provisória por parte da Contratante, para apresentar suas justificativas ou anexos. Caso a empresa deixe de atentar para esse item, ou seja, transcorrido o decurso do prazo sem qualquer manifestação, será, então, feita a glosa respectiva, em caráter definitivo. O prazo para efetivação do pagamento ficará sobrestado até o encerramento dos 10 dias ou apresentação das justificativas ou anexos.

5.33.7. As pesquisas feitas pela Contratada deverão ser apresentadas, para a Contratante, de forma a estarem disponíveis, a qualquer tempo, para fins de auditoria ou outro, devendo figurar, preferencialmente, como parte ou anexadas, do/ao orçamento ou complemento, no próprio sistema *online*, e deverão, obrigatoriamente, conter código das peças, descrição dos serviços/acessórios, atreladas a marca/modelo/ano do veículo, assim como devem ser pesquisas na UF ou, no máximo, na mesma região da cidade onde o orçamento foi realizado.

5.34. Essas pesquisas de conformidade de mercado quanto aos preços de peças, mão de obra e tempo para execução de serviços são de responsabilidade da Contratada, item por item de cada orçamento, que obrigatoriamente deverão ser apresentadas aos fiscais da Contratante nos moldes descritos neste documento, no Termo de Referência e seus anexos, não podendo gerar nenhum ônus adicional por essa contraprestação de pesquisa, e não o isentando de disponibilizar os sistemas previstos no Termo de Referência.

5.35. A Contratada deverá garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, de garantia e os demais serviços e materiais objeto do Termo de Referência e seus anexos, será equivalente ao preço à vista descrito na Tabela de preço de peças e tabela de tempos padrão de reparos (tabela tempária) adotada pelo fabricante do veículo/máquina/equipamento mantido, aplicando-se após, o desconto contratado, cujos valores serão aferidos por meio dos sistemas indicados no Termo de Referência.

5.36. A Contratada deverá entregar, em até dez dias úteis após assinatura do contrato, o máximo de tabelas tempárias do fabricante de cada marca, que lhe seja possível, dada as limitações de fornecimento do mercado, seja por meio impresso e/ou eletrônico, caso as informações contidas na citada tabela, não constem nos sistemas ofertados, devendo apresentar justificativa, por escrito, quanto ao não atendimento desse item, para todas as marcas e modelos componentes da frota da Contratante.

5.37. A Contratada deverá providenciar, sempre que solicitado pelo órgão gerenciador e participantes, o credenciamento de algum novo estabelecimento, de acordo com o Termo de Referência:

5.37.1. Caso o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório.

5.37.2. Caso o preço praticado pelas empresas constantes da rede credenciada não esteja dentro dos limites máximos estabelecidos no Termo de Referência. 1.43.3. Caso haja necessidade de ampliação de atendimento por parte da Contratante, ou 1.43.4. Por quaisquer outras questões técnicas.

5.37.3. Caso haja necessidade de ampliação de atendimento por parte da Contratante, ou

5.37.4. Por quaisquer outras questões técnicas.

5.38. A Contratada deverá disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como equipamentos periféricos do sistema destinados aos veículos/máquinas/equipamentos, que viabilizem o gerenciamento de informações da frota.

5.39. A Contratada deverá prover uma forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico.

5.40. A Contratada deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento compartilhado da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade o cadastramento de todos os veículos/máquinas/equipamentos que a integram no momento da contratação e cada novo veículo/máquina/equipamento adquirido pela Contratante.

5.41. O gerenciamento compartilhado tem sua definição no tipo de contratação que envolve responsabilidades compartilhadas pela Contratante e pela Contratada, também é denominado orçamentação, e envolve as seguintes etapas, com cenários e atores com funções determinadas claramente:

5.41.1. A Contratante faz a solicitação do serviço/fornecimento de peças, por meios do sistema informatizado da Contratada.

5.41.2. Em atendimento aos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 2.354/2017-TCU-Plenário, o sistema contratado deverá permitir o envio, automático, *online*, após a realização do orçamento inicial, de pedidos de elaboração de orçamentos a todas as credenciadas localizadas no município em que o veículo/máquina/equipamento realizará a manutenção, assim como, no orçamento, deverá constar a data prevista para início e término dos serviços, visando garantir a transparência das operações.

5.41.3. Para atendimento do item 5.41.2, após inclusão do primeiro orçamento no sistema, fica a Contratada obrigada a encaminhar *online* as solicitações de outros orçamentos, que servirão para obtenção dos parâmetros necessários à tomada de decisão do fiscal, para as credenciadas. A Contratada é responsável pelas negociações que envolverem cada orçamento junto à rede credenciada de estabelecimentos, pelos acompanhamentos dos prazos e execução dos serviços pelas credenciadas, além das consultas de preços de mercado de peças, serviços e tempo padrão, que devem, obrigatoriamente, ser apresentadas para os fiscais, sempre observando os itens contratados e os prazos previstos no Termo de Referência e seus anexos.

5.41.4. Depois de recebidas as respostas de orçamentos/cotações, fica a Contratada obrigada a realizar o tratamento do orçamento inicial e das, pelo menos, duas menores cotações oferecidas, em relação a primeira, de maneira que sempre fique registrado no sistema a existência de, minimamente, 3 orçamentos devidamente tratados, em conformidade com os itens elencados/listados no Termo de Referência e seus anexos.

5.41.5. O fiscal do contrato poderá, em caso de necessidade operacional, encaminhar as solicitações de cotações as credenciadas que desejar, não isentando, no entanto, a Contratada dessa responsabilidade contratual.

5.41.6. A fim de alicerçar a decisão de aprovação do orçamento, por parte do Fiscal Técnico, sempre que um veículo/máquina/equipamento tiver que ser transportado de um estabelecimento credenciado para outro, considerando uma proposta cobertura de menor preço, deverá, obrigatoriamente, constar no orçamento, os custos que envolverem esse transporte e, caso não haja ônus, essa informação deverá constar expressa no orçamento a ser aprovado.

5.41.7. Excetuam-se da obrigação de obtenção de, no mínimo, dois outros orçamentos, os serviços dispostos a seguir:

a) Os serviços de revisão em garantia ou demais trocas de peças e/ou serviços realizados em concessionárias, obedecerão ao critério de aceitação, de acordo com os itens previstos no manual do fabricante, e conforme valores de pacotes de revisão e de peças e serviços a serem praticados na data do evento, pela concessionária da marca, mediante comprovação por pesquisa, local ou regional (no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento), que deverá ser feita e apresentada pela Contratada ao Fiscal.

b) Quando se tratar de peças e/ou serviços cujo sistema já tenha registro de comparativo de todas as peças e serviços necessários, com validade de até 03 (três) meses da data de elaboração do orçamento com menor preço.

c) Orçamentos cujos valores não ultrapassem R\$ 500,00 (quinhentos reais), por afigurar despesa de pequeno vulto frente aos problemas, urgências e operações relevantes que possam surgir, a exemplo: troca de óleo, de filtros, de lâmpadas, de limpadores de para-brisas, correções no sistema de iluminação, nos acessórios e sistemas policiais – sirene, estrobo, giroflex – e outros itens correlatos.

5.41.8. Cada orçamento, tanto o primeiro quanto as cotações, deverá conter, claramente, o valor inicial, o valor do desconto, e o valor final, após o desconto, sendo que as negociações feitas pela Contratada devem permanecer como histórico no sistema, a fim de que reste comprovada a economicidade propiciada pelo modelo utilizado e, ainda, que a Contratada está atenta aos itens contratados, como valores máximos de mão de obra, de peças e de tempo para execução de serviços, descontos, etc.

5.41.9. Independente dos descontos contratados e dos valores máximos admitidos para peças e serviços, a Contratada deverá primar por reduzir os gastos com manutenção da Contratante, buscando potencializar as negociações com os estabelecimentos credenciados.

5.41.10. A fim de comprovar sua ação de economicidade prevista no item anterior, a Contratada deverá apresentar relatórios trimestrais que indiquem esses índices.

5.41.11. A Contratante é a única que pode autorizar os orçamentos/cotações previamente apresentados.

5.41.12. O estabelecimento credenciado que oferecer o menor orçamento, executará os serviços e fornecerá peças devidamente autorizados pela Contratante.

5.41.13. Caso seja necessária aprovação de orçamento em situação diversa do explicitado neste documento, o fiscal autorizador deverá apresentar justificativa escrita no corpo do próprio orçamento, registrando no sistema em campo de mensagens restrita para visualização do fiscal e da Contratada.

5.41.14. O estabelecimento que executou o orçamento somente poderá emitir notas fiscais após a aprovação/atesto do serviço pela Contratante e essa aprovação não pode ser feita por processo automático do sistema da Contratada, antes do prazo de 15 dias corridos, contados a partir da devolução do veículo, registrada pelo sistema.

5.41.15. A Contratada é responsável pelo recebimento, conferência e envio, para Contratante, das notas fiscais/faturas emitidas pelas credenciadas.

- 5.41.16. Os orçamentos de serviços fora de garantia realizados, em concessionárias, não eximem o fiscal e a Contratada da obrigação de obtenção de duas outras cotações.
- 5.42. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelos fiscais responsáveis, sem qualquer tipo de restrição, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.
- 5.43. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante, não deverá ser superior a um dia útil.
- 5.44. A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas deverão ser descentralizadas e automáticas, a partir do momento da realização das transações nos estabelecimentos conveniados.
- 5.45. A solução proposta deverá permitir a informatização dos dados de quilometragem, identificação do veículo/máquina/equipamento, datas, horários, tipos de serviços realizados e peças adquiridas, por meio de:
- 5.45.1. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção da frota.
- 5.45.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos/máquinas/equipamentos junto às oficinas credenciadas.
- 5.45.3. Sistema operacional para processamento das informações via web em tempo real pela Contratante e Rede Credenciada.
- 5.45.4. Registro informatizado dos dados de manutenção disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (on-line).
- 5.45.5. Acesso para os Gestores Nacionais, Regionais e Locais de Frota, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta e elaboração de relatórios, sem restrições, cujos níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pela Contratante.
- 5.45.6. Informatização dos dados do veículo/máquina/equipamento e respectiva unidade organizacional, da vida mecânica, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de peças, componentes e serviços, a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.
- 5.45.7. Possibilidade de adquirir peças diretamente de distribuidores credenciados, reduzindo custos com aquisição.
- 5.45.8. Processo de consolidação de dados e emissão de relatórios pela internet.
- 5.45.9. Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada.
- 5.45.10. Interface digital (oficinas x Contratante).
- 5.45.11. Orçamento e orçamento complementar eletrônico com acesso *online*.
- 5.45.12. Banco de dados dos históricos de orçamentos e de manutenções realizadas.
- 5.45.13. Planilha de custos por marca/modelo/área.
- 5.45.14. Histórico de manutenção por veículo/máquina/equipamento.
- 5.45.15. Ferramenta *online* para avaliação e autorização de serviço.
- 5.45.16. Relatório de custos por setor/delegacias/centro de custos.
- 5.46. O sistema contratado deverá possibilitar a realização de manutenção preventiva, corretiva e outras prestações de serviços, conforme segue:
- 5.46.1. Manutenção preventiva, que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do veículo/máquina/equipamento, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou na paralisação do veículo/máquina/equipamento.
- 5.46.2. Manutenção corretiva, que visa tornar operacional o veículo/máquina/equipamento ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos e reparar pequenas avarias.
- 5.46.3. Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a Contratante com relação aos veículos/máquinas/equipamentos com garantia de fábrica, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas.
- 5.46.4. Reparação decorrente de danos e/ou incidentes de quaisquer naturezas ou acidentes de trânsito.
- 5.46.5. Prestação de serviços de mão de obra, que deverão ser realizados por profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência, com qualidade desejada e com garantia.

6. DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS, E DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS PELA REDE CREDENCIADA

- 6.1. A Contratada deverá manter credenciamento com concessionárias das marcas que compõem a frota da Contratante conforme disposto no **Anexo V**, obrigando-se, no mínimo, a atender nas localidades e as quantidades indicadas no Termo de Referência, inclusive, objetivando manter a garantia de fábrica para a revisão dos veículo/máquinas/equipamentos novos.
- 6.2. A Contratada deverá manter credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de materiais e serviços que atuem nos segmentos a seguir listados, no mínimo, nos municípios de localização das sedes da Contratante, caso não seja possível encontrar tais serviços em todas as localidades descritas no item 6.1:
- 6.2.1. Elétrica, mecânica, funilaria, lanternagem, retificação e ajuste de motores e os demais serviços necessários para o pleno restabelecimento do veículo/máquina e/ou equipamento à frota automotiva da Contratante.
- 6.2.2. Adesivagem/adessivos, plotagem, envelopamento automotivo e afins, nos padrões SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, cujos valores cobrados não poderão exceder pesquisa de mercado realizada pela Contratada e submetida à análise do fiscal da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça.
- 6.2.3. Cópia de chaves simples e codificadas, assim como na abertura de portas e fechaduras de veículo/máquina/equipamento, cujos valores cobrados não poderão exceder pesquisa de mercado realizada pela Contratada e submetida à análise do fiscal da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça, ou ainda aos valores constantes no histórico de orçamentos cuja natureza seja do mesmo serviço/material, datados de, no máximo, 3 meses anteriores ao orçamento que se pretende pesquisar.
- 6.2.4. Placas de identificação e tarjetas para todas as marcas e modelos de veículo/máquina/equipamento da Contratante, ou a seu serviço, no padrão estabelecido pelo CONTRAN, cujos valores cobrados não poderão exceder aquele verificado em pesquisa junto às empresas credenciadas no Detran para esse fim, pela Contratada, acrescidos da taxa de autorização para emissão de placas pelo DETRAN, caso haja.
- 6.2.5. Colocação e retirada de películas de controle solar para veículos/máquinas/equipamentos, cujos valores cobrados não poderão exceder pesquisa de mercado realizada pela Contratada e submetida à análise do fiscal da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça.
- 6.2.6. Socorro mecânico, por intermédio de guinchos e plataformas, capaz de atender todas as marcas e modelos de veículos/máquinas/equipamentos oficiais pertencentes à frota do órgão gerenciador e participantes, conforme descritos neste Termo de Referência, sendo que não serão aceitas cobranças de valores a título de pedágio, hora parada ou qualquer outro, em razão de esses insumos já estarem incluídos no valor do quilômetro excedente.
- 6.2.7. Lavagem geral interna e externa, inclusive a seco, polimento cristalizado, lubrificação e afins;
- 6.2.8. Lavagem simples é aquela que consiste na limpeza externa, incluindo lataria, conjunto pneu/roda, caixa de rodas, limpeza interna com aspiração de bancos, carpetes, porta-malas, aspiração e limpeza do painel.
- 6.2.9. Lavagem completa consiste na lavagem simples do veículo/máquina/equipamento acrescida de limpeza/lavagem do motor, carpetes e porta-malas, aspiração e limpeza do painel, lavagem da carroceria, incluindo parte inferior do assoalho e caixas de roda, lubrificação, aplicação de silicone no painel, de "pretinho brilhante" nos pneus e de desengraxante nos para-lamas, acrescida de aplicação de cera automotiva na carroceria do veículo/máquina/equipamento.
- 6.2.10. Polimento cristalizado consiste na lavagem completa do veículo/máquina/equipamento acrescida de tratamento mecânico, por meio de máquina de polir e produtos, realizado por profissional competente, com vistas a restabelecer o brilho original e a eliminação de arranhões e imperfeições da pintura.
- 6.2.11. Os serviços, inclusive os de lavagem, que não apresentarem devido às suas peculiaridades tabela de valores referenciais necessitarão de especificação no orçamento e deverão ter seus preços verificados/obtidos por meio de pesquisa realizada pela Contratada, sendo apresentada e submetida à análise do fiscal técnico da Contratante na data da necessidade do serviço ou da aquisição do material/peça, nos moldes descritos neste documento, no Termo de Referência e seus anexos.

- 6.2.12. Ainda sobre os preços dos serviços/peças referenciados no subitem anterior incidirá o desconto ofertado pela licitante.
- 6.2.13. Peças e serviços referentes a tapeçaria/capotaria automotiva.
- 6.2.14. Borracharia automotiva com fornecimento de materiais relativos ao serviço, como pneus, válvulas e câmaras de ar, além de desempenho e recuperação de rodas de ferro ou de liga leve.
- 6.2.15. Alinhamento ou geometria e balanceamento, tanto simples como computadorizado, cambagem e caster com o fornecimento dos materiais relativos ao serviços, como pneus, válvulas de pressão e câmaras de ar.
- 6.2.16. Peças e serviços relacionados com blindagem automotiva.
- 6.3. A Contratada deverá manter credenciamento de, no mínimo, um fornecedor de peças e serviços especializados nas marcas MOTOROLA, RONTAN, ENGESIG, EUROLAF, REV DO BRASIL e de outras marcas que venham a ser adquiridas, que equipem máquinas/equipamentos e os veículos policiais em seus sistemas de iluminação, acústica e comunicação da atual frota, assim como para serviços de blindagem automotiva, devendo credenciar outras marcas que porventura venham a equipar novos veículos/máquinas/equipamentos, no mínimo, nos municípios sedes das Unidades da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais. Os valores pagos deverão ser objeto de consulta ao mercado, na data da necessidade, considerando que se trata de serviço/material cuja disponibilidade esteja restrita aos credenciados pelo fabricante de cada marca.
- 6.4. Não sendo possível atender as necessidades da Contratante quanto aos credenciamentos, a Contratada deverá apresentar justificativa formal escrita para o fiscal do contrato no prazo máximo de 15 dias a contar da data que for notificada da carência de credenciadas. O(a) fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade de credenciamento, acatará a justificativa. Em conjunto com o representante da empresa, o(a) Fiscal apontará a melhor solução.
- 6.5. Na ocorrência do descrito no item acima, quando existir estabelecimento no cidade/município, mas este não aceite o credenciamento, a Contratada deverá providenciar o reparo/revisão de garantia na localidade mais próxima da unidade de lotação do veículo/máquina/equipamento a ser mantido, sendo que esse deslocamento será realizado em caminho plataforma e às suas expensas, de forma mais célere possível, sendo utilizado o tempo estritamente necessário para que ocorra o deslocamento (ida e volta) e reparo/revisão de garantia.
- 6.6. Quando não existir estabelecimentos a serem credenciados na cidade/município, a Contratada deverá apresentar justificativa formal e indiscutível desse fato, e apresentará, obrigatoriamente, as opções mais próximas do local onde o veículo se encontra, buscando intermediar e facilitar todos os procedimentos para o efetivo reparo do veículo/máquina/equipamento.

7. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 7.1. A manutenção e conservação dos veículos, máquinas e/ou equipamentos da Contratante, por meio de reparação automotiva, revisões em garantia, revisões preventivas e corretivas realizado por rede credenciada de estabelecimentos, deverá compreender os serviços de mão de obra referentes à execução de reparos, conservação e recuperação de veículos, máquinas e equipamentos com fornecimento de peças, acessórios e materiais específicos necessários à execução dos serviços relativos à sua correta manutenção, incluindo-se:

a) Mecânica Geral	Consiste em serviços de mecânica em motor, retifica, caixa de câmbio, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, sistema de freios e embreagem e todos os outros serviços afins, incluindo-se a manutenção de garantia, a ser realizada, exclusivamente, na concessionária autorizada do fabricante do veículo/máquina/equipamento de outros serviços afins.
b) Lanterna e funilaria	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio e madeira (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins.
c) Pintura / Estufa	Consiste em serviços de pintura automotiva externa e interna, com polimento, cristalização, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo/máquina/equipamento, com secagem rápida e todos os outros serviços afins.
d) Peças e serviços referentes a tapeçaria/Capotaria	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo/máquina/equipamento, incluindo não só a tapeçaria, como também a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins.
e) Sistema Elétrico	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos/máquinas/equipamentos como faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros, e todos os outros serviços afins.
f) Sistema Hidráulico	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos/máquinas/equipamentos(freios, direção e outros), e todos os outros serviços afins.
g) Borracharia completa	Consiste em consertos e serviços em geral, aplicação de remendos em pneus com e sem câmara de ar, vulcanização, troca de pneus, de câmaras de ar, colocação de rodas, calotas, desempenho e recuperação de rodas de ferro ou de liga leve, e todos os outros serviços afins.
h) Balanceamento, Alinhamento, Cambagem e Cáster	Consiste em serviços de regulagem, simples e computadorizadas, do sistema de rodagem do veículo/máquina/equipamento, e todos os outros serviços afins, além do fornecimento de materiais relativos aos serviços, como pneus, bicos e câmaras.
i) Suspensão	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barras de direção e todos os outros serviços afins.
j) Socorro mecânico/guincho	Consiste em serviços de socorro e transporte, por meio de veículo do tipo guincho capaz de atender todos os veículos e equipamentos da Contratante, relacionados neste Termo de Referência, 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos, e feriados.
k) Instalação de Acessórios	Consiste nos serviços de conserto e instalação de equipamentos e acessórios de som, imagem e outros serviços afins.
l) Vidraçaria	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas, polimento do para-brisa e faróis, instalação e retirada de películas de controle solar (insulfilm), e todos os outros serviços afins.
m) Ar condicionado	Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo e equipamentos, inclusive troca de gás, de elemento filtrante, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos, e todos os outros serviços afins.
n) Lubrificação, filtros e fluidos	Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, da caixa de câmbio, do diferencial e da direção hidráulica, com substituição dos filtros de óleo, além dos fluidos de freio e arrefecimento, e todos os outros serviços e materiais afins.
o) Lavagem	Consiste nos serviços de limpeza interna e externa de veículos/máquinas/equipamentos, polimento, enceramento, cristalização, com aplicação de desengraxantes, silicone, odorizador, aspiração, incluindo a lavagem da pintura, do motor, do chassi e da carroceria, lavagem a seco, e todos os outros serviços afins.
p) Acessórios policiais	Consiste nos serviços de reparo, substituição e verificação de todos os acessórios do veículo/máquina/equipamento, instalados em razão da atividade policial, sejam os rádios comunicadores, os dispositivos luminosos ou sonoros, com substituição de peças, e todos os outros serviços/materiais afins.
q) Chaveiro	Consiste nos serviços de abertura de portas de veículo/máquina/equipamento, assim como na confecção de cópias de chaves simples ou codificadas, conserto de fechaduras de portas de veículo/máquina/equipamento, de ignição, e todos os outros serviços/materiais afins.
r) Identificação	Consiste nos serviços de confecção de placas de identificação de todos os tipos de veículos/máquinas/equipamentos descritos neste Termo de Referência, bem como de tarjetas de identificação, em conformidade com a legislação, e todos os outros serviços/materiais afins.
s) Plotagem	Consiste nos serviços de retirada e colocação de plotagem, envelopamento e adesivos para todos os tipos de veículos/máquinas/equipamentos descritos neste Termo de Referência, nos padrões da SENAPPEN e Penitenciárias Federais.
t) Laudo técnico	Consiste em prestação de serviço de apresentação de laudo técnico de inspeção veicular. laudo para veículos envolvidos em danos classificados como de médio e/ou grande monta, e qualquer emitido por entidades de classe, órgãos de segurança pública, pelo INMETRO ou por empresas por esse acreditadas.
u) Blindagem automotiva	Consiste nos serviços de reparo, substituição e verificação de todos os acessórios do veículo e equipamentos de blindagem, instalados em razão da atividade policial, com substituição de peças, e todos os outros serviços/materiais afins.
v) Outros	Outros serviços constantes no manual dos veículos/máquinas/equipamentos necessários, ou por orientação da Contratante, desde que a natureza esteja contemplada no objeto da contratação.

- 7.2. A manutenção preventiva refere-se à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas no manual do proprietário/conductor, ou na forma estipulada em contrato (por tempo ou determinada quilometragem), levando-se em conta a quilometragem de 1.000, 5.000, 10.000, 15.000, etc. ou o tempo, precavendo eventuais quebras e defeitos nos veículos/máquinas/equipamentos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do veículo/máquina/equipamento, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às recomendações do fabricante do veículo/máquina/equipamento e/ou às recomendações da Contratante.
- 7.3. A manutenção corretiva destina-se a repor o veículo/máquina/equipamento em perfeito estado de uso, mediante a substituição autorizada de peças que se apresentarem danificadas, gastas ou defeituosas e/ou execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições do veículo/máquina/equipamento, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo/máquina/equipamento, além de preservar a segurança de pessoas e bens.
- 7.4. Devem ser observadas e realizadas as revisões periódicas conforme manual do fabricante, atendendo todas as exigências legais para manter a garantia de fábrica, realizadas em Concessionárias, conforme a marca dos veículos/máquinas/equipamentos, em período de garantia e/ou quando da aquisição de novos veículos/máquinas/equipamentos.

7.5. Os serviços corretivos ou preventivos, os de revisão em garantia e os reparos a danos provocados por incidentes ou acidentes a serem executados, além do constante no manual do fabricante do veículo/máquina/equipamento, deverão observar o disposto nos seguintes itens:

7.5.1. Revisão de todos os itens do sistema de transmissão, inclusive: lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas e balanceamento de eixo cardã, se houver, juntas homocinéticas, cruzetas e suas respectivas coifas, pontas de eixo, coxins e outros afins.

7.5.2. Revisão de todos os itens do sistema de direção, inclusive: aperto de parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção, alinhamento, balanceamento, cambagem das rodas e outros.

7.5.3. Revisão de todos os itens do sistema de freio, inclusive: regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, dos discos, tambores, nível do fluido de freio e substituição se necessário, verificação de servo freio, cuícas de freio, cilindro mestre e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas) e outros.

7.5.4. Revisão de todos os itens do sistema de arrefecimento, inclusive: exame do radiador, sensores, aditivos, verificação do nível da água e mangueiras e outros afins.

7.5.5. Revisão de motor: verificação das correias, óleo, filtro de óleo e de combustível, juntas, coxins, bombas injetoras, sensores, turbinas e substituições se necessário com fornecimento completo dos insumos e outros.

7.5.6. Revisão de todos os itens do sistema de suspensão, inclusive: molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barras estabilizadoras, rolamentos internos e externos e outros.

7.5.7. Revisão do sistema de exaustão de gases do motor: escapamentos intermediário e final, catalisadores, sensores, coletores de escape e suas respectivas juntas.

7.5.8. Revisão do sistema elétrico, incluindo os acessórios de sinalização policial (giroflex, estrobo) e outros.

7.5.9. Serviços de lanternagem, funilaria e pintura (corretiva e/ou estética), reparos, incluindo reposição de peças e acessórios.

7.5.10. Serviços de borracharia, quando necessário, incluindo o conserto, fornecimento e/ou troca de pneus sem condições de uso ou segurança, ou danificado.

7.5.11. Aplicação e/ou remoção de película não refletiva em áreas envidraçadas de veículos, plotagem, envelopamento e grafismo, no padrão do órgão gerenciador e dos participantes, conforme modelos a serem fornecidos pela Contratante.

7.5.12. Serviços de vidraçaria automotiva, quando necessário, incluindo o fornecimento de vidros e guarnições, incluindo também reparos para pequenas trincas em para-brisas e vidros laterais, polimento de vidros em geral, inclusive dos faróis.

7.5.13. Materiais e serviços relacionados com blindagem automotiva.

7.5.14. Recarga e/ou troca dos extintores dos veículos, que estejam vencidos ou sem carga ou pressão.

7.5.15. Serviço de reboque, guincho e assistência de socorro mecânico que deve estar apto a atender 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, não sendo necessária disponibilidade integral, apenas por demanda, em veículo do tipo guincho (caminhão), com prancha, conduzido por motorista devidamente habilitado com CNH adequada para o tipo de veículo e dentro da validade, devendo a ocorrência ser encaminhada e atendida em até 2 (duas) horas, após solicitação feita pelo fiscal, exceto nos casos em que a distância a ser percorrida não comporte esse prazo.

7.5.16. Não sendo possível o atendimento da demanda dentro do prazo estabelecido devido a escassez de serviços de guincho na região, ou pela distância do local de saída do veículo e o da ocorrência, a Contratada deverá entrar em contato imediatamente com o fiscal de Contrato e apresentar justificativa. O fiscal analisará os motivos expostos e, uma vez comprovada a real dificuldade, acatará a justificativa e dilatará o prazo de atendimento.

7.5.17. Serviço de lavagem geral interna, externa, aspiração, lavagem de motor, enceramento, polimento, cristalização, lubrificação geral e lavagem geral de estofamentos e teto, inclusive a seco e outros serviços relacionados com lavagem e limpeza geral do veículo/máquina/equipamento.

7.5.18. Serviços de reparação de acessórios policiais dos veículos/máquinas/equipamentos sejam de comunicação, sonoros ou luminosos, bem como as peças e reposições dos mesmos.

7.5.19. Serviços de confecção e fornecimento de placas e tarjetas de identificação dos veículos/máquinas/equipamentos, incluindo-se pagamento das taxas para obtenção das placas e tarjetas nos padrões do CONTRAN.

7.5.20. Serviços de confecção de chaves simples ou codificadas para veículos/máquinas/equipamentos, além de abertura de portas e reparo em fechaduras de portas de veículos/máquinas/equipamentos, que se façam necessários.

8. DA FORMA DE EXECUÇÃO - ESPECIFICIDADES

8.1. A cada necessidade de serviço, o fiscal da frota responsável efetuará a abertura de solicitação (primeiro orçamento) em estabelecimento credenciado pela Contratada, sendo que o credenciado deverá apresentar orçamento, de forma detalhada, abrangendo código, nome/descrição, marca e quantidade de peças, número de horas e descrição dos serviços a serem executados, tempo padrão para realização do serviço, bem como a quantidade de quilômetros necessários para o transporte do veículo/máquina/equipamento (quando utilizado serviço de guincho), incluindo a garantia das peças e serviços.

8.2. O procedimento para reparo de um veículo/máquina/equipamento seguirá a seguinte sistemática, que configura o gerenciamento compartilhado de manutenção de frota:

8.2.1. Havendo necessidade de execução de serviços, o fiscal da localidade de lotação do veículo/máquina/equipamento solicitará orçamento à Contratada, por meio de um estabelecimento credenciado, escolhido a seu critério(do fiscal).

8.2.2. O credenciado fornecerá o primeiro orçamento on-line, no prazo máximo de até 10 horas comerciais, contadas a partir da hora do pedido do fiscal ou da entrega do veículo/máquina/equipamento no estabelecimento credenciado(caso haja necessidade ou manifestação), registrado no sistema.

8.2.3. Hora comercial é aquela considerada entre 08h e 18h do mesmo dia. Se, por exemplo, a solicitação tiver sido feita às 16h, o prazo da credenciada finalizará às 16h do dia seguinte.

8.2.4. A fim de esclarecer o item 8.2.2, o prazo estabelecido iniciará, a partir do registro, no sistema, da solicitação de orçamento, exceto quando houver necessidade de apresentação do veículo/máquina/equipamento no estabelecimento, momento em que, entregue o veículo/máquina/equipamento, contará o prazo. Se ocorrer qualquer manifestação por parte do estabelecimento, esse deverá ocorrer via sistema, para que não retem frustradas as formas de se contabilizar o não atendimento, ou seu retardo.

8.2.5. Quando houver necessidade de entrega do veículo/máquina/equipamento no estabelecimento credenciado para de elaboração de orçamento, para fins de contagem do prazo indicado no item 8.2.2, a validação da entrega, tanto quanto a retirada, deverá ser feita por meio da senha do condutor/fiscal/gestor que realizou a entrega/retrada.

8.2.6. Quando não houver necessidade de entrega do veículo/máquina/equipamento no estabelecimento credenciado para elaboração de orçamento, por exemplo quando se deseja orçamento para uma bateria, para fins de contagem do prazo indicado no item 8.2.2, a validação da entrega, tanto quanto a retirada, deverá ser feita por meio da senha do fiscal/gestor que realizou a solicitação no sistema on-line, e essa informação(de que não será necessária a apresentação do veículo/máquina/equipamento) deverá constar no pedido de orçamento.

8.2.7. Quando a entrega do veículo/máquina/equipamento no estabelecimento credenciado se der por meio de serviço de socorro/guincho, para fins de contagem do prazo indicado no item 8.2.2, a validação da entrega, tanto quanto a retirada, deverá ser feita por meio de registro de recebimento, a ser feito pelo estabelecimento, diretamente no sistema on-line.

8.2.8. A partir do momento que o primeiro orçamento for disponibilizado no sistema, a Contratada terá até 20 horas comerciais para realizar as negociações e o tratamento necessário, possibilitando assim disparar o pedido de cotação para toda a sua rede, no município desejado, ao final das quais deverá então apresentar o orçamento inicial, e pelo menos mais duas cotações, já devidamente tratadas, disponibilizando-os para aprovação do fiscal, com todos os itens contratuais verificados e entrega das pesquisas quanto a conformidade de peças/produtos/acessórios e serviços.

8.2.9. A decisão quanto a aprovação de execução de orçamentos é EXCLUSIVA dos fiscais técnicos/gestores, sendo certo que tantos quantos forem os orçamentos e cotações relacionados ao mesmo serviço, devem ser disponibilizados, pela Contratada, para que a Contratante analise e adote as providências que julgar pertinentes, não podendo "bloquear" quaisquer orçamentos, sendo certo que deve ser mantido, orçamento por orçamento, o histórico desde o lançamento inicial, até as negociações e os valores finais, para que reste comprovada a atuação da empresa contratada e os resultados de economicidade.

8.2.10. A Contratada é responsável pela cobrança para que as empresas credenciadas

respondam as solicitações de orçamento/cotações/ dentro do prazo estabelecido, que é de até 06 horas comerciais, contadas a partir da hora do encaminhamento da cotação, registrada no sistema.

8.2.11. A Contratada é a responsável pelo tratamento das omissões relacionados aos pedidos não atendidos pela rede credenciada, cujo prazo é de até 10 horas comerciais, contadas a partir da hora do lançamento da primeira solicitação constante no sistema, esclarecendo que essas horas não são cumulativas com outras solicitações relacionadas com o mesmo orçamento.

8.2.12. O estabelecimento que receber a aprovação para execução de um orçamento, terá até 01 dia útil, a partir da aprovação, nos casos de serviços corriqueiros, podendo atingir, para demais serviços, até 5 dias úteis, após o que deverá ser apresentada justificativa, sendo que casos específicos deverão ser analisados de acordo com o problema apresentado.

8.2.13. Serviços corriqueiros são, por exemplo, troca de óleo e filtros, troca de lâmpadas, troca de acessórios como limpador de parabrisas, antenas, teste e substituição de baterias, instalação de som automotivo, alinhamento, geometria, câster, cambagem, e outros que tenham tempo de realização previsto nas tabelas tempárias, não superior a 6 horas.

8.3. Os percentuais de desconto contratados para serviços e peças deverão constar no orçamento antes da aprovação pelo fiscal responsável, e sempre que não forem alcançados tais descontos por não concessão por parte do credenciado, ou outro fator, esse será glosado definitivamente no faturamento da Contratada, independentemente do orçamento ter sido aprovado, pelo fiscal, sem os descontos devidos.

8.3.1. Independente dos descontos contratados e dos valores máximos admitidos para peças e serviços, a Contratada deverá primar por reduzir os gastos com manutenção da Contratante, buscando potencializar as negociações com os estabelecimentos credenciados.

8.4. Sempre que a Contratada aprovar orçamentos, sem observância dos itens tratados neste Termo de Referência, a Contratante efetuará glosas dos valores excedentes, sem prejuízo de o fiscal ter feito aprovação anterior, no próprio sistema.

8.5. O fiscal responsável pelo veículo/máquina/equipamento a ser reparado deverá verificar a conformidade dos valores e tempos apresentados, utilizando os sistemas contratados, quando for o caso e as tabelas tempárias.

8.6. A credenciada pela Contratada deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos/máquinas/equipamentos da Contratante, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo fiscal da Contratante.

8.7. Nos orçamentos apresentados pela Contratada deverão constar também as seguintes informações: data de emissão, marca/modelo e ano do veículo/máquina/equipamento, placa do veículo, hodômetro do veículo no momento do orçamento, e campo "observações" para inclusão de informações que sejam de caráter relevante para o fiscal do Contrato, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada os prejuízos advindos da omissão dessas informações.

8.8. Caberá à Contratada verificar se o preço inicial proposto está de acordo com o preço praticado no mercado, o que deverá ser feito por meio de consulta on-line aos sistemas contratados, Audatex/Molicar, Cilia, Orion, ou outro similar, ou ainda, quando não disponível nesse, por pesquisa em estabelecimentos concessionários do fabricante, local ou regional (no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento), de venda de peças e/ou serviços similares, e ainda verificar a conformidade quanto ao tempo padrão indicado, devendo fazer todos os ajustes, antes da liberação do orçamento para aprovação pelo fiscal, observando as obrigações descritas no Termo de Referência e seus anexos, sendo que as consultas apresentadas deverão conter marca, modelo, motorização, versão e ano fabricação/modelo.

8.9. Após a Contratada realizar as verificações no orçamento e o liberar para aprovação, ainda que tenha deixado de observar algum dos itens contratados, esse poderá ser aprovado pelo fiscal, sem prejuízo de glosas definitivas no momento da preparação e conferência do pagamento mensal da fatura correspondente e/ou subsequente.

8.10. O fiscal poderá recusar os orçamentos, pedir sua revisão, inclusão de itens ou aceitá-los parcialmente, comprometendo-se a Contratada, e sua rede credenciada, a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a Contratada o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da rejeição, para incluir, refazer ou corrigir os serviços não aceitos.

8.11. Para peças exclusivas, onde não haja parâmetros para comparação em razão da existência de um único fornecedor, dever-se-á registrar essa informação, que servirá, por meio da apresentação de notas fiscais ou documentos que comprovem fornecimento anterior, como justificativa para a ausência de comparativos de mercado.

8.12. No caso de veículos/máquinas/equipamentos que tenham modificações estruturais, pela especificidade das atividades desenvolvidas (por exemplo: unidades móveis/resgates/veículos de cinotecnia/veículos de telecomunicações e outros), e consequentemente as partes que também sofreram adaptações (mecânicas e/ou elétricas), o parâmetro de comparação não levará mais em conta a originalidade inicial (antes da modificação), mas sim aquela configuração apresentada desde o início do uso pela Contratante.

8.13. Cada Fiscal responsável pela unidade de lotação do veículo/máquina/equipamento a ser mantido deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças, objeto da contratação, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, bem como receber as peças substituídas.

8.14. É prerrogativa do Fiscal técnico responsável pela unidade de lotação do veículo/máquina/equipamento rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o presente Termo de Referência e seus anexos.

8.15. Os orçamentos apresentados pelas credenciadas da Contratada terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, período durante o qual não poderá alterar os preços das peças e serviços orçados, independente de flutuações do mercado e da data em que a Contratante autorizar a execução dos serviços.

8.16. Havendo alteração nos preços praticados pelas montadoras, caberá à Contratada atualizá-los nos sistemas contratados, ou fornecer à Contratante as novas tabelas de preços atualizados.

8.17. Caberá à Contratada, em até dez dias úteis após o início da vigência do Contrato, fornecer aos fiscais do contrato, as tabelas de tempo padrão dos fabricantes de cada marca, em meio impresso e/ou eletrônico, caso não forneça sistema on-line de pesquisa de tempários.

8.18. As tabelas apresentadas prestar-se-ão para o cálculo dos preços a serem pagos por serviço executado onde os valores da hora não poderão exceder aqueles constantes na tabela de preços do fabricante, quando não constar no citado anexo, ou no preço do pacote fechado de revisão em garantia.

8.19. As peças e suas quantidades, bem como o número de horas/serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo/máquina/equipamento, devendo as credenciadas pela Contratada abster-se de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto, conforme o que prevê o fabricante do veículo.

8.20. Após receber solicitação para remover o veículo/máquina/equipamento, a ser emitida pelo Fiscal responsável pela unidade de lotação do bem a ser mantido, ou receber o veículo/máquina/equipamento, com condições próprias de locomoção, em suas instalações, o credenciado da Contratada terá um prazo de até 02 (dois) dias úteis para apresentar orçamento para os devidos reparos, ou não tendo condições de fazê-lo nesse prazo, deverá apresentar as justificativas ao Fiscal, informando por escrito um novo prazo, que será analisado pelo fiscal responsável, em consonância com o serviço a ser executado.

8.21. Poderão ser trocadas todas as peças que compõem o veículo/máquina/equipamento, inclusive de seus acessórios, desde que o orçamento não ultrapasse a importância de 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo/máquina/equipamento, nos termos do Art. 2º da Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

8.22. Fica estabelecido o uso da tabela FIPE para consulta do valor de mercado dos veículos a serem consertados, assim como balizar as autorizações de reparos/manutenções, que não podem ultrapassar 50% do valor venal do bem, no período de 12 meses, sem considerar acessórios e equipamentos policiais.(rádio comunicador, estrobo, sirene, intermitente, etc).

8.23. Os fornecimentos de produtos e serviços contratados deverão ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato.

8.24. Os serviços prestados deverão ser executados rigorosamente de acordo com a legislação vigente, termos deste documento e demais documentos aplicáveis ao processo.

8.25. Na impossibilidade de imediata execução após assinatura, os prazos de credenciamento constantes no Termo de Referência deverão ser rigorosamente observados.

8.26. O atesto de fatura pelo fiscal da Contratante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da Contratada de entregar os materiais de acordo com as condições e especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta da Contratada e no Contrato, nem invalida qualquer reclamação que a Contratante venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca.

8.27. Havendo alguma peça, material, produto ou serviço que não conste nos sistemas

fornecidos pela Contratada, essa deverá efetuar a consulta de preços de mercado, para atestar a conformidade dos valores cobrados, e apresentá-la ao fiscal do contrato, nos moldes descritos no Termo de Referência e seus anexos

8.28. Os serviços de revisão em garantia, ou demais trocas de peças e/ou serviços realizados em concessionárias, obedecerão critério de aceitação, de acordo com os itens previstos no manual do fabricante, e conforme valores de pacotes de revisão e de peças e serviços a serem praticados na data do evento, pela concessionária da marca, mediante comprovação por pesquisa, local ou regional (no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento), que deverá ser feita e apresentada pela Contratada, ao Fiscal.

8.29. Todos os serviços relacionados com manutenção leve escritos no Termo de Referência, que serão aqueles realizados nos estabelecimentos denominados "Postos de Combustíveis", e compreendem fornecimento e troca de todos os tipos de filtros automotivos, palhetas, lâmpadas de farol/lâmparas, lavagem externa, interna, com aspiração e aplicação de cera e serviços de borracharia limitados a reparos de pneus e câmaras de ar e ao fornecimento e substituição de válvulas obedecerão os mesmos critérios/regras estabelecidos para manutenção corretiva e preventiva explicitadas no Termo de Referência e neste documento, e nos demais anexos do TR, no que couber, seja quanto a valores máximos aceitáveis de serviços e peças, seja quanto ao desconto a ser aplicado para esses serviços/peças, que deverá, obrigatoriamente, ser o mesmo oferecido para manutenção preventiva e corretiva.

8.30. Os produtos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, seus anexos e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata e às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE RENÚNCIA DE VISTORIA

(emitir em papel timbrado da empresa interessada)

A empresa _____ (razão social completa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, telefone _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____ (nome completo), portador do(a) _____ (documento de identificação oficial) _____, abaixo assinado, **DECLARA**, em cumprimento ao disposto no item 5.11.1. do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº ____/20____, que **REALIZOU VISTORIA** e que conhece as condições locais para execução do objeto, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará como argumento para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN.

Local/UF, ____ de _____ de 20 ____.

(assinatura ou rubrica do representante legal do licitante)

OU

(emitir em papel timbrado da empresa interessada)

A empresa _____ (razão social completa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, telefone _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____ (nome completo), portador do(a) _____ (documento de identificação oficial) _____, abaixo assinado, **DECLARA**, em cumprimento ao disposto no item 5.11.1. do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº ____/20____, que **RENUNCIOU AO DIREITO DE REALIZAR VISTORIA** e que conhece as condições locais para execução do objeto, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará como argumento para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN.

Local/UF, ____ de _____ de 20 ____.

(assinatura ou rubrica do representante legal do licitante)

ANEXO V - RELAÇÃO DE VEÍCULOS POR UNIDADE GESTORA (UG)

TABELA 1 - ENDEREÇOS DE PENITENCIÁRIAS FEDERAIS DA SEDE DA SENAPPEN E DOS PARTICIPANTES

PPPV - REGIÃO NORTE	
Penitenciária Federal em Porto Velho/RO (PPPV) , localizada BR 364, Sítio Boa Esperança, Lote nº 13, Gleba nº 13 "A", Município de Porto Velho/RO. CEP 76801-974	
Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (69) 3533 – 8601	
Superintendência Regional do DNIT no Estado de Rondônia , localizada na Rua Benjamin Constant, nº 1015, Bairro Olaria - Porto Velho/RO. CEP: 76.801-232	
Responsável pelo Recebimento: Coordenação de Administração e Finanças - Telefone: (69) 3218-1119	
PFMOS - REGIÃO NORDESTE	
Penitenciária Federal em Mossoró/RN (PFMOS) , localizada RN 015 - km 12, Rodovia Mossoró/Baraúna- Mossoró/RN. CEP: 59600-970	
Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (84) 3324 – 7517	
SENAPPEN/PFBRA/PFCG - REGIÃO CENTRO-OESTE	
Secretaria Nacional de Políticas Penais (SEDE) , localizada no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Torre A, Edifício Multibrasil Corporate, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70297-400	
Responsável pelo recebimento: Coordenação-Geral de Segurança Penitenciária - Telefone (61) 2025-3532	
Penitenciária Federal em Brasília/DF (PFBRA) , localizada na Rodovia DF 465 - Km 01, Fazenda Papuda - São Sebastião/DF. CEP: 71686-670	
Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (61) 2025 - 2305	
Penitenciária Federal em Campo Grande/MS (PFCG) , localizada na Av. Henrique Bertin, 9813, Bairro Jardim Los Angeles - Campo Grande/MS. CEP:79073-785	
Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (67) 3378 – 8309	
Ministério da Justiça e Segurança Pública , localizada na Esplanada dos Ministérios Bloco T, Anexo II - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900 Telefone: (61) 2025-3040 e email: cgds@mj.gov.br	
PFCAT - REGIÃO SUL	
Penitenciária Federal em Catanduvas/PR (PFCAT) , localizada na PR 471 - Km 15, Bairro Zona Rural, Catanduvas/PR. CEP: 85470-900	
Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (45) 3234 – 8011	

TABELA 2 - RELAÇÃO DE VEÍCULOS POR PENITENCIÁRIA FEDERAL E SEDE

1 - SEDE DA SENAPPEN

	UNIDADE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
01	Sede	JJE - 9151	CHEVROLET	ASTRA ADVANTAGE 2.0 MPFI 8V	2007	GASOLINA/ETANOL
02	Sede	JJE - 8771	CHEVROLET	ASTRA ADVANTEGE 2.0 MOFI 8V	2007	GASOLINA/ETANOL
03	Sede	JJE - 9221	CHEVROLET	ASTRA ADVANTEGE 2.0 MOFI 8V	2007	GASOLINA/ETANOL
04	Sede	JJE - 8891	CHEVROLET	ASTRA ADVANTEGE 2.0 MOFI 8V	2007	GASOLINA/ETANOL
05	Sede	JJE - 4107	CHEVROLET	ASTRA ADVANTEGE 2.0	2007	GASOLINA/ETANOL

06	Sede	MF8 - 5562	FIAT	MOFI BV	2006	GASOLINA/ETANOL
07	Sede	LOT - 5386	FIAT	MAREA	2003	GASOLINA/ETANOL
08	Sede	AWN - 5971	FIAT	STRADA WORKING	2012/2013	GASOLINA/ETANOL
09	Sede	OVQ - 1323	NISSAN	VERSA SV MT	2013/2014	GASOLINA/ETANOL
10	Sede	AVZ - 2455	FORD	FOCUS	2012/2013	GASOLINA/ETANOL
11	Sede	JJU - 1949	FORD	FOCUS	2012	GASOLINA/ETANOL
12	Sede	JKA - 9F63	RENAULT	MEGANE	2011/2012	GASOLINA/ETANOL
13	Sede	JKA- 9583	RENAULT	MEGANE STATION WAGON	2011/2012	GASOLINA/ETANOL
14	Sede	QOR - 8535	CHEVROLET	TRAILBLAZER	2018/2019	GASOLINA/ETANOL
15	Sede	PYJ - 8150	HYUNDAI	SANTA FÉ	2016	GASOLINA/ETANOL
16	Sede	JFP - 4343	CHEVROLET	VECTRA CD	2000/2001	GASOLINA/ETANOL
17	Sede	JFO - 4950	CHEVROLET	OMEGA CD	1998/1998	GASOLINA/ETANOL
18	Sede	PBL - 7894	PEUGEOT	408 THP	2018	GASOLINA/ETANOL
19	Sede	PBL - 7903	PEUGEOT	408 THP	2018	GASOLINA/ETANOL
20	Sede	PBL - 7905	PEUGEOT	408 THP	2018	GASOLINA/ETANOL
21	Sede	PBL - 7896	PEUGEOT	408 THP	2018	GASOLINA/ETANOL
22	Sede	PBL - 7895	PEUGEOT	408 THP	2018	GASOLINA/ETANOL
23	Sede	PBL - 7904	PEUGEOT	408 THP	2018	GASOLINA/ETANOL
24	Sede	RED - 7169	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
25	Sede	RED - 7153	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
26	Sede	RED - 7160	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
27	Sede	RED - 7172	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
28	Sede	RED - 7157	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
29	Sede	RED - 7164	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
30	Sede	RED - 7177	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
31	Sede	RED - 7163	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
32	Sede	RED - 7158	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019/2020	GASOLINA/ETANOL
33	Sede	PBN - 3118	MITSUBISHI	L200 TRITON	2018/2019	DIESEL
34	Sede	PBN - 3123	MITSUBISHI	L200 TRITON	2018/2019	DIESEL
35	Sede	JIL - 1431	NISSAN	FRONTIER LE	2011/2011	DIESEL

2 - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM BRASÍLIA/DF

	UNIDADE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
1	PFBRA	PBN3119	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
2	PFBRA	PBN3120	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
3	PFBRA	PBN3121	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
4	PFBRA	PBN3122	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
5	PFBRA	PBN3124	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
6	PFBRA	PBN3125	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
7	PFBRA	PBN3126	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
8	PFBRA	OVQ-2864	RENAULT	MASTER	2017	DIESEL S10
9	PFBRA	OVQ-6464	RENAULT	MASTER	2017	DIESEL S10
10	PFBRA	OVQ-2844	RENAULT	MASTER	2017	DIESEL S10
11	PFBRA	PBL-9315	RENAULT	AMBULÂNCIA	2017	DIESEL S10
12	PFBRA	***	IVECO	ÔNIBUS CELA	2021	DIESEL S10
13	PFBRA	PBK-0483	GRAN MICRO VW	ÔNIBUS	2018	DIESEL S10
14	PFBRA	PBL7900	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
15	PFBRA	PBL7901	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
16	PFBRA	PBL7902	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
17	PFBRA	PBL7897	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
18	PFBRA	PBL7898	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
19	PFBRA	PBL7899	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
20	PFBRA	JHO-4091	FIAT	STRADA	2012	GASOLINA
21	PFBRA	FAG-2453	CITROEN	C4 PALLAS	2011	GASOLINA
22	PFBRA	QOP5473	CHEVROLET	TRAILBLAZER	2020	GASOLINA
23	PFBRA	PYJ8154	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA
24	PFBRA	PYJ8157	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA
25	PFBRA	JIL1E51	NISSAN	FRONTIER	2011	DIESEL COMUM
26	PFBRA	JIL1E01	NISSAN	FRONTIER	2011	DIESEL COMUM
27	PFBRA	GWH-0157	CHEVROLET	MONTANA	2005	GASOLINA
28	PFBRA	PBJ-8578	FORD	CARGO	2018	DIESEL S10
29	PFBRA	***	***	GERADOR	***	DIESEL COMUM
30	PFBRA	***	***	GERADOR	***	DIESEL COMUM

3 - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE/MS

	UNIDADE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
1	PFCG	PBP-3665	PEUGEOT	408	2018	ALCOOL/GASOLINA
2	PFCG	PBP-3666	PEUGEOT	408	2018	ALCOOL/GASOLINA
3	PFCG	PBP-3667	PEUGEOT	408	2018	ALCOOL/GASOLINA
4	PFCG	QAB-6243	PEUGEOT	408	2018	ALCOOL/GASOLINA
5	PFCG	QAB-6244	PEUGEOT	408	2018	ALCOOL/GASOLINA
6	PFCG	QAB6250	PEUGEOT	408	2018	ALCOOL/GASOLINA
7	PFCG	QAO-9894	MITSUBISHI	L-200	2018	DIESEL S10
8	PFCG	QAO-9895	MITSUBISHI	L-200	2018	DIESEL S10
9	PFCG	QAO-9896	MITSUBISHI	L-200	2018	DIESEL S10
10	PFCG	QAO-9897	MITSUBISHI	L-200	2018	DIESEL S10
11	PFCG	QAV-5841	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019	GASOLINA
12	PFCG	QAV-5843	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019	GASOLINA
13	PFCG	QAB-4588	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
14	PFCG	QAB-4589	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
15	PFCG	QAB-4590	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
16	PFCG	QAB-6145	RENAULT	MASTER	2019	DIESEL S10
17	PFCG	JGL-3951	RENAULT	MASTER	2008	DIESEL
18	PFCG	QPO-0182	CHEVROLET	ONIX	2018	ALCOOL/GASOLINA
19	PFCG	JJE-9201	CHEVROLET	BLAZER	2007	DIESEL
20	PFCG	JJE-9211	CHEVROLET	BLAZER	2007	DIESEL
21	PFCG	PYJ-8157	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA
22	PFCG	PVJ-8161	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA

23	PFCG	NRZ-3110	FIAT	STRADA	2012	ALCOOL/GASOLINA
24	PFCG	JIL-1461	NISSAN	FRONTIER	2011	DIESEL S10
25	PFCG	JIL-0901	NISSAN	FRONTIER	2011	DIESEL S10
26	PFCG	JIL-1391	NISSAN	FRONTIER	2011	DIESEL S10
27	PFCG	HTO-3018	FORD	FOCUS	2012	ALCOOL/GASOLINA
28	PFCG	HTO-3019	FORD	FOCUS	2012	ALCOOL/GASOLINA
29	PFCG	AQB-6538	VOLKSWAGEN	GOL	2008	ALCOOL/GASOLINA
30	PFCG	OOK-6601	CITROEN	C3	2014	ALCOOL/GASOLINA
31	PFCG	SGN-8814	IVECO	GCLASS 150S21ESP	2020	DIESEL S10
32	PFCG	QAB-6144	MASCARELLO	GRANMICRO	2019	DIESEL S10
33	PFCG	QAB-5909	FORD	CARGO 816	2018	DIESEL S10
34	PFCG	JJE-8861	CHEVROLET	ASTRA	2007	GASOLINA
35	PFCG	JJE-8761	CHEVROLET	ASTRA	2007	GASOLINA
36	PFCG	JJE-9241	CHEVROLET	ASTRA	2007	GASOLINA
37	PFCG	JJE-8851	CHEVROLET	ASTRA	2007	GASOLINA
38	PFCG	HSB-3417	HONDA	TORNADO	2007	GASOLINA
39	PFCG	PBL-1195	CHEVROLET	TRAILBLAZER	2018	GASOLINA
40	PFCG	GIH-1010	JEEP	CHEROKEE	1999	GASOLINA
41	PFCG	***	***	GERADOR	***	DIESEL COMUM

4- PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CATANDUVAS/PR

	UNIDADE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
1	PFCAT	AXG-5414	CITROEN	JUMPER	2012	DIESEL S10
2	PFCAT	PYF-2094	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA
3	PFCAT	PYJ-8156	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA
4	PFCAT	PYY-8A75	FIAT	UNO	2017	GASOLINA
5	PFCAT	PYL-2A40	CHEVROLET	COBALT	2016	GASOLINA
6	PFCAT	PXY-0A68	RENAULT	DUSTER	2016	GASOLINA
7	PFCAT	NGU-8G80	TOYOTA	HILUX	2006	DIESEL COMUM
8	PFCAT	PBP-3G69	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
9	PFCAT	PBP-3G64	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
10	PFCAT	PBP-3G71	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
11	PFCAT	PBP-3G75	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
12	PFCAT	QOP-5H75	CHEVROLET	TRAILBLAZER	2018	GASOLINA
13	PFCAT	QQD-1H06	FORD	CARGO 816	2019	DIESEL S10
14	PFCAT	BDK-2890	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
15	PFCAT	BDK-2889	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
16	PFCAT	BEE-9E61	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019	GASOLINA
17	PFCAT	BEE-9E57	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019	GASOLINA
18	PFCAT	RHL-9C36	KIA	SPORTAGE	2011	GASOLINA
19	PFCAT	CXR-2662	CHEVROLET	BLAZER	1998	DIESEL COMUM
20	PFCAT	AWL-4A58	MITSUBISHI	L200	2012	DIESEL S10
21	PFCAT	AWY-4E10	MITSUBISHI	L200	2013	DIESEL S10
22	PFCAT	JIL-1E41	NISSAN	FRONTIER	2011	DIESEL COMUM
23	PFCAT	JIL-9351	FIAT	DUCATO	2011	DIESEL S10
24	PFCAT	ANV-3I45	CHEVROLET	BLAZER	2005	DIESEL COMUM
25	PFCAT	JJU-0891	NISSAN	FRONTIER	2009	DIESEL COMUM
26	PFCAT	JIL-1E11	NISSAN	FRONTIER	2011	DIESEL COMUM
27	PFCAT	JIL-1E21	NISSAN	FRONTIER	2011	DIESEL COMUM
28	PFCAT	BBG-9414	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
29	PFCAT	BBG-9415	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
30	PFCAT	BBG-9417	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
31	PFCAT	JGL-3I71	RENAULT	MASTER	2008	DIESEL COMUM
32	PFCAT	PBQ-6D94	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
33	PFCAT	PBQ-6D95	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
34	PFCAT	PBQ-6E30	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
35	PFCAT	PBQ-6D97	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
36	PFCAT	PBQ-6D96	MITSUBISHI	L200	2018	DIESEL S10
37	PFCAT	BDG-9A40	RENAULT	MASTER	2019	DIESEL S10
38	PFCAT	AEH-2E88	VOLKSWAGEN	VW-9160	2019	DIESEL S10
39	PFCAT	RHG-0I94	IVECO	ÔNIBUS CELA	2021	DIESEL S10
40	PFCAT	***	***	GERADOR	***	DIESEL COMUM

5- PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ/RN

	UNIDADE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
1	PFMOS	PBQ0A58	FORD	CARGO 816 S	2018	DIESEL S-10
2	PFMOS	RGNOE98	MITSUBISHI	L 200	2018	DIESEL S-10
3	PFMOS	RGNOF38	MITSUBISHI	L 200	2018	DIESEL S-10
4	PFMOS	RGNOF88	MITSUBISHI	L 200	2018	DIESEL S-10
5	PFMOS	RGNOG38	MITSUBISHI	L 200	2018	DIESEL S-10
6	PFMOS	RGNOG58	MITSUBISHI	L 200	2018	DIESEL S-10
7	PFMOS	RGNOG98	MITSUBISHI	L-200	2018	DIESEL S10
8	PFMOS	QGR - 0230	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
9	PFMOS	QGR - 0260	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
10	PFMOS	QGR - 0270	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
11	PFMOS	PRN - 6185	RENAULT	MASTER	2018	DIESEL S10
12	PFMOS	RG14F48	IVECO	ONIBUS GCLASS	2020	DIESEL S-10 / ARLA-32
13	PFMOS	QGS8F35	VOLKSWAGEN	ONIBUS/MICRO	2019	DIESEL S-10 / ARLA-32
14	PFMOS	QGV2A66	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019	GASOLINA
15	PFMOS	QGVSH77	MITSUBISHI	OUTLANDER	2019	GASOLINA
16	PFMOS	PYJ - 8146	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA
17	PFMOS	PYJ - 8159	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA
18	PFMOS	PRN4E85	HYUNDAI	SANTA FÉ	2015	GASOLINA
19	PFMOS	QGQ - 0698	NISSAN	SENTRA	2018	GASOLINA
20	PFMOS	QGQ - 0718	NISSAN	SENTRA	2018	GASOLINA
21	PFMOS	QGQ - 0748	NISSAN	SENTRA	2018	GASOLINA
22	PFMOS	QGQ - 9748	NISSAN	SENTRA	2019	GASOLINA
23	PFMOS	QGV - 4145	NISSAN	SENTRA	2019	GASOLINA
24	PFMOS	QGP - 9748	NISSAN	SENTRA	2018	GASOLINA
25	PFMOS	MZC - 3259	FIAT	PALIO WEEKEND	2002	GASOLINA
26	PFMOS	JGL - 0741	RENAULT	MASTER/AMBULANCIA	2007	DIESEL COMUM S500
27	PFMOS	OJT - 6971	FIAT	FIAT STRADA	2012	GASOLINA
28	PFMOS	OJT - 4593	CITROEN	JUMPER	2012	DIESEL S-10
29	PFMOS	JJE - 9171	CHEVROLET	BLAZER	2007	DIESEL COMUM S500

6- PENITENCIÁRIA FEDERAL EM PORTO VELHO/RO

	UNIDADE	PLACA	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	COMBUSTÍVEL
1	PFPV	JWP-7362	CHEVROLET	ASTRA	2001	GASOLINA
2	PFPV	JJE-8751	CHEVROLET	BLAZER	2007	DIESEL COMUM
3	PFPV	NOZ-9827	CHEVROLET	S10	2011	GASOLINA
4	PFPV	QOP-5777	CHEVROLET	TRAILBLAZER	2018	GASOLINA
5	PFPV	NBS-9061	FIAT	STRADA	2012	GASOLINA
6	PFPV	AWA-5603	FIAT	UNO	2013	GASOLINA
7	PFPV	PBM-6253	FORD	CARGO 816S	2018	DIESEL S10
8	PFPV	NDN-7308	FORD	FOCUS	2012	GASOLINA
9	PFPV	NDN-7248	FORD	FOCUS	2012	GASOLINA
10	PFPV	NDN-7288	FORD	FOCUS	2012	GASOLINA
11	PFPV	AOB-2795	FORD	FUSION	2007	GASOLINA
12	PFPV	KDU-8044	FORD	RANGER	1999	GASOLINA
13	PFPV	HSB-3419	HONDA	XR250 TORNADO	2007	GASOLINA
14	PFPV	PYJ-8152	HYUNDAI	SANTA FÉ	2016	GASOLINA
15	PFPV	PYJ-8163	HYUNDAI	SANTA FÉ	2016	GASOLINA
16	PFPV	RSU-0C54	IVECO	ÔNIBUS GCLASS	2020	DIESEL S10

17	PPFV	QTG-9910	MITSUBISHI	L200 TRITON	2018	DIESEL S10
18	PPFV	QTG-9860	MITSUBISHI	L200 TRITON	2018	DIESEL S10
19	PPFV	QTG-9800	MITSUBISHI	L200 TRITON	2018	DIESEL S10
20	PPFV	QTG-9760	MITSUBISHI	L200 TRITON	2018	DIESEL S10
21	PPFV	QTG-9780	MITSUBISHI	L200 TRITON	2018	DIESEL S10
22	PPFV	QTG-9770	MITSUBISHI	L200 TRITON	2018	DIESEL S10
23	PPFV	QTF-2F94	MITSUBISHI	OUTLANDER	2020	GASOLINA
24	PPFV	PBP-3663	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
25	PPFV	PBP-3674	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
26	PPFV	PBP-3673	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
27	PPFV	PBP-3672	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
28	PPFV	PBP-3670	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
29	PPFV	PBP-3668	PEUGEOT	408	2018	GASOLINA
30	PPFV	PRN-6125	RENAULT	MASTER	2018	DIESEL S10
31	PPFV	NDO-5714	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
32	PPFV	NDO-5724	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
33	PPFV	NDO-5734	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
34	PPFV	NDO-5744	RENAULT	MASTER	2016	DIESEL S10
35	PPFV	QTB-6340	RENAULT	MASTER	2018	DIESEL S10
36	PPFV	NCT-3113	TOYOTA	COROLLA	2004	GASOLINA
37	PPFV	NDO-9432	VOLKSWAGEN	ÔNIBUS GRAN MICRO	2019	DIESEL S10
38	PPFV	NCA-4802	VOLKSWAGEN	FOX	2011	GASOLINA

* Em que pese o samatório dos veículos das Unidades Penais Federais e SEDE estarem divergentes do quantitativo exposto no item 1.2. do Termo de Referência, os licitantes deverão considerar esses quantitativos (subitem 1.2.). A diferença se deve ao fato de no subitem já estar se considerando eventuais doações recebidas e efetuadas da SENAPPEN e das Penitenciárias Federais, bem como eventuais novas aquisições.

ANEXO VI - QUANTIDADE DE VEÍCULOS POR UNIDADE GESTORA (UG)								
UNIDADE GESTORA	CNPJ	UNIDADE	FROTA ATUAL (a)	POSSÍVEIS NOVAS AQUISIÇÕES (b)	POSSÍVEL RECEBIMENTO EM DOAÇÕES (c)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS d= (a+b+c)	Nº DE EVENTOS DE MANUTENÇÃO	Nº DE EVENTOS DE COMBUSTÍVEL
200326	00.394.494/0008-02	SEDE DA SENAPPEN	22	29	20	71	543	3.449
200600	00.394.494/0146-09	PFCG	22	11	10	43	255	3.029
200601	00.394.494/0145-10	PFCAT	26	8	20	54	405	2.566
200602	00.394.494/0143-58	PFMOS	24	7	10	41	286	3.639
200603	00.394.494/0144-39	PPFV	25	5	10	40	496	2.631
200604	00.394.494/0158-34	PFBRA	23	3	10	36	290	5.411
TOTAL			142	63	70	285	2.275	20.725

ANEXO VII - CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO SEDE	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO PFBRA	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO PFCG	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO PFCAT	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO PFMOS	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO PFPV	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA DNIT-RO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA MJSP-CGL	VALOR/QUANTIDADE TOTAL
1	1 - Taxa de Manutenção	Gerenciamento e Administração COMPARTILHADA da frota envolvendo a manutenção em geral (leve, preventiva e corretiva), com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios utilizando a implantação e a operação de um sistema informatizado e integrado, via web, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção mediante intermediação de rede de estabelecimentos credenciados pela Contratada para atender máquinas, equipamentos e veículos oficiais da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.	Evento	543	290	255	405	286	496	120	1.165	3.560 x R\$ 0,20 = R\$ 712,00
	2 - Taxa de Combustível	Prestação de serviço de gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com administração de despesas de abastecimentos, acompanhado por meio de sistema de informação desenvolvido para plataforma web, que viabilize o acesso a todas informações referentes às transações realizadas, a ser cotada por meio de Taxa de Administração de Serviços, para atender máquinas, equipamentos e veículos oficiais da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.	Evento	3.449	3.029	2.566	3.639	2.631	5.411	xxxxxx	1.165	21.890 x R\$ 0,0051 = R\$ 111,64
	3 - Serviços Manutenção	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva para os veículos da frota da SENAPPEN e órgãos participantes, calculada pelo	Real (R\$)	R\$ 221.571,22	R\$ 153.744,71	R\$ 135.009,25	R\$ 214.698,90	R\$ 151.635,04	R\$ 262.898,84	R\$ 50.850,00	R\$ 173.786,00	R\$ 1.364.193,96

	valor da mão de obra/hora.										
4 - Peças Manutenção	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para os veículos da SENAPPEN e órgãos participantes.	Real (R\$)	R\$ 449.856,72	R\$ 312.148,35	R\$ 274.109,69	R\$ 435.903,82	R\$ 307.865,08	R\$ 533.764,31	R\$ 149.170,00	R\$ 322.744,00	R\$ 2.785.561,97
5 - Fornecimento de Combustível	Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.	Real (R\$)	R\$ 645.651,46	R\$ 607.502,27	R\$ 514.469,53	R\$ 729.694,36	R\$ 527.537,77	R\$ 1.085.162,31	xxxxxx	R\$ 381.240,00	R\$ 4.491.257,70
SUBTOTAL POR UNIDADE GESTORA			R\$ 1.317.079,40	R\$ 1.073.395,33	R\$ 923.588,47	R\$ 1.380.297,08	R\$ 987.037,89	R\$ 1.881.825,46	R\$ 200.020,00	R\$ 877.770,00	R\$ 8.641.837,27
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO											
R\$ 8.641.837,27 (oito milhões, seiscentos e quarenta e um mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos)											

ANEXO VIII - MUNICÍPIOS ONDE DEVE EXISTIR REDE CREDENCIADA

Região	Estado	Município
Região Norte	Acre	Rio Branco/AC
		Xapuri /AC
		Cruzeiro do Sul/AC
		Feijó/AC
		Tarauacá/AC
		Sena Madureira/AC
	Amapá	Macapá/AP
		Tartarugalzinho/AP
		Oiapoque/AP
		Laranjal do Jari/AP
		Santana/AP
	Amazonas	Manaus/AM
		Presidente Figueiredo/AM
		Nova Olinda do Norte/AM
		Tabatinga/AM
		Humaitá/AM
		Tapauá/AM
		Apui/AM
		Benjamin Constant/AM
	Pará	Ananindeua/PA
		Castanhal/PA
		Santa Maria/PA
		Capanema/PA
		Gurupi/PA
		Ipixuna/PA
		Dom Eliseu/PA
		Marabá/PA
		Altamira/PA
		Santarém/PA
		Tucumã/PA
		Itaituba/PA
		Pacajá/PA
		Rurópolis/PA
		Jacareacanga/PA
		Uruará/PA
		Novo Progresso/PA
		São Félix do Xingu/PA
	Rondônia	Porto Velho/RO
		Guajará Mirim/RO
		Ji-Paraná/RO
		Pimenta Bueno/RO
		São Miguel do Guaporé/RO
		Ariquemes/RO
		Jaru/RO
		Itapuã/RO
		Monte Negro/RO
		Vilhena/RO
		Colorado do Oeste/RO
		Chupinguaia/RO
		Cacoal/RO
	Roraima	Boa Vista/RR
		Pacaraima/RR
		Bonfim/RR
		Rorainópolis/RR
	Tocantins	Gurupi/TO
		Paraíso/TO
		Guara/TO
		Araguaína/TO
		Palmeiras/TO
		Paraíso do Tocantins/TO
		Palmas/TO
	Alagoas	Atalaia/AL
		Aragiraca/AL
		União dos Palmares/AL
		São Miguel dos Campos/AL
		São Sebastião/AL
		Palmeira dos Índios/AL
		Canapim/AL
		Maceió/AL
		Delmiro Gouveia/AL
		Teotônio Vilela/AL
		Santana do Ipanema/AL
Região Nordeste	Bahia	Simões Filho/BA
		Santo Antônio de Jesus/BA
		Feira de Santana//BA
		Alagoinhas//BA
		Jequié//BA
		Feira de Santana//BA
		Salvador/BA
		Milagres//BA
		Senhor do Bonfim//BA
		Capim Grosso//BA
		Itabuna//BA
		Gandu//BA
		Seabra/BA
		Itaberaba/BA
		Paulo Afonso/BA
		Ribeira do Pombal/BA
		Vitória da Conquista/BA
		Poções/BA
		Divisa/BA
		Eunápolis/BA
	Ceará	Teixeira de Freitas/BA
		Barreiras/BA
		Ibotirama/BA
		Caucaia/CE
		Eusébio/CE
		Croata/CE
		Canindé/CE
		Boa Viagem/CE
		Russas/CE
		Chorozinho/CE
		Aracati/CE

Região Nordeste	Maranhão	Sobral/CE
		Tianguá/CE
		Iraucuba/CE
		Icó/CE
		Aguaribe/CE
		Milagres/CE
		Fortaleza/CE
		Pedrinhas/MA
		Itapecurum-Mirim/MA
		Vargem Grande/MA
		Bacabal/MA
		Santa Inês/MA
		São Luiz/MA
		Araguanã/MA
	Paraíba	Peritoró/MA
		Caxias/MA
		Imperatriz/MA
		Porto Franco/MA
		Açailândia/MA
		Barão de Grajaú/MA
		Alhandra/PB
		Sobrado/PB
		Mamanguape/PB
		Campina Grande/PB
		João Pessoa/PB
		Queimadas/PB
		Esperança/PB
		São Mamede/PB
	Pernambuco	Pombal/PB
		Cajazeiras/PB
		Recife/PE
		Igarassu/PE
		Ribeirão/PE
		Jurete/PE
		Caruaru/PE
		São Caetano/PE
		Garanhuns/PE
		Sertanea/PE
		Serra Talhada/PE
		Floresta/PE
		Salgueiro/PE
		Ouricuri/PE
	Piauí	Belém de São Francisco/PE
		Serra da Santa/PE
		Rajada/PE
		Santa Maria Boa Vista/PE
		Teresina/PI
		Campo Maior/PI
		Piripiri/PI
		Floriano/PI
Bom Jesus/PI		
Picos/PI		
Valença/PI		
Alegrete do Piauí/PI		
Parnaíba/PI		
Rio Grande do Norte		São José do Mipibu/RN
	Macaíba/RN	
	Lajes/RN	
	São Gonçalo do Amarante/RN	
	Caicó/RN	
	Campo Redondo/RN	
	Mossoró/RN	
	Natal/RN	
	Nossa Srª. do Socorro/SE	
	Sergipe	Itabaiana/SE
		São Cristóvão/SE
		Estância/SE
		Aracaju/SE
		Malhada dos Bois/SE
Cristinápolis/SE		
Distrito Federal	Planaltina/DF	
	Gama/DF	
	Ceilândia/DF	
	Santa Maria/DF	
	Brasília/DF	
	GoIânia/GO	
	Goiás	Guapó/GO
		Cristalina/GO
		Hidrolândia/GO
		Anápolis/GO
		Jaraguá/GO
		Morrinhos/GO
		Itumbiara/GO
		Rio Verde/GO
Jussara/GO		
Jataí/GO		
São Simão/GO		
Catalão/GO		
Porangatu/GO		
Uruaçu/GO		
Mato Grosso	Cuiabá/MT	
	Colniza/MT	
	Campo Verde/MT	
	Rondonópolis/MT	
	Itiquira/MT	
	Alto Garças/MT	
	Cáceres/MT	
	Diamantino/MT	
	Várzea Grande/MT	
	Primavera do Leste/MT	
	Sorriso/MT	
	Nova Santa Helena/MT	
	Pontes e Lacerda/MT	
	Barra do Garças/MT	
Mato Grosso do Sul	Juína/MT	
	Água Boa/MT	
	Campo Grande/MS	
	Jaraguari/MS	
	Terenos/MS	
	Sidrolândia/MS	
	Nova Alvorada do Sul/MS	
	Rio Brilhante/MS	
	Nova Andradina/MS	
	Bataguassu/MS	
	Anastácio/MS	
	Miranda/MS	
	Corumbá/MS	
	Dourados/MS	
Caaporó/MS		
Ponta Porã/MS		
	Guia Lopes da Laguna/MS	
	Coxim/MS	
	São Gabriel D'Oeste/MS	
	Três Lagoas/MS	
	Água Clara/MS	
	Paranaíba/MS	
	Navira/MS	
	Eldorado/MS	
	Viana/ES	
		Ibatiba/ES

Região Sudeste	Espírito Santo	Serra/ES
		Guarapari/ES
		Itapemirim/ES
		Linhares/ES
		São Mateus/ES
	Minas Gerais	Sabará/MG
		Nova Lima/ MG
		Betim/ MG
		Sete Lagoas/ MG
		João Monlevade/ MG
		Jaguaraçu/MG
		Rio Casca/ MG
		Perdões/ MG
		Oliveira/ MG
		Itatiaiuçu/MG
		Juiz de Fora/MG
		Congonhas/MG
		Pouso Alto/MG
		Governador Valadares/MG
		Caratinga/MG
		Realeza/MG
		Leopoldina/MG
		Munaié/MG
		Fervedouro/MG
		Araxá/MG
		Campos Altos/MG
		Bom Despacho/MG
		Pouso Alegre/MG
		Três Corações/MG
		Itapeva/MG
		Poços de Caldas/MG
		Patos de Minas/MG
		Teófilo Otoni/MG
		Itaobim/MG
		Montes Claros/MG
		Uberaba/MG
		Frutal/MG
		Paracatu/MG
		Três Marias/MG
		Uberlândia/MG
		Araguari/MG
		Monte Alegre de Minas/MG
	Rio de Janeiro	Duque de Caxias/RJ
		Rio de Janeiro/RJ
		Seropédica/RJ
		Campo Grande/RJ
		Niterói/RJ
		São Gonçalo/RJ
		Rio Bonito/RJ
		Casemiro de Abreu/RJ
		Itaguaí/RJ
		Angra dos Reis/RJ
		Paraty/RJ
		Teresópolis/RJ
		Magé/RJ
		Paralba do Sul/RJ
		Barra do Piraí/RJ
		Três Rios/RJ
		Sapucaia/RJ
		Petrópolis/RJ
		Piraí/RJ
		Floriano/RJ
	São Paulo	Itatiaia/RJ
		Campos dos Goytacazes/RJ
		Itaperuna/RJ
		Guarulhos/SP
		Ribeirão Preto/SP
		São José dos Campos/SP
		Vargem/SP
		Atibaia/SP
		Itapeceira da Serra/SP
		Juquitiba/SP
		Miracatu/SP
		Registro/SP
		Cajati/SP
		Barra do Turvo/SP
		Roseira/SP
		Caçapava/SP
		Ubatuba/SP
		Guaiçara/SP
		São Paulo/SP
		Marília/SP
		Ourinhos/SP
		Lavrinhas/SP
		Aparecida/SP
		Piquete/SP
		São José do Rio Preto/SP
	Paraná	São José dos Pinhais/PR
		Campina Grande/PR
		Mandrituba/PR
		Araucária/PR
		Balsa Nova/PR
		São José dos Pinhais/PR
		Paranaguá/PR
		Guaratuba/PR
		Pato Branco/PR
		Porto Vitória/PR
		São Mateus do Sul/PR
		Planalto/PR
		Ponta Grossa/PR
		Guarapuava/PR
		Irati/PR
		Imbaú/PR
		Cascavel/PR
		Catanduvas/PR
		Laranjeiras do Sul/PR
		Ubiratã/PR
		Campo Mourão/PR
		Lindoeste/PR
		Santa Terezinha/PR
		Céu Azul/PR
		Foz do Iguaçu/PR
		Guaira/PR
		Vila Alta/PR
		Quatro Pontes/PR
		Ibiporã/PR
		Mauá da Serra/ PR
		Apucarana/PR
		Mandaguari/PR
		Alto Paraná/PR
		Cornélio Procopio/PR
		Santo Antônio da Platina/PR
		Biguaçu/SC
		Palhoça/SC
		Queimado/SC
		Tubarão/SC
		Araranguá/SC
		Paulo Lopes/SC
		Barra Velha/SC
		Guaramirim/SC

Região Sul	Santa Catarina	Rio do Sul/SC
		Blumenau/SC
		Itapema/SC
		Itajaí/SC
		Lages/SC
		Capão Alto/SC
		Ponte Alta/SC
		Posto de Mafra/SC
		Santa Cecília/SC
		Rio Negrinho/SC
		Canoinhas/SC
		Xanxerê/SC
		Maravilha/SC
		Guaraciaba/SC
		Vargem Bonita/SC
		Concórdia/SC
		Água Doce/SC
		João Gaba/SC
		Campos Novos/SC
		Leopoldo/SC
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS
		Eldorado do Sul/RS
		Pantano Grande/RS
		Camaquã/RS
		Osório/RS
		Torres/RS
		Lajeado/RS
		Montenegro/RS
		Soledade/RS
		Caxias do Sul/RS
		Nova Petrópolis/RS
		Vacaria/RS
		Bento Gonçalves/RS
		Veranópolis/RS
		Pelotas/RS
		Rio Grande/RS
		Arroio Grande/RS
		Santa Vitória do Palmar/RS
		Sarandi/RS
		Seberi/RS
		Passo Fundo/RS
		Erechim/RS
		Lagoa Vermelha/RS
		Santa Maria/RS
		Caçapava do Sul/RS
		Ijuí/RS
		Cruz Alta/RS
		Santana do Livramento/RS
		Rosário do Sul/RS
		Bagé/RS
		São Borja/RS
		Santiago/RS
		Uruguaiana/RS
		Alegrete/RS

ANEXO IX - PRAZOS E TAXAS DE SUCESSO

PRAZOS E TAXA DE SUCESSO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PRAZO
- Cadastrar a frota de veículos. - Cadastrar condutores (usuários do cartão). - Definir logística de rede de estabelecimentos credenciados. - Credenciar, pelo menos o quantitativo de estabelecimentos previstos no Termo de Referência. - Fornecer a Contratante dados cadastrais da rede credenciada. - Fornecer cartões para os veículos, se for o caso. - Fornecer cartões e/ou senhas para os usuários, se for o caso.	30 DIAS CONTADOS DA DATA DA ENTREGA DA LISTAGEM DE VEÍCULOS PELA CONTRATANTE
- Entregar tabelas temporárias de todas as marcas/modelos de veículos/máquinas/equipamentos componentes da frota da Contratante	10 DIAS CONTADOS DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO
- Capacitar as partes envolvidas no gerenciamento, observado o item Treinamento do Termo de referência e seus anexos. - Oferecer treinamento de reciclagem a cada período contratual em moldes equivalentes aqueles definidos no Termo de referência e seus anexos, ou sempre que a Contratante, justificada e formalmente, assim o demandar.	15 DIAS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO A cada 12 meses, ou a partir do pedido formal da Contratante. Justificado o pedido, a Contratada terá 15 dias para ministrar o treinamento de reciclagem
- Atender pedidos de cadastramento de novos estabelecimentos, independentemente de justificativa.	15 DIAS CONTADOS DA DATA DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
- Apresentar justificativa escrita para o fiscal técnico/gestor do contrato, quando não for possível credenciar um estabelecimento	15 DIAS CONTADOS DA DATA DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
- Fornecer a relação da rede credenciada no início do contrato e apresentar as atualizações	* Apresentar a relação da rede credenciada: - Na data da assinatura do contrato * Apresentar atualização da rede: A CADA 30 DIAS, a partir da entrega da primeira listagem
- Cadastrar novo veículo ou usuário após sistema implantado	A partir da demanda, 02 DIAS
- Entrega de cartão de veículo e do usuário reemitido (2ªVIA), quando existir cartão	No máximo 05 DIAS úteis após a solicitação
- Prover respostas as demandas dos fiscais: 1) Respostas informais (e-mail, telefone, etc) 2) Respostas formais (Ofício)	- 1) 24 horas - 2) No máximo 05 DIAS úteis após o recebimento do Ofício
- Apresentação de orçamento pelo credenciado	Até 06 horas comerciais*, contadas a partir da hora da entrega do veículo no estabelecimento credenciado(caso haja necessidade ou manifestação), considerando-se a hora registrada na solicitação feita no sistema online Obs: *Hora comercial = De 08h00 às 18h00 do dia
- Encaminhamento de pedido de cotações no sistema para, pelo menos, outros 2 estabelecimentos credenciados, após a apresentação do orçamento inicial	Até 06 horas comerciais*, contadas a partir da hora do lançamento do orçamento inicial, registrada na solicitação feita no sistema online Obs: *Hora comercial = De 08h00 às 18h00 do dia
- Negociação e aprovação do orçamento/cotação por parte da Contratada, disponibilizando-o para aprovação do fiscal, com todos os itens contratuais verificados e entrega das pesquisas quanto a conformidade de peças/produtos/acessórios e serviços	Até 10 horas comerciais*, contadas a partir da hora do lançamento, pelo estabelecimento credenciado, do orçamento registrada no sistema. Obs: *Hora comercial = De 08h00 às 18h00 do dia
- Cobrança, por parte da Contratada, para que as empresas credenciadas respondam as solicitações de orçamento/cotações/ dentro do prazo estabelecido	Até 06 horas comerciais*, contadas a partir da hora do encaminhamento da cotação, registrada no sistema. Obs: *Hora comercial = De 08h00 às 18h00 do dia
- Tratamento, por parte da Contratada, das omissões relacionados aos pedidos não atendidos pela rede credenciada	Até 10 horas comerciais*, contadas a partir da hora do lançamento da primeira solicitação constante no sistema (horas não cumulativas com outras solicitações relacionadas com o mesmo orçamento). Obs: *Hora comercial = De 08h00 às 18h00 do dia
- Execução do orçamento aprovado	Até 01 dia útil a partir da aprovação, nos casos de serviços corriqueiros, podendo atingir, para demais serviços, até 5 dias úteis, após o que deverá ser apresentada justificativa Obs: Casos específicos deverão ser analisados de acordo com o problema apresentado
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	TAXA DE SUCESSO
Obtenção dos descontos contratados para os orçamentos/transações realizados no mês	95%
Inclusão de códigos, marca de peças/produtos/acessórios	95%
Entrega das pesquisas de mercado quanto à conformidade de peças/produtos/acessórios e serviços	95%

ANEXO X - TABELA DEMONSTRATIVA DE RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

ITEM	NOME DO ESTABELECIMENTO	CNPJ DO ESTABELECIMENTO	CATEGORIA	NOTA FISCAL REFERENTE	VALOR BRUTO	TRIBUTOS	MUNICÍPIO	PERCENTUAL INCIDENTE (%)	VALOR LÍQUIDO	VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

	atender máquinas, equipamentos e veículos oficiais da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.															
3 - Serviços Manutenção	Fornecimento de serviços para manutenção preventiva e corretiva para os veículos da frota da SENAPPEN e órgãos participantes, calculada pelo valor da mão de obra/hora.	5878	Real (R\$)	R\$ 221.571,22	R\$ 153.744,71	R\$ 135.009,25	R\$ 214.698,90	R\$ 151.635,04	R\$ 262.898,84	R\$ 50.850,00	R\$ 173.786,00	R\$ 1.364.193,96	R\$ 2.728.387,92	-----		Maior desconto (%)
4 - Peças Manutenção	Fornecimento de peças, equipamentos e acessórios para os veículos da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.	446573	*Evento	R\$ 449.856,72	R\$ 312.148,35	R\$ 274.109,69	R\$ 435.903,82	R\$ 307.865,08	R\$ 533.764,31	R\$ 149.170,00	R\$ 322.744,00	R\$ 2.785.561,97	R\$ 5.571.123,94	-----		Menor Taxa (em R\$)
5 - Fornecimento de Combustível	Fornecimento de Combustíveis para máquinas, equipamentos e veículos da frota da SENAPPEN e órgãos participantes.	461506	Real (R\$)	R\$ 645.651,46	R\$ 607.502,27	R\$ 514.469,53	R\$ 729.694,36	R\$ 527.537,77	R\$ 1.085.162,31	-----	R\$ 381.240,00	R\$ 4.491.257,70	R\$ 8.982.515,40	-----		Maior desconto (%)

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ para a contratação do objeto descrito na tabela acima, de acordo com todas as especificações e condições do Termo de Referência.

1. Valor total: R\$ _____ (_____ VALOR POR EXTENSO _____).
2. Esta proposta é válida por no mínimo por **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
3. Prazo de entrega: _____;
4. Especificações: _____;
5. Forma de pagamento: _____;
6. Garantia: _____;
7. Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.
8. Os dados da nossa empresa são:
- a) Razão Social: _____;
- b) CNPJ (MF) nº: _____;
- c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: _____;
- d) CPF: _____ RG: _____-____-____;
- e) Inscrição Estadual nº: _____;
- f) Endereço: _____;
- g) Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____;
- h) CEP: _____;
- i) Cidade: _____ Estado: _____;
- j) Banco: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____;
- k) Contato: _____ Fone/Ramal: _____.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO XII - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - I.M.R.

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

- DEFINIÇÃO: Instrumento de medição de resultado é documento anexo ao contrato que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- OBJETIVO: obtenção da melhor execução do objeto, mediante a definição de indicadores de acompanhamento de qualidade dos serviços prestados durante a vigência do contrato.
- FORMA DE AVALIAÇÃO: definição das situações (indicadores) que caracterizem o não atendimento do objetivo e atribuição de grau de Correspondência, de 1 a 5, de acordo com os indicativos de metas a cumprir, compreendendo glosas, que podem ser cumulativas, de 0,5% a 7,0% do valor mensal do contrato.
- APURAÇÃO: ao final de cada período de apuração (mês), o Fiscal do contrato preencherá a planilha de cálculo o índice global e a encaminhará ao preposto da contratada para conhecimento do valor da glosa a ser aplicada no mês, ajustado ao cumprimento das metas deste acordo e adoção das medidas recomendadas, quando houver.
- SANÇÕES: Quando o percentual de glosas no período mensal for superior a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal ou o somatório das glosas for superior a 30% (trinta por cento) do valor mensal no período de um ano, caracterizar-se-á inexecução parcial, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação das penalidades previstas no contrato.

INDICADORES PARA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS	
01	Descrição
Finalidade	Garantir agilidade no processo de reparação do veículo.
Meta a cumprir	05 dias úteis
Instrumento de medição	Sistema informatizado de solicitação de orçamento.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada solicitação de orçamento será verificada e valorada individualmente. Nº de dias úteis no atendimento/S = M
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	M ≤ 1: paga-se 100% do valor do serviço (peças + mão de obra) 1 < M ≤ 3: paga-se 95% do valor do serviço (peças + mão de obra) 3 < M ≤ 6: paga-se 90% do serviço (peças + mão de obra) M > 6: paga-se 80% e aplicação de sanções conforme item 17 do Termo de Referência
Sanções	Conforme Termo de Referência
Observações	O prazo a ser aferido pelo IMR inicia-se após a aprovação do orçamento por parte do fiscal técnico/gestor de contrato.
02	Descrição
Finalidade	Garantir patamares cada vez mais elevados de economicidade
Meta a cumprir	Taxa de Sucesso de 95%
Instrumento de medição	Sistema contratado ou fiscalização presencial
Forma de acompanhamento	Sistema contratado ou fiscalização presencial
Periodicidade	Mensal
Início de Vigência	Após 30 dias de contratado
Sanções	Se a taxa de sucesso for menor que 95%, no mês, sofrerá as sanções previstas no item 19 do Termo de Referência

OUTROS QUESITOS

QUESITOS	DESCRIÇÃO DO INDICADOR / SITUAÇÕES	INSTRUMENTO PARA VERIFICAÇÃO	GRAU DE RELEVÂNCIA
		Fiscalização	

1	Tempo de atraso (em relação ao estabelecido no Termo de Referência e seus anexos) na execução serviços	Atraso de até 3 horas no atendimento de um chamado	presencial e/ou Ordem de Serviço	1
		Atraso de mais de 3 horas e menos de 5 horas no atendimento de um chamado	Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	2
		Atraso de mais de 5 horas no atendimento de um chamado	Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	3
		Atraso de até 01 hora na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	2
		Atraso de mais de 01 hora e menos de 05 horas na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	3
		Atraso de mais de 05 horas na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	4
		Descumprimento de prazos previstos para serviços programados	Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	4
2	Qualidade dos serviços	Deixar de manter registro atualizado de intervenções, verificações e falhas registradas com data e hora junto a cada quadro de comando	Sistema contratado e/ou Fiscalização presencial	2
		Dano a equipamentos por imprudência ou imperícia	Fiscalização presencial e/ou Relatório de Serviços	5
		Recusar-se a fornecer peças não constantes da planilha de peças pelo preço de mercado	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	4
		Fornecimento de informação incorreta à fiscalização	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	2
		Destruição ou danificação intencional de documentos relacionados a manutenção	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	5
		Omissão na informação de condições que exigem a adoção de providências para funcionamento correto dos veículos/máquinas/equipamentos	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	5
		Deixar de indicar preposto	Fiscalização presencial e/ou Relatório de fiscalização	2
		Danificar equipamento por omissão, imperícia ou intempestividade na atuação	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	5
		Emissão de relatórios fora do prazo estipulado ou combinado com a fiscalização	Fiscalização presencial e Relatório de Serviços	2
		Relatórios de serviço com informações incompletas ou incorretas	Fiscalização presencial e/ou Relatório de fiscalização	1
		Falta dos elementos mínimos no relatório de serviços indicados no TR	Fiscalização presencial e/ou Relatório de fiscalização	1
		Deixar de entregar relatórios junto ou antes da entrega da fatura de serviços	Fiscalização presencial e/ou Relatório de fiscalização	1
		Deixar de elaborar e entregar Laudo Técnico solicitado pela Fiscalização	Fiscalização presencial e/ou Relatório de fiscalização	5
		Recorrência de falha com uma mesma causa em uma máquina/veículo/equipamento por até 02 vezes em período de 90 dias	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	2
		Deixar de fornecer qualquer dos relatórios previstos no Termo de Referência e seus anexos	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	2
		Deixar de fornecer senhas, funcionalidades, treinamentos, acessos, sistemas, nos moldes previstos no Termo de Referência e seus anexos	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	3
		Recorrência de falha com uma mesma causa em uma máquina/veículo/equipamento por mais de 02 vezes e menos de 05 vezes	Sistema contratado, Fiscalização presencial e/ou Ordem de Serviço	3

MENSURAÇÃO - OUTROS QUESITOS	
Grau de Relevância	Correspondência
1	Glosa de 0,5 % sobre o valor da Fatura
2	Glosa de 1,0 % sobre o valor da Fatura
3	Glosa de 2,5 % sobre o valor da Fatura
4	Glosa de 4,0 % sobre o valor da Fatura
5	Glosa de 7,0 % sobre o valor da Fatura

OBSERVAÇÕES

I - O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à Contratada com prazo aberto para manifestação.

II - As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela Contratada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

III - Dirimidas as dúvidas, o fiscal técnico/gestor do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a Contratada a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.

IV - A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELLO JEFFERSON SEBA DOS SANTOS, Agente Federal de Execução Penal**, em 28/07/2023, às 14:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Martine Arruda Nogueira Lima, Agente Federal de Execução Penal**, em 31/07/2023, às 10:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Oliveira da Silva, Agente Federal de Execução Penal**, em 01/08/2023, às 14:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **NIVIA GONCALVES CANGUSSU, Agente Federal de Execução Penal**, em 01/08/2023, às 17:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Evanuzitanio Rezende Nobrega, Chefe da Divisão de Serviços Gerais, Almoxarifado e Transporte**, em 02/08/2023, às 11:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Oliveira Reis Junior, Agente Federal de Execução Penal**, em 02/08/2023, às 11:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **24952783** e o código CRC **016766ED**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.